

Fernando José Monteiro da Costa

A política cultural nos territórios de baixa densidade - criar,
inventar, viver, resistir nos territórios

RELATÓRIO FINAL DE PÓS-DOCTORAMENTO

3 de Outubro de 2022 a 3 de Outubro de 2023

Supervisores

Luís Grosso e João Caramelo



2023

[Escreva aqui]

A redacção deste texto não segue o Novo Acordo Ortográfico

ÍNDICE

Índice de Quadros e Figuras

Resumo e Abstract

I PARTE

Introdução.....	p. 7
1.Quadro Teórico.....	p. 11
1.1. Problema Teórico.....	p. 12
1.2. Pertinência do ponto de vista científico e social.....	p. 19
1.3. Questões que se colocam ao desenvolvimento.....	p. 28
2. Estado da Arte.....	p. 33
2.1. <i>Corpus</i> documental.....	p. 34
2.1.1. Cultura no pós-Alentejo-2020.....	p. 38
2.1.2. Cultura no pós-Centro-2020.....	p. 42
2.1.3. As Comunidades Intermunicipais.....	p. 45
2.1.4. Programa para a Valorização do Interior.....	p. 47
2.2. Os Repertórios.....	p. 49
2.3. Três casos/Paradigmas.....	p. 54
2.3.1. Companhia da Chanca.....	p. 55
2.3.2. Classic Fest.....	p. 57
2.3.3. Um Estudo de Caso – ONM.....	p. 59
Quadro Empírico.....	p. 64
3. Desenho Metodológico.....	p. 65
3.1. Esquema analítico.....	p. 66
3.2. Indicadores demarcativos.....	p. 68
3.4. Resultados.....	p. 73
3.4.1. Caracterização da população inquirida.....	p. 66
3.4.2. Conhecimento do conceito de economia Cultural.....	p. 74
3.4.3. Dinâmicas Sociais.....	p. 75
3.4.4. Público-alvo.....	p. 76
3.4.5. Eventos Culturais.....	p. 77
3.4.6. Eventos Culturais.....	p. 77
3.4.7. Vantagens.....	p. 78

[Escreva aqui]

3.4.8. Políticas Culturais.....	p. 80
3.4.9. Mapeamento das Necessidades Culturais.....	p. 81
3.4.10. Economia Cultural.....	p. 81
3.5. Análise dos Conteúdos das Entrevistas.....	p. 85
DESFECHO E PREDIÇÃO.....	p. 90
Fontes.....	p. 101
Referências Bibliográficas.....	p. 101
Anexo 1.....	p. 105
Anexo 2.....	p. 113
Anexos 3.....	p. 115

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1. Intersecções.....	p. 67
Figura 2. Distribuição por sexo.....	p. 74
Figura 3. Economia Cultural.....	p. 75
Figura 4. Dinâmicas Sociais.....	p. 75
Figura 5. Satisfação Agentes.....	p. 76
Figura 6. Participação.....	p. 76
Figura 7. Eventos Culturais.....	p. 77
Quadro 1. Eventos Culturais.....	p. 78
Quadro 2. Vantagens.....	p. 79
Figura 8. Política Cultural.....	p. 80
Figura 9. Mapeamento.....	p. 81
Figura 10. Grelha de Análise.....	p. 89

RESUMO E ABSTRACT

Resumo

Esta reflexão/pesquisa centra-se na problemática do desenvolvimento dos territórios e do modo como a mobilidade cultural e artística deve contribuir e integrar a implementação de políticas locais. Aquela consideração também identificará o modo como as entidades conciliam a aplicação dos recursos endógenos com os exógenos, face às carências existentes e o abaixamento cultural que se verifica em grande parte dos territórios de baixa densidade. É, também, indispensável uma articulação entre todos os actores, nacionais, regionais e locais, não se utilizando, apenas a lógica produtiva, ou económico-financeira, antes um processo que estimule os protagonistas locais e os seus recursos, tornando atractiva a motilidade territorial e que restabeleça a equidade e coesão territoriais. Porque no fundo, não estará, somente em risco, a perda demográfica, mas sobretudo o abrandamento dos ritmos de desenvolvimento e do encanto pelos locais. E isto, naturalmente, implicará impactos negativos sociais, económicos, culturais e, também, territoriais.

Abstract

This reflection/research focuses on the issue of territorial development and the way in which cultural and artistic mobility should contribute and integrate the implementation of local policies. That consideration will also identify the way in which entities reconcile the application of endogenous and exogenous resources, given existing deficiencies and the cultural decline that occurs in a large part of low-density territories. Coordination between all actors, national, regional and local, is also essential, not just using productive or economic-financial logic, but rather a process that stimulates local protagonists and their resources, making territorial motility attractive. and that reestablishes territorial equity and cohesion. Because in the end, not only will demographic loss will be at risk, but above all the slowdown in the pace of development and the enchantment of places. And this, naturally, will imply negative social, economic, cultural and also territorial impacts.

INTRODUÇÃO

O contexto em que se desenvolve esta investigação como objectivo central, compreender os Territórios de Baixa Densidade, mas não tendo por preocupação, tecer alguma análise sobre as questões Político-Administrativas do Território, do Desenvolvimento Territorial, ou mesmo, como ele se plasma através de algumas entidades como as Comissões Intermunicipais, as Áreas Metropolitanas ou das NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais). Afinal, interessa-me o processo de inclusão socioterritorial ou a falta dele, como se processa a acção real no espaço, que conduza à transformação da condição de vida dos locais. É através da cultura que o homem se afirma e se consciencializa, não como consumidor, em que a criação cultural, frequentemente se converte, mas como processo de protagonização e desenvolvimento, como alavanca para se atingir a essencialidade do desenvolvimento económico, social e cultural. São esses os imperativos mobilizadores para que se processe a inclusão socioterritorial¹

A realidade dos territórios de baixa densidade, enquadrada pelos seus modelos de governança² são assuntos relevantes, actuais e de enorme sensibilidade, quando se fala de regiões quase em pré-abandono, separadas do litoral por barreiras sociais, económicas e culturais, que provoca uma realidade a duas velocidades, em que uma delas, a do interior vai perdendo autonomia, investimento, serviços públicos, em cima de um quadro de despovoamento, de envelhecimento e de isolamento³.

As dinâmicas territoriais, principalmente aquelas que configuram 2/3 do país abandonado, estiveram, sempre, dependentes de ciclos políticos, de modelos de desenvolvimento circunstâncias, que conduziram a assimetrias, diríamos, irrecuperáveis e que provocaram a dependência

¹ Conferir o pensamento de Edgar Montiel

² A governança reflecte as preocupações públicas em relação à capacidade de seus sistemas políticos de agirem de forma efectiva e decisiva, resolvendo problemas públicos/conferir Brainard Peters, Professor Adjunto na Graduate School of Public and International Affairs da Universidade de Pittsburgh

³ Políticas públicas para evitar desertificação do interior têm falhado, diz Fernandes de Matos.

Políticas para fixar população no interior têm falhado, diz especialista.

Políticas para fixar população no interior têm falhado, diz especialista.

dos territórios da governança central. Discute-se, agora, um diferente quadro de organização político administrativa, assente na descentralização e numa hipotética regionalização de que pouco se conhece, resultado da falta de vontade política e do interesse dos eleitores. Também, o enfraquecimento do Poder Local, muito dependente do Orçamento Geral de Estado, pela carência de renovação dos seus quadros e pelo cada vez maior abandono de parte da população, tem conduzido a irrelevância das decisões locais, por vezes descontextualizadas, por outras dispensáveis, ou por outras ainda irracionais nas suas formas e conteúdos.

Uma discussão está fora da maior parte dos normativos, documentos que, teoricamente, servem para manter o conhecimento, esclarecê-lo ou actualizá-lo. Contudo, alguns deles carecem de maiores especificações quanto ao conteúdo, deixando de fora questões, hoje, tão importantes para a vida das comunidades, como aquela que diz respeito à Cultura e à sua fruição pelas populações. É raro verificar-se preocupações sobre o facto de, também os processos artísticos e culturais poderem contribuir, de modo determinante, para o desenvolvimento local, para o seu equilíbrio e sobretudo, poder contribuir para a felicidade dos povos. A acção cultural, como política de desenvolvimento, tem tido dificuldade em se enquadrar no quadro de acção das autarquias e das próprias comissões intermunicipais, que poucos planos implementam sobre Arte e Cultura e mesmo, poucas autarquias desenvolvem planos culturais, com programação e orçamentação adequadas. São contingências que atrasam o desenvolvimento local, fixam ou atraem populações, só porque a economia cultural é algo dispensável, porque tudo parece ser muito mais importante que a formação de recursos, a formação de públicos, a organização de eventos, o empreendedorismo socioculturalartístico e a protagonização dos locais, estratégia desenvolvimental que produziria a construção de um caminho que devolvesse às populações a esperança no futuro, num país mais coeso, sem esta separação entre litoral e interior que se torna, ainda mais grave e doloroso, quando o dividem em litoral e

provincia⁴. Desenvolvimento territorial e capital territorial contribuem para a diversidade da actividade social, cultural e económica que a governança da economia cultural deve saber desenvolver, interagir e sistematizar.

Entretanto a desorganização territorial, os apelos das paisagens metropolitanas, o desleixo cultural e artístico a que os territórios se foram votando, a desactivação de infraestruturas essenciais, como escolas, centros de saúde, serviços, foram fragilizando os contextos territoriais, colocando-os numa perspectiva de reserva para a expansão urbana crescente. Deixou-se ao acaso a vida local, foi-se, lentamente, tornando mais permeável a um quadro de insustentabilidade, com um processo regressivo da arquitectura cultural local, lesando-se a memória colectiva, a cultura e os valores locais.

Assim, os territórios só se constroem numa matriz sustentável, se ligados às paisagens culturais, permitindo que a mobilização e aproveitamento dos recursos locais, que devem patrocinar os protagonismos dos seus públicos, resultem na valorização das especificidades e diferenças culturais. Contudo, assiste-se ao esgotamento dos modelos tradicionais de acção, que deveria justificar um amplo questionamento sobre consumo, política local, modos de viver e reconstrução das relações territoriais. Os lugares exigem outras configurações culturais, assumindo que a diversidade das suas dinâmicas, devem proporcionar dependências dialécticas sobre a realidade global. Não mais é possível entender a sociedade contemporânea sob um código cultural homogéneo, mas sim, rever-se numa multi-identidade, híbrida e flexível.

Os repertórios culturais têm sido subtraídos às comunidades, ocasionando vazios e ausências, que diminuem as competências e fragilizam os espaços, como territórios de inovação, de resistência e de empreendedorismo, assistindo-se ao fenómeno de uma certa *desterritorialização* (escassez de identidade), ou mesmo de *deslocação*

⁴ "Os números não deixam margem para dúvidas, nem sequer para segundas leituras, é a verdade linear: temos um país litoralizado e temos um vasto interior de norte a sul que está, claramente, a definhar e em risco de se encontrar numa situação de não retorno e, assim sim, seria muito preocupante abdicarmos de mais de metade do país", afirmou Fernandes de Matos, numa análise aos resultados preliminares dos Censos 2021. "Contraste significativo entre a densidade do povoamento das áreas predominantemente urbanas (453,7) e rurais (22,0) e entre as áreas costeiras (423,8) face às áreas não costeiras (64,6)" (Censos 2021).

(desocupação). E assim, degrada-se o caminho na direcção dos estigmas, que obsta a que a identidade possa ser usada como afirmação, reforço e apelo dos lugares, dificultando a estruturação de possíveis futuros. Por tudo isto é que desejo centrar-me na economia cultural e como ela pode constituir um veículo de privilégio em direcção ao desenvolvimento. Ao desenvolvimento que está em grande atraso e que, provavelmente só as próximas gerações, se isto não for demasiado tarde, compreenderem que a problematização dos territórios deve ser um conteúdo curricular⁵.

Ao longo da minha actividade docente não deixei de me interessar pelo desenvolvimento das comunidades, realizando, paralelamente, um exercício de interpretação das realidades do nosso país do interior. Assim, Rio de Onor, Chacim, Montes, Guadramil, Miranda do Corvo, Ousilhão, para apenas referir alguns exemplos, foram locais de conhecimento e de aproximação a realidades, umas em desaparecimento, outras em flagrante abaixamento sociocultural, produzindo documentos escritos e audiovisuais, que constituem, hoje, utensílios oportunos para a compreensão dos tempos futuros. Para além do mais, a minha actividade artística foi-se confundindo com o todo da minha existência, reforçando as várias facetas da minha acção. Hoje, tenho a certeza que ambas saíram mais consistentes, mais consideradas, pelo que estou profundamente grato a essas experiências, pois nada está desligado, nada se compreende isoladamente, nada se desenvolve sem um olhar holístico sobre as coisas, sobre as realidades, sobre o mundo. E naturalmente, que este trabalho sairá mais global e mais consistente, não fora a minha experiência de vida.

⁵ Como experiência pessoal, deve consultar-se a página 58, *Estudo de Caso*, que realça os principais pontos que reflectem o modo como eu próprio avalio o problema da mobilidade, princípio da economia cultural.

I PARTE
QUADRO TEÓRICO E INSTTIUCIONAL

[Escreva aqui]

1. Problema teórico

A definição de “territórios de baixa densidade”, mas de alta potencialidade, é enquadrada por variados indicadores, sendo, provavelmente, a densidade populacional (<50hab/km²), o envelhecimento e o conseqüente despovoamento, aqueles que melhor contextualizam a situação (*Associação Nacional de Municípios Portugueses*). Trata-se de um círculo vicioso, que o investimento, a reorganização territorial, as políticas culturais, não conseguiram, ainda travar. É indispensável uma articulação entre todos os actores, nacionais, regionais e locais, não se utilizando, apenas a lógica produtiva, ou económico-financeira, antes um processo que estimule os protagonistas locais e os seus recursos, tornando atractiva a motilidade territorial e restabelecendo a equidade e coesão territoriais. Porque no fundo, não estará, somente em risco, a perda demográfica, mas sobretudo o abrandamento dos ritmos de desenvolvimento e do encantamento pelos locais. E isto, naturalmente, implicará impactos negativos sociais, económicos, culturais e, também, territoriais que, pelos vistos as políticas de coesão territorial pouco têm contrariado, “limitando o desenvolvimento das regiões e o acesso das respectivas populações a recursos e condições de vida essenciais para assegurarem a sua cidadania plena” (Baronet, 2012, p. 16).

Os territórios nunca deveriam ter perdido a característica da envolvente de interacção, onde se estabelecem relações próprias e alargadas, de que resultam a estimulação de capacidades de interpretação das experiências. Historicamente, muitos foram espaços abertos, livres, de invenção e resistência, estimulando, assim quem neles vivia e actuava. Em muitas das comunidades foi possível estabelecerem-se bases de lugares culturais sustentáveis, com o património, a história e a paisagem a criarem um sistema transdisciplinar, de enorme valor acrescido⁶. Mas hoje, tudo se está a transmutar, pela desvalorização dos activos locais, pelo vazio que é deixado, quando cada indivíduo migra para o litoral do país e, assim, se desencanta o lugar.

⁶ As aldeias de Rio de Onor, Chacim, Vilar de Perdizes, são exemplos, para não se falar das chamadas cidades criativas que se desenvolveram a partir da economia cultural

Um território assume-se como uma unidade relacional, assente em iniciativas e relações, que o marcam na sua identidade orgânica e na dinâmica sociocultural, por uma apropriação física, mas também simbólica da sociedade-espaço. Saquet compreendendo que um território é uma unidade complexa, mas articulada, afirma que ele “é natureza e sociedade simultaneamente, é economia, política e cultura, ideia e matéria, fixos e fluxos, enraizamento, conexão e redes, domínio e subordinação, degradação e protecção ambiental, é local e global e singular e universal concomitantemente, terra, formas, espaciais e relações de poder” (2004, p.144).

Tem-se verificado uma perda assinalável de coesão territorial, constituindo uma inquietante de tendência estrutural. É a economia que define, os empregos que escasseiam, os quadros que emigram os serviços que fecham ou diminuem. O país tem vindo a construir-se, colocando-se à cabeça interesses especulativos, a partir de uma estreita faixa territorial litoral, onde tudo parece acontecer, onde se concentram as mais valias económicas, financeiras e artísticas, face ao resto do país, votado, praticamente, ao afastamento e esquecimento. O litoral ainda é de enorme atractividade, face à multifuncionalidade que oferece, seja nos serviços, no emprego, na actividade cultural e artística ou na recreação. E isto, por si só, conduz ao despovoamento dos territórios do interior e ao excesso nas regiões do litoral. E depois, cresce uma carga simbólica negativa sobre os territórios de baixa densidade, que desenvolve constrangimentos e dificulta a recuperação, como realça Matos, M.C. (2013, p. 47):

“a baixa densidade de atores locais, institucionais, de serviços, de infraestruturas e, ainda, pela fraca dimensão populacional a que se associa a fragilidade do seu perfil funcional (em regra, uma população mais envelhecida e com baixos níveis de qualificação) e uma estrutura económica débil (atividades ligadas ao setor primário, especialmente as agrícolas, e negócios de baixo rendimento), o que faz com que estes territórios revelem maior dificuldade em se afirmarem como polos de desenvolvimento. Sendo que este, como o passado recente aí está para o comprovar, não passa pela multiplicação de serviços públicos e de infraestruturas, mas pelo aproveitamento das potencialidades do território e pelo

estabelecimento de redes de proximidade que permitam a rendibilização de serviços e competências existentes”.

Curiosamente, os territórios do interior foram-se tornando mais acessíveis, com redes de saneamento básico, com a construção de novas vias, modernas e mais rápidas, encurtando distâncias e facilitando o transporte de bens e pessoas, renovaram-se redes de hospitais e centros de saúde, bibliotecas, museus, auditórios, piscinas e pavilhões desportivos. De um modo ou de outro, o interior foi-se apetrechando e enriquecendo o seu património. Mas paradoxalmente, parece não ter sido suficientemente atractiva esta nova realidade e esta não foi reflexo dos níveis de desenvolvimento dos territórios de baixa densidade, continuando-se a debater com problemas de demografia, envelhecimento, despovoamento, escassez de recursos técnicos e humanos, economia pouco organizada e sem dimensão crítica, carência de redes culturais e, particularmente, uma insuficiente articulação institucional.

A municipalidade deve ser um dos principais actores de desenvolvimento e não somente de crescimento, como em tantas ocasiões se tem verificado, pelo apoio permanente, significativo e diversificado que tem de outorgar à valorização cultural local. Mas verifica-se que existe alguma desarticulação entre os vários níveis de intervenção, com graves prejuízos para os locais e os seus públicos, aliás como realça o sociólogo Augusto Santos Silva, em que a primeira característica que salta à vista é “a centralidade da câmara municipal na protagonização de políticas culturais locais e, correlativamente, a fraca presença ou total ausência, seja do nível de organização inframunicipal (a freguesia), seja do nível de organização supramunicipal (a associação de municípios ou áreas metropolitanas)” (2007, p. 11-33). Existem, então, protocolos de colaboração com as comissões intermunicipais e porventura com as freguesias, ao nível do abastecimento de água ou dos sistemas de tratamento de resíduos, mas sem que se perfilhem “experiências ou projectos-piloto para o campo cultural” (idem). Portanto, não se verifica uma capacidade de intervenção cultural, programada, organizada, com identificação política, “como um conjunto de opções, objectivos e processos”, que possam desencadear um alinhamento de opções conscientes,

critérios, invertendo todo o processo vigente, em que “a prioridade segue a linha da infraestrutura do território, vindo depois a economia, o apoio social, a educação básica e só depois a cultura e o lazer” (ibidem). O poder municipal, muito centrado na acção do presidente que, frequentemente é um tecnocrata sem experiência ou capacidade de reconhecer o quadro existencial, o que dificulta a estruturação da acção cultural municipal, assentam no consensualismo que despolitiza a acção da câmara municipal, confundindo-a como uma ilusória emanção da vontade comunitária. Mas também “o presidencialismo que confere um poder reforçado ao presidente da câmara” (ibidem), obsta a que haja a formulação de opções e de alternativas divergentes.

Portanto, posso avançar que um dos obstáculos à divulgação, promoção, realização de um quadro equilibrado cultural e centrado nos interesses locais, encontrará razões na fragilidade das municipalidades, mais preocupadas com questões conjunturais, do que as estruturais, focando a sua acção no imediato e no sensacional, porque mais próxima dos votos e dos seus interesses particulares, não concentrando esforços na promoção de massa crítica local, criando polos de irradiação diferenciados, que pudessem gerar espaços mais empreendedores, criativos e inovadores. Continuará a ser verdade que a “crescente visibilidade do cultural, não chegou a responder a uma política cultural que, de modo, articulado e sistemático, acompanhasse e estimulasse as mudanças emergentes na sociedade civil (Santos, 1998, p.411). Várias foram as mudanças, desde 1974, que as políticas culturais sofreram, ao nível do quadro político administrativo, com mudanças orgânicas, mas o estado da arte continua a revelar “que a cultura, enquanto área de governação, foi recorrentemente subvalorizada na escala de prioridades, ainda que as narrativas programáticas a elevem ao olimpo das epopeias” (Lopes, 2004, p. 156), pois a tutela “ainda não aprendeu com os erros e que, salvo episódios pontuais, a sua acção tem, desde 1974, oscilado entre as políticas de ausência e as políticas da opulência” (Gama, 2013, p. 5). Continuará a existir um déficit cultural, de participação das comunidades, na protagonização dos seus valores, por dificuldades, particularmente, da administração local, na definição e implementação de políticas culturais, que

não tem dado passos firmes e objectivos em direcção à análise intensiva de políticas culturais locais.

A administração local tem de ser independente do poder central, não pode correr atrás das decisões nacionais, pese embora com elas articuladas. Ao Estado central cabe o dever de criar condições de igualdade de acesso aos bens culturais e sua fruição, através da efectivação dos direitos culturais, mas aos municípios será imputado o encargo de produzir, localmente, condições básicas de participação e de protagonização dos valores dos públicos, num princípio de articulação entre as áreas da cultura e da educação. Não se trata de eliminar diferenças culturais entre o interior e o litoral, mas tão somente, permitir que haja uma escala adequada a cada região, seja ela mais favorecida ou menos favorecida, encontrando modos locais de relação com a cultura. Mas isso só se as autarquias não funcionarem como reprodutoras de políticas nacionais, porque quantas das vezes, “a tomada de decisões, à escala local, está centralizada nos municípios, não havendo expressão relevante das freguesias” (Silva, 2007, p. 30). A acção das municipalidades tem sido mais infraestrutural, não colocando ao dispor das comunidades uma estratégia de democratização cultural, contrapondo uma cultura de massas pela organização de eventos culturais pouco consistentes, de média e grande dimensão. É de realçar que, frequentemente, a maior parte dos municípios perfilham políticas receptoras, em vez de funções produtoras de políticas culturais, o que confere às municipalidades protagonismos ilusórios, ao desvirtuar atribuições e competências.

No plano artístico – produções a partir da música, dança ou teatro - é confrangedor verificar-se que as produções, a realização de eventos, os grandes centros culturais, os enormes auditórios e teatros, se concentram naquela estreita faixa ocidental e que, a partir dela, desejam tudo e todos ocidentalizar, com a deslocação de eventos, quando estes o possibilitam por razões técnicas e/ou económicas. Ficam, assim as pequenas cidades, as vilas e as aldeias à mercê dos interesses litorais, por vezes sem escrúpulos. Dificulta-se, deste modo, a fixação de massa crítica nos concelhos mais afastados, impedindo o fortalecimento do seu papel, na organização dos territórios e a criação de polos de atracção, que a motilidade artística ajuda a promover. São lugares que vivem devagar, que se escondem em rotinas

escusadas, espaços em vias de desocupação. Pelo que me tem sido dado verificar, como produtor e realizador de eventos destinados aos territórios, existe um adormecimento nas práticas artísticas desenvolvidas nos locais e por iniciativa das municipalidades, não sendo frequente a utilização de modos criativos e inovadores, como residências artísticas, cooperação entre entidades, produção local de eventos com o envolvimento das comunidades, criação de universidades comunitárias, constituindo-se num género de CMAI (*campo magnético alargado de influência*), pelas provocações que facilita, ao confrontar-se com as multiplicidades locais que, claramente, influenciarão a actividade a desenvolver. Tem de haver uma maior preocupação da parte dos municípios, traduzida por uma visão global, polímata, em que se envolve por tudo e a partir de tudo. A Arte e a Cultura são pilares definitivos do desenvolvimento local, mas a cultura ainda ocupa uma “dimensão periférica na definição das políticas municipais de desenvolvimento” (Santos, 2012, p. 62), cujas razões são “o resultado de intervenções casuísticas a que falta o devido enquadramento estratégico” (idem). Uma política cultural é, sobretudo, uma política de mediação, não se trata de um fim em si mesmo, mas apenas o modo como se envolvem as pessoas, destinatários últimos das acções culturais.

Por hipótese e meramente num plano teórico, se desenhássemos vários segmentos de recta, se os cruzássemos em todo o interior do país, resultaria a formação de uma tangível rede de eventos, que mobilizaria artistas, técnicos, educadores, gestores, programadores, numa mobilidade nunca vista e de repercussão activa nos territórios e seus públicos. A intervenção por rede é um objectivo essencial para a estimulação do conhecimento, uma vez que se trata de um modelo consistente, flexível e de alto impacto, visto que, potencializa as acções individuais e trabalha-as na perspectiva do colectivo. Cada alvéolo ou favo, à semelhança com o que acontece com as abelhas, que se forma, no cruzamento daqueles segmentos, significa uma incrível bolsa de armazenamento de informações e de saberes, bolsa que se propaga de um lado para outro, através das direcções rectas. Desenha-se uma verdadeira geometria dos alvéolos. Mas os efeitos de curto prazo, tão característico de muitas das municipalidades, efectivamente, por razões eleitoralistas, vulnerabiliza as acções e as opções. Mas aqui, o Estado

Central não fica à margem de críticas e muitos daqueles que, outrora eram críticos das opções culturais e da construção desenfreada de equipamentos culturais, são, neste momento, técnicos superiores que, afinal mais não fazem do que serem correias de transmissão de objectivos estatais. Se o Estado não produz nem programa cultura, o que não é menos verdade é que ele também não democratiza os seus programas de criação e programação, enquadrando-os numa perspectiva de distribuição quase igualitária, em que as maiores regiões, Lisboa e Vale do Tejo e Norte, ficam com o maior quinhão de verbas, para projectos, muitas das vezes, pessoais e localizados, sem que, então, os territórios se vejam contemplados com opções artísticas desenhadas propositadamente para os territórios ora em análise⁷. É ver aquilo que poderia ter sido uma boa ideia – a Rede de Teatros e Cineteatros⁸ – que resultou, maioritariamente, numa oferta de eventos, já produzidos e importados do litoral e menos na produção local, de cooperação com as associações e grupos de amadores, só porque era necessário, por parte dos municípios, ter uma carteira avultada de eventos, o que só poderia ser realizado com produções, já, existentes. Como afirma Matoso, “as autarquias não podem ambicionar delimitar, dirigir, controlar ou tutelar a cultura, mas antes a estimular uma efetiva participação e a autonomia da multiplicidade dos agentes” (Matoso, 2013). Ora, esta é uma fragilidade da Rede de teatros e Cineteatros que vai condicionar toda actividade cultural e artísticas das regiões, por compromissos assumidos e que não dão oportunidades a novas adesões.

Mas existem questões adjacentes, mas determinantes do êxito ou inêxito de qualquer programação artístico-cultural, que tem na figura do programador cultural que, por vezes concentra o cargo, também, de director do teatro municipal e que se torna num novo emergente protagonista, tendo por função a selecção sobre a oferta a apresentar aos públicos dos territórios. E aqui, há que se temer pela insuficiência daquele actor, por impreparação, por

⁷ É verificar o que acontece com a acção da DGArtes (Direcção Geral das Artes), organismo do Ministério da Cultura.

⁸ A RTCP é um instrumento estratégico fundamental para o combate às assimetrias regionais e para o fomento de coesão territorial no acesso à cultura e às artes em Portugal, assente na descentralização e na responsabilidade partilhada do Estado central com as autarquias e as entidades independentes (conteúdo da DGArtes, Portaria nº 106/2021 de 25 de maio).

desconhecimento, por carência de suficiente experiência, ou porque, apenas é o técnico indicado pela municipalidade e, portanto, vai passar a funcionar como uma extensão das suas políticas, vontades ou opções muito particulares. Então, as decisões surgem, essencialmente, como um resultado pessoal, não académico, numa espécie de “promiscuidade” entre a incerteza das suas opções e a arbitrariedade que envolve as suas resoluções, em nome, frequentemente, de planos deslocados, importados ou escusados para os territórios. O programador passa a ser um legitimador de valores culturais que, por vezes se representam por decisões dispensáveis, num exercício de poder, pois “o facto de o programador produzir o discurso, torná-lo visível e contribuir para a formação de uma narratologia e, em consequência, do cânone, é um acto profundamente político e de poder (Lopes, 2010, p. 197). Parece-me constituir um dos aspectos importantes na programação, o facto da existência de um programador sensível, experimentado e com conhecimento profundo da realidade, mas cujo assunto não tem sido, devidamente, analisado e discutido.

1.1.Pertinência do ponto de vista científico e social

A fixação da população local, mas fundamentalmente uma nova população, gerando empreendedorismo, criatividade na acção, requalificação de recursos, dinâmica cultural e artística, depende de inúmeros factores territoriais, administrativos, económicos e culturais. Mas então, porque não entender, que aqueles territórios continuarão a perder população, mas acima de tudo, a desperdiçarem energias e recursos, se não soubermos reconhecer a sua identidade e a necessidade de se sentirem activos e protagonistas da construção local. Difícil será alterar a situação que, durante tantos anos, tem persistido. Não obstante, conseguir-se-á minimizar alguns dos impactos mais negativos das dinâmicas locais, se se puder assegurar uma energia mínima, persistente, regular, objectiva, significativa, integrada, por uma acção cultural e artística, que conduzirá à manutenção de níveis de ocupação nos espaços rurais. Estaremos a valorizar os recursos locais, a sua importância e tornar mais coeso um território que vai pensando e apelando por prioridades de

intervenção. Porque os poucos habitantes de Vale da Mula⁹ também desejam ser e ter direito à fruição cultural, social e artística. É a economia da cultura a funcionar.

Um dos maiores desafios que o país tem pela frente é abrir a porta do desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade, através da arte e da cultura, com o imprescindível contributo de todos os agentes, particularmente das autarquias, das associações e comissões intermunicipais, de modo, se possa restituir às populações, públicos em outras sedes, a esperança de melhor qualidade de vida nesses territórios, tornando mais coeso o país, mais identitário e mais inclusivo. Abrir a porta do desenvolvimento nos Territórios de Baixa Densidade é, pois, um dos grandes desafios que Portugal tem pela frente e que reclama o contributo e o envolvimento de todos os agentes sociais, económicos e políticos, públicos ou privados, na construção de um caminho que devolva às populações, que aí continuam, ainda, a viver e a trabalhar, a esperança no futuro, sem esta tonta separação entre o litoral e o interior, que se torna ainda mais grave e doloroso, quando o dividem em litoral e a província. O processo de planeamento, o modelo de governança e a justeza das políticas públicas deverão andar de mãos dadas, no trabalho de encontrar os melhores processos de desenvolvimento do país, com equidade¹⁰.

Tem de existir uma abordagem integrada e alargada, de modo a participação das comunidades locais seja activa e significativa, pois desde há muito se “encontram desligadas das particularidades do território e dos recursos endógenos” (Mota, 2019, p.17). Logo, o sucesso desta acção sustenta-se na componente identitária local, “mas que não deve perder de vista a sociedade global em que está inserida” (idem, p.18). Assim, entende-se que a diversidade de caminhos só será causa e consequência, se subsistir uma forte ligação entre recursos exógenos e endógenos, que se articularão e se fortalecerão, pensando-se que, apara além do local é necessário “agir localmente e pensar globalmente” (Limonad, 2006, p. 367). E é neste quadro de abordagem que se torna fundamental a articulação de todos os agentes,

⁹ Freguesia Vale da Mula, concelho de Almeida, distrito da Guarda)

¹⁰ “A problemática dos territórios de baixa densidade: Quatro estudos de caso”, de Bruno Mota

particularmente, os directores dos teatros municipais e dos programadores, que não se podem ficar no plano institucional e burocrático, afastado da realidade e de uma lógica de proximidade, evitando pensar os lugares isoladamente, como uma espécie de colecção de pessoas, de coisas e de artefactos. Limonad volta à questão, que nos parece central e tão afastada das decisões institucionais, evidenciando que somente,

“Uma conjugação / articulação de forças entre os diferentes atores sociais em disputa no território, parece ser o elemento necessário para que se possa pensar o desenvolvimento local e regional, pois em caso contrário esse se transforma em uma soma de proposições de políticas e práticas vazias de significado para o complexo conjunto de atores sociais aí presentes e articulados em distintas escalas geográficas e de poder”.

E o regresso aos programadores, directores de teatros municipais, de casas de cultura e centros culturais, é imperativo, pois, a existência de infraestruturas físicas e muitas delas apetrecham os territórios, não é factor suficiente para se apurar a coesão territorial, pois elas devem alojar significados diversos, económicos, sociopolíticos, artísticos e culturais, vinculados a opções e não destituídas de sentido, apenas porque existem, acolhem técnicos e alinham vãs ilusões momentâneas. A economia cultural é um princípio a levar em linha de conta, que se opõe a uma visão imediatista e unívoca da realidade e que deve combater uma espécie de “deseconomia” que, fragilizando o interior rarefeito, fortalece o litoral superpovoado. Este é um custo que ninguém deseja suportar, mas que as comunidades dos territórios vivem e não vislumbram oportunidades de reverterem. Portanto, há que se reinventar a posição e função dos responsáveis pelas estruturas municipais de cultura, organizações principais para o desenvolvimento de muitas comunidades, independentes das tutelas municipais, diga-se, presidentes de câmara e sujeitos a concursos de admissão, supervisionados por júris, também eles independentes, com conhecimento e experiências práticas nas realidades dos territórios.

O processo de aplicação de políticas públicas não é uniforme no país e depende do tipo de governança que, principalmente, as municipalidades implementam em termos de prioridades, opções estratégicas, disponibilidade de recursos, parcerias estabelecidas. De qualquer modo seria oportuno, acima de tudo, mas o que julgamos não poder fazer neste projecto pós-doutoral, porque não é o local, nem tão pouco o seu objectivo, a reformulação da definição, da abrangência e de que tipo de políticas públicas se fala, ou se mesmo, a poderíamos substituir por um sentido mais concreto como o de “Interesse Público”. Pois a questão que se nos afigura de maior utilidade e oportunidade, está para além da sua definição, seria perceber como se podem garantir os serviços nos territórios com eficiência e com os resultados esperados pelos locais, porque “não se trata aqui de abordar o interesse público com base numa perspectiva do enquadramento jurídico e constitucional” (Mozzicafreddo, 2007, p. 21). Porque o Interesse Público, ou o Interesse dos Públicos, manifesta-se quando se articulam diferentes vontades, as regionais e as locais, quando coincidem o bem-estar individual e o colectivo, já que “o bem comum, o que entendemos por boa sociedade, é a sustentabilidade e a praticabilidade da organização social” (idem, p. 23). Mas quantas das vezes o interesse dos públicos se encontra no polo oposto aos interesses do Estado, portanto, das municipalidades como mecanismo extensivo do poder do Estado, porque “este procura manter a proximidade da relação assistencial e clientelar, com a aceitação dos interesses particulares que dessa maneira, lhe confere estabilidade política, consenso institucional e apoio de grupos ou corporações” (ibidem, p. 30). Logo, as decisões em prol dos locais e dos seus públicos – sinto que é preferível utilizar a palavra públicos em vez de populações, já que estas devem ser protagonistas preocupados em alcançar metas de desenvolvimento local, sendo simultaneamente públicos e actores – devem constituir-se em acções estratégicas, como resposta às questões e necessidades locais, por processos económicos, sociais e culturais, que corrijam desequilíbrios, as diferenças e as disparidades entre litoral e o interior. E estas assimetrias regionais “limitam o desenvolvimento de regiões e o acesso das respectivas populações a recursos e condições de vida essenciais para assegurarem a sua cidadania plena” (Baronet, 2012, p.16).

Não há dúvida que nos últimos anos a territorialização de políticas públicas tem vindo a ganhar dimensão, mas não sem que, na maioria dos casos, nos pareça existir, ainda, carência de objectividade nas estratégias, tornando-as, assim, ineficazes, pois não têm em consideração as particularidades e condicionantes territoriais. As políticas de desenvolvimento local devem saber protagonizar os locais, em termos dos seus recursos, da adaptabilidade de outros e a fixação e promoção de novos públicos, enquanto se devem eliminar impedimentos que resultem do deficiente entendimento da importância da cultura e da arte, como realidade complexa de mensagens e valores, por actos relacionais e dinâmicos. Qualquer tentativa de aplicação de políticas nos territórios deve partir da análise objectiva das assimetrias que existem, porque elas sendo já de enorme grandeza, continuarão a conduzir os locais ao abandono e ao esquecimento. A economia cultural, baseada nas artes performativas, nas artes combinadas, nas artes plásticas, artesanato e património e na sua circulação, é segmento importante no desenvolvimento local:

“A Economia da Cultura é estratégica: pelo seu dinamismo; pela geração de produtos com alto valor acrescentado, cujo valor de venda é em grande medida decidido pelo seu autor ou criador; pela alta empregabilidade do setor; pela diversidade de empregos gerados, em todos os níveis, com remuneração acima da média dos demais; pelo baixo impacto ambiental; pelo seu impacto positivo sobre outros segmentos da economia como a produção e venda de equipamentos electrónicos (tv, som, computadores, telemóveis, etc.); porque tem fortes externalidades sociais e políticas; porque os bens e serviços culturais contêm informação, universos simbólicos, modos de vida e identidades; porque o seu consumo tem um efeito que abrange entretenimento, informação, educação e comportamento; porque a exportação de bens e serviços culturais tem impacto na imagem do país e na sua inserção internacional; porque o seu desenvolvimento económico está fortemente ligado ao desenvolvimento social, seja pelo seu potencial, seja pelo desenvolvimento humano inerente à produção e à fruição de cultura; e ainda porque tem grande potencial para

promover a inserção soberana e qualificada dos países no processo de globalização” (Manso, p. 22).

Da observação que tenho vindo a fortalecer, percebe-se que, os mais variados aspectos da arte e da cultura de cada comunidade devem favorecer o desenvolvimento económico e social se, efetivamente, assentes numa diversidade conceptual, consequência do cruzamento de recursos endógenos e exógenos. O exemplo de algumas das cidades criativas é o modelo que se poderia seguir, já que foi a partir de eventos mínimos de arte e cultura, que se produziu um caminho de desenvolvimento local e de transformação do quotidiano das comunidades. A Arte e Cultura constituem, indelévelmente ligadas, a dimensão fundamental para o processo de desenvolvimento, fortalecendo a individualidade, o protagonismo e a identidade dos locais. Na Declaração do México, de 1982, pode ler-se que “É indispensável humanizar o desenvolvimento; o seu fim último é a pessoa, sua dignidade individual e a sua responsabilidade social. O desenvolvimento supõe a capacidade de cada indivíduo e de cada povo de informar-se e aprender a comunicar suas experiências” (Unesco, 1982, p. 3). A liberdade cultural não é independente do todo social, é imprescindível estabelecer conexões com a Arte e a Cultura, evitando o isolamento do sempre falado *crescimento económico*, pois o “o desenvolvimento e promoção da educação artística compreendem não só a elaboração de programas específicos que despertem a sensibilidade artística e apoiem grupos e instituições de criação e difusão, mas também, o fomento de atividades que estimulem a consciência pública sobre a importância da arte e da criação intelectual” (idem, p. 6). Daí a importância da economia cultural fundamental para o desenvolvimento, porque este “só tem um verdadeiro sentido quando permite aos indivíduos e aos povos, viver melhor e realizar na plenitude as suas aspirações morais, espirituais e o pleno florescimento das suas faculdades criadoras” (Rist, cit. In Trennepohl, et al 2007, p. 153).

Tem de se encontrar um novo olhar para os territórios de baixa densidade, reforçando os actores locais, cometendo-lhes relevância, estabelecendo-se diferentes mecanismos de cooperação, eliminando dependências estratégicas e estruturais dos territórios do litoral, criando-se redes de cooperação, pois “o país tem parcelas crescentes do seu território em estado de necessidade, que mais parecem verdadeiros territórios em reclusão” (Covas, 2018, p.127). Existem municípios sem qualquer actividade relevante, seja económica ou cultural, entregues a uma construção lenta, desarticulada e vivendo sob a sedução permanente pelas coisas do litoral, não percebendo que “ao lado de uma economia de recursos globalizada é necessário criar uma economia de recursos relocada” (idem p.133). Aqui se releva o conceito de economia cultural que fará convergir o esforço de territorialização de políticas públicas, com aquelas que resultam da articulação do território com os seus recursos, com os seus activos materiais e imateriais. Trasladar conceitos, dimensões ou eventos, do litoral para o interior não contribui para o capital territorial, no sentido de que ele deve assumir-se como o grande contributo para o desempenho dos lugares e para a mobilização dos seus actores, à volta de “um referencial estratégico de alcance colectivo” (Lopes, 2001, p.7).

Verifica-se frequentemente, face à inoperância das entidades locais, nomeadamente, as municipalidades, que “o espaço rural é, cada vez menos, um espaço produtor e, cada vez mais, um espaço produzido” (Covas, 2017, p. 28), com as funestas consequências ao nível da autonomia, sem vislumbre de uma montagem imaginativa e eficiente para as realidades locais, que vivem situações de abaixamento cultural, desprestígio funcional e êxodo crescente. Quase que poderíamos fazer apelo à teoria da Modernidade Líquida, de Zygmunt Bauman, encontrando uma verdadeira metáfora para a vida dos territórios, em que tudo parece ser mais volátil, efémero, instável, fluido como um líquido. E as razões de toda esta dificuldade de funcionalidade encontram-se no “divórcio manifesto entre a política (local) e o poder (global), isto é, enquanto política é doméstica e está territorializada, o poder é global e extraterritorial” (idem, p. 61).

A aplicação de políticas públicas nos territórios envolve uma cooperação extrema entre todos, uma distribuição de responsabilidades permanente e não apenas em momentos especiais, como são as eleições. A cultura é, seguramente um acto de política pública, à volta do que as comunidades se organizam, sendo os artistas que a reorganizam à volta de veículos especiais, como o cinema, a música, a dança, a pintura, a arquitectura, ou simplesmente a expressão no quotidiano. O Estado tem outro papel, o de estabelecer mecanismos de incentivo e preservação cultural e o de procurar o aperfeiçoamento de territórios-rede. Mas frequentemente, dá-se a inversão daquela cadeia, passando o Estado a ter o papel principal, segundo as suas opções, as suas cores partidárias, ou simplesmente, suportando-se na sua insciência orgânica, o que me acontecer, frequentemente, com os Teatros Municipais.

Então, a economia cultural deve ser entendida como a valorização de recursos, como a protagonização dos locais e seus agentes, deve constituir o obstáculo ao sistema clientelar e corporativo estabelecido, diluindo a distância entre litoral e interior, esbatendo as barreiras de um Estado bipolar que medra entre o Estado Central e o Estado Local, “um país bipolar de longa data, são as omissões do Estado-administração, são capitais de distrito completamente vergadas ao centralismo de Lisboa, é, afinal, um país sem coluna vertebral” (Covas, 201, p.145). Logo, a existência de um mercado de bens e serviços culturais constituirá um factor de valorização dos locais, de divulgação dos seus recursos e de impulso para a construção de mecanismos empreendedores, pois o simples facto de acontecer um evento, isso desencadeará uma série de ocorrências económicas locais, com influência na crescente melhoria de condições de vida das populações, que alarga o quadro de oferta económica. Interessante observar que esta *contribuição criativa* a partir da realização de eventos artísticos e culturais vai funcionar como *estímulo criativo* para a ponderação de uma mudança qualitativa da vida local. Como evidencia Rui Vilar, “a cultura deixou de ser um acto de criação para fruição de uma elite restrita e estendeu-se, através de processos massificados e mediatizados, a largas camadas da população. Deixamos aos especialistas dessas áreas a tarefa de saber até que ponto esse

processo modificou também o lugar e o papel que a cultura desempenhou nas nossas sociedades e que, em grande parte, se pretendia crítico ou alternativo às realidades económicas” (2007, p. 138). Mas que não haja, agora, uma inversão de papéis, requerer através da cultura uma estratégia, estritamente, económica de enriquecimento local, diminuindo a importância, sem paralelo, da cultura como modelo de valorização das comunidades. Retomando Rui Vilar, “supõe-se que a cultura forneça, sob a forma de evasão ou de crítica, uma realidade alternativa ao mundo frio das leis económicas. A cultura acrescenta à economia um delta de humanidade, de criação e de inovação” (idem, p. 140). De facto, a criatividade passou a constituir um recurso-chave para o desenvolvimento dos lugares e das suas comunidades, fazendo com que os resultados se orientam mais no sentido da atracção de talentos do que na inclinação por empresas e iniciativas mercatórias.

O desequilíbrio territorial em termos demográficos, sociais e culturais, os apelos das paisagens metropolitanas, o desleixo cultural e artístico a que aqueles territórios se foram votando, a desactivação de infraestruturas essenciais, como escolas, centros de saúde, serviços, foram fragilizando os contextos territoriais, colocando os territórios numa perspectiva de reserva para a expansão urbana crescente. A ideia de complexidade, fundamental para o entendimento da sustentabilidade, relacionando campos de conhecimento, pedagogia, linguística, artes, biologia, sociologia, foi degradando-se, criando realidades contraditórias, aleatórias, simplistas e incertas, ao invés de um sistema de pensamento aberto, abrangente e significativo, realidades. Deixou-se ao acaso a vida local, foi-se, lentamente, tornando mais permeável a um quadro de insustentabilidade.

O conhecimento real de um determinado espaço acontece não só pelas relações, mas sobretudo pelos processos que nele se cumprem. O desenvolvimento dos territórios deve constituir uma acção combinada, entre os constituintes endógenos e os elementos exógenos, numa circularidade por etapas. Só assim se poderá alcançar um verdadeiro entendimento da sustentabilidade, num modelo de sucessão de sistemas e menos em actos e circunstâncias isoladas. Os processos culturais e a

sua caracterização, a partir da história local e regional, das condições socioeconómicas, da ecologia sustentável, passam a ser vectores de dinamização das realidades locais.

1.2. Questões que se colocam ao desenvolvimento

O objectivo primeiro deste trabalho é, de alguma forma, contribuir para uma análise dos principais obstáculos que se colocam ao desenvolvimento dos territórios, principalmente, ao nível dos contributos que a Arte e a Cultura podem dar. Contudo, não se pretende realizar algum investimento sobre o modo como a governança territorial, ou mesmo, sobre o tipo de relações que o quadro nacional utiliza para se relacionar com os territórios, sob o ponto de vista administrativo ou económico, mas particularmente, perceber como os diferentes actores locais (municipalidades, associações de desenvolvimento, mediadores culturais e populações) se entreolham e intervêm ao nível da governança territorial local. Portanto, duas questões fundamentais se colocam e que este trabalho procura questionar e que se relacionam com, “como as políticas locais têm contribuído para o desenvolvimento dos territórios” e “como a economia cultural pode influenciar e garantir soluções mais adequadas e sustentáveis o desenvolvimento local”.

Os territórios só se constroem numa matriz sustentável, se ligados às paisagens culturais, permitindo que a mobilidade e o aproveitamento dos recursos locais, que devem patrocinar os protagonismos dos seus públicos, resultem na valorização das especificidades e diferenças culturais. Contudo, assiste-se ao esgotamento dos modelos tradicionais de acção, que deveria justificar um amplo questionamento sobre consumo, política local, modos de viver e reconstrução das relações territoriais. Os lugares devem exigir novas configurações culturais, assumindo que a diversidade das suas dinâmicas, devem proporcionar dependências dialécticas sobre a realidade global. Não mais é possível entender a sociedade contemporânea sob um código cultural homogéneo, mas sim rever-se numa multi-identidade, híbrida, significativa e flexível¹¹. Nos últimos tempos a economia cultural ou economia criativa tem

¹¹ “Educação em Territórios de Baixa Densidade - Ensino Profissional e Desenvolvimento”. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, de Júlio Baptista Álvaro (2013), Universidade de Coimbra.

vindo a ganhar consistência, num movimento marcado pela criatividade e inovação, que se “consolida à volta de indústrias culturais e criativas, cidades criativas, ecossistemas e clusters criativos, cadeias de valor e modelos de negócio criativos, políticas públicas para a economia criativa” (Covas, 2020, p.82). Mas o que acontece, é que ainda não existe uma rede atractiva nos territórios, ainda não está disseminada a ideia de nova economia “feita de conhecimento, cultura e criatividade” (idem), continuando os territórios à mercê de opções pessoais, frequentemente vulgarizadas pela rotina. Contudo, parece-me termos de estar muito atentos às ditas *políticas culturais* e à *economia cultural*, como processos de transformação social e não tanto como iniciativas para a manutenção de uma certa ordem política e social. O impacto económico da cultura nos lugares é um marco de significativa determinância, de que não se pode duvidar, a avaliar pelo êxito conhecido de algumas cidades portuguesas – As Cidades Criativas – mas também, se dermos um olhar breve por alguns países que encontraram na cultura e no modelo de cidades criativas, o seu modo de desenvolvimento, como é o caso da Bilbao (Museu Guggenheim), de Toronto (O Modelo Toronto – a diversidade artística e o impulso dos imigrantes), mas igualmente de Montreal, Barcelona, Veneza, etc.¹²

Assim, um novo conceito começa a consolidar-se e que deveria ser alargado aos territórios, as Cidades Criativas, como espaço colaborativo, de protagonização e de valorização dos locais. Se assim for, estaremos diante de um novo andaime do desenvolvimento territorial, numa convergência entre todos os actores dos territórios. Alguns exemplos começaram a surgir, mas a maior parte, ainda localizada em zonas do litoral e que foram denominadas pela Rede Unesco como Cidades Criativas, convertendo-se em espaços artísticos e culturais, como é o caso das cidades de “Óbidos (Literatura 2015), Amarante (Música, 2017), Barcelos (Artesanato e Artes Populares, 2017), Braga (Artes Digitais, 2017), Leiria (Música, 2017) e Caldas da Rainha (Artesanato e Artes Populares, 2019)” (ibidem, p. 81), mas somente uma cidade em pleno interior foi criada, Idanha-a-Nova (Música, 2015). Em 2004,

¹² “Criar um bom plano de cultura não mé um exercício de cima para baixo. O engajamento da comunidade é a chave” (“A Cultura pela Cidade”, coleção *Os livros do observatório*, dirigida por Teixeira Coelho, 2008, São Paulo, Editora Iluminuras)

no seu 170º Conselho Executivo, e seguindo uma proposta do Reino Unido, a UNESCO criou uma plataforma global para cooperação entre lugares, que identificam a cultura e a criatividade como factores estratégicos para o desenvolvimento sustentável nos seus aspectos económicos, sociais, culturais e ambientais: a UNESCO Creative Cities Network. A Criatividade passa a constituir o enorme factor estratégico para o desenvolvimento dos lugares – prefiro a denominação de lugar a cidade, porque mais amplo sem restringir qualquer natureza de cada região ou lugar. Este não existe apenas como ocupação de um território, mas porque é centro de divulgação artística e cultural, através de livros, de jornais, da gastronomia, de tradições, de música, de dança e de artistas locais. Os lugares devem representar a oportunidade de laboratórios de ideias, num compromisso de os transformar mais inclusivos, resilientes e sustentáveis, através da utilização da cultura e da arte como os recursos de privilégio e em que a criatividade passe a constituir um recurso básico, significativo e imprescindível. Mas terá de existir uma abordagem, também, mais criativa dos processos de desenvolvimento incorporando conexões entre organização, políticas sociais, educacionais e económicas.¹³

Quando se fala de cultura, de um modo geral, estaremos conscientes da ambiguidade do termo, situada entre a racionalidade e a emocionalidade. Encourajar a vida do homem à volta de uma existência, de preocupações circunstanciais, é apenas o modo racional, é debulhá-lo de uma vida activa e protagonista e enfeudá-lo a um tempo debilitado e achacado. O normativo não pode constituir a essência de uma existência, suportando esta na regularidade formal e contextual. Antes, a cultura deve ser arquitectada num complexo de conhecimentos, de tradições, de artes, de conexões diversas, de experiências únicas, que envolva o homem como membro activo de uma comunidade, mobilizando o conceito de cultura em direcção à diversidade de

¹³ A Tese de doutoramento de Ana Carla Fonseca Reis, sobre CIDADES CRIATIVAS (2011), conceito aplicado à cidade de São Paulo, caracteriza a natureza de uma cidade criativa, respondendo a uma nova proposta conceptual, pese embora, assunto pouco debatido e o modo como ele pode nortear o desenvolvimento dos lugares, de modo, pertinentemente, conectado. São as questões urbanas, a visão global e consensual, a sustentabilidade, a economia cultural, os diálogos intergeracionais, as indústrias criativas, alguns dos aspectos que determinam o futuro do desenvolvimento qualitativo dos lugares e a protagonização dos seus públicos. Disponível em: http://teses.usp.br/teses/disponiveis/Tese_Ana_Carla_Fonseca_Reis.pdf

sentidos, indo de encontro à sua etimologia, *como amplexo de tratamento e cultivo de conhecimentos e experiências*. Será deste modo, que se evitarão mal-entendidos entre interior e exterior, entre forma e conteúdo, entre artistas e públicos, antes, se prescreverá uma unidade conexas, viva e actuante.

Não se pode dissociar cultura e desenvolvimento, tornar cada um deles num aspecto da evolução das comunidades, isolá-los nas suas circunstâncias e contextos, pois o que se tem visto “foram políticas de desenvolvimento dissociadas das políticas culturais, não conseguindo atingir nem o desenvolvimento cultural, quanto mais outros desenvolvimentos, apenas fortalecendo o crescimento económico” (Ferreira, 2018, p.44). Nunca se poderá desconsiderar a contribuição da cultura e o seu poder, num projecto de desenvolvimento de um país, voltando Ferreira a considerar que “não se pode olvidar que congregar as políticas culturais com as políticas de desenvolvimento, concorre mesmo para o desenvolvimento cultural” (idem, p. 4). Como se poderá, então, estruturar uma política para a promoção do desenvolvimento, a partir de práticas culturais, senão “numa concepção de cultura, no tempo e espaço comprimidos da globalização que valorize tradição e modernidade, de forma que uma não se sobreponha à outra” (ibidem, p. 45).

A Arte e a Cultura são campos onde se cruzam muitos aspectos da nossa vida, como sociais, económicos, políticos, educacionais e tecnológicos e os locais devem disso, ter consciência, uma vez que, para haver desenvolvimento local, todos os actores devem encontrar-se articulados para além do local. Frequentemente, as municipalidades tendem a fechar-se sobre si mesmas, constroem quadros de acção fechados, centrados em opções particulares, com limites e possibilidades que diferem das dos públicos locais, não entendendo que a nova realidade não se constrói num momento, antes, necessitam de processos contínuos geohistoricamente alicerçados em quadros alargados de acção, porque “para o desenvolvimento local ocorra sem amarras institucionais, não devem ser consideradas apenas as características do local. Devem ser consideradas também as possibilidades de articulação com actores e fatores externos em diversos níveis de poder e escalas” (Limonad, p. 376). Os projectos devem ser de natureza comum, unindo recursos e experiências, potenciando ferramentas endógenas e

exógenas, evitando a institucionalização das iniciativas institucionais. A existência de infraestruturas, os planos municipais culturais, quando existem, as influências dos programadores e directores de teatros municipais, não são por si só, o garante de coesão territorial e de desenvolvimento local, pois para as “infraestruturas físicas, os objetos no território serem efetivos devem possuir um significado económico, político e social, devem atender a interesses geograficamente localizados, ou seja, devem estar vinculados a determinados valores e ações, ao contrário são destituídos de sentido” (idem, p. 378).

Os repertórios culturais têm sido subtraídos às comunidades, ocasionando vazios e ausências, que diminuem as competências e fragilizam os espaços, como territórios de inovação, de resistência e de empreendedorismo, assistindo-se ao fenómeno de uma certa *desterritorialização* (escassez de identidade), ou mesmo de *deslocação* (desocupação). Deseja-se perceber, a partir das diferentes sensibilidades locais, de que modo, as organizações se propõem ampliar o sentido da participação dos locais, a partir das suas especificidades simbólicas, históricas, sociais e culturais, nunca perdendo de vista os traços que ligam *a memória do passado* (a história dos lugares) com *a memória do futuro* (novos projectos). As políticas públicas devem saber suportar as indústrias da cultura e da arte, porque, para além do seu património intrínseco, constituem complemento à educação, na sua assunção social e identitária.

Se desenhássemos vários segmentos de recta, se os cruzássemos em todo o país afastado, resultaria a formação de uma tangível rede de circunstâncias e eventos, que mobilizaria artistas, técnicos, educadores, animadores, gestores, programadores, numa mobilidade nunca vista e de repercussão activa nos territórios e seus públicos. A intervenção por rede é um objectivo essencial para a estimulação do conhecimento, uma vez que se trata de um modelo consistente, flexível e de alto impacto, que potencializa as acções individuais e trabalha-as na perspectiva do colectivo. Cada alvéolo ou favo, à semelhança com o que acontece com as abelhas, que se forma no cruzamento daqueles segmentos, significa uma incrível bolsa de armazenamento de informações e de saberes, bolsa que se propaga de um lado para outro, através das direcções rectas, autêntica geometria dos

alvéolos territorial e de valor acrescentado. E assim, num instante, todos os territórios ficariam abrangidos por uma manta de acção, um jeito de tabuleiro de coisas assimétricas, de destrezas particulares, de feitos inesperados, de cores, de perfumes, de tamanhos, numa geometria de ventos que vai soprando os mais belos mistérios, as mais intrigantes palavras, as melhores razões e sem-razões.

As estratégias de Interesse Público para os territórios não se podem implementar ao gosto das circunstâncias ou das contingências políticas, correndo-se riscos de estagnação do interior numa “estratégia mista à portuguesa que corre melancolicamente ao sabor das circunstâncias e nenhuma alteração substancial se produz na estruturação do território (Covas, 2020, p.135). Algo de interessante é a concepção de António Covas sobre as estratégias de valorização do interior, quando ele diferencia a “Grande Estratégia de Valorização do Interior” e a “Pequena Estratégia de Valorização do Interior”, em que a primeira se sustenta numa “conexão entre os arcos metropolitanos do litoral e os arcos regionais do interior e da nossa capacidade de estruturar duradouramente as áreas de influência desses arcos” e a segunda se define pela “acção melancólica, municipalista e intermunicipalista de mitigação e remediação de danos” (idem, p.136). A economia cultural é o modo e o texto de transformamos o interior em territórios desejados, que está para lá de “um simples cardápio político-administrativo” (ibidem, p. 201), mas que deve confrontar o poder político local “com as suas responsabilidades públicas” (ibidem). Os territórios possuem imensos recursos, uma diversidade cultural assinalável, talvez mais do que o imaginamos, apenas não foram investigados, reinventados e protagonizados, de forma continuada, “onde os factores identitários, as artes e a cultura têm um papel fundamental” (ibidem, p. 202), afinal sinais distintivos territoriais que “podem contribuir decisivamente para a construção da iconografia de uma região, a sua imagem de marca impressiva territorial” (ibidem, p. 137).

2. ESTADO DA ARTE

A análise documental que segui, privilegiou muitos dos documentos oficiais de livre acesso e que estavam relacionados, especificamente, com os

[Escreva aqui]

Territórios de Baixa Densidade do modo como eles plasmavam ou não a importância da Arte e Cultura, como ferramentas de promoção e desenvolvimento, tendo constituído uma técnica importante na pesquisa qualitativa da investigação. Foi, de facto extremamente importante a quantidade de documentos e normativos consultados, pois permitiram-me uma melhor contextualização do assunto e uma mais profunda caracterização da situação que os territórios enfrentam, pois, por vezes, os documentos constituem as únicas fontes de exploração de princípios e metas para a análise de um objecto. Ao mesmo tempo, esses documentos são testemunhos, quer de actividades, quer de opiniões de instituições que valorizam circunstâncias e factos ocorridos, permitindo melhor compreender determinados fenómenos. Mas também a pesquisa bibliográfica, como fonte secundária de informações, permitiu o acesso a autores, cuja diversidade de opiniões completa o acervo documental consultado.

2.1. Corpus Documental

As fontes de informação desempenham um papel essencial nos trabalhos de investigação e, fundamentalmente, na construção de apreciações rigorosas e aceitáveis, sob o ponto de vista de credibilidade e confiabilidade. Foi examinada uma série de documentos e relatórios com origem pública (Governo, CIM, Direcção Regional de Cultura, Teses, Obras de referência), que me pudessem conferir conhecimentos confiáveis e, especialmente, análises críticas sobre o estado da arte. Mas nem sempre foram encontradas informações bastantes e claras sobre assunto, porque ou encharcadas de opiniões políticas restritas, ou então relevando aspectos administrativos e, portanto, desfocados do tema principal, “o desenvolvimento a partir dos processos de economia cultural”. Foi, sempre, difícil, perceber a tendência das opções políticas em relação aos territórios, principalmente por parte das municipalidades, no que se refere ao impacto das suas estratégias. A análise mais acima efectuada¹⁴, demonstra a percepção sobre o desenvolvimento local e o afastamento entre entidades e populações, relevando a falta de proximidade entre recursos endógenos e exógenos. Verifica-se que alguma

¹⁴ *Item 2. Estado da Arte*

economia cultural e factores empreendedores estão mais presentes em territórios com maior densidade populacional, deixando a definir a maior parte dos territórios. E será sempre bom entender-se que o desenvolvimento não deve ser, apenas, percebido como sinónimo de crescimento económico. E, então, foi sendo difícil descobrir uma estratégia de desenvolvimento articulada e de construção social, pois grande parte dos documentos visitados não privilegiavam uma visão alargada e estruturada das realidades, dificultando, assim, a análise global das finalidades deste trabalho de investigação. Verificou-se, permanentemente, uma dificuldade no entendimento dos territórios como espaços de relações sociais, que devem ser aprofundadas e valorizadas¹⁵.

O recurso metodológico mais utilizado neste trabalho de investigação teve como fonte, sobretudo, a pesquisa bibliográfica, não sem que deixássemos de relevar como importante os questionários e as duas entrevistas realizadas. E foi o método indutivo a estratégia empregue, partindo do particular para o geral, tentando encontrar uma fórmula de acção que pudesse envolver todos os actores, fossem eles da administração, fossem mediadores culturais locais.

Através de uma leitura atenta e preocupada, conclui-se que há carência de documentação e de reflexão sobre a temática territorial, conduzindo à persistência, por parte das entidades, de uma incapacidade de perceber e intervir nos processos de desenvolvimento, pelo que, a governança local, principalmente ao nível municipal, deve requerer para si uma nova forma estruturada de análise e de acção. Contudo foi possível construir um corpus documental, reconheço não muito representativo e pouco diverso, mas que pode suportar alguma reflexão sobre a temática dos territórios de baixa densidade e ao qual deixo alguns comentários oportunos: fraca representatividade, limitações na qualidade da abordagem dos assuntos, frágil preocupação de uma análise holística dos problemas, incidência nas

¹⁵ Interessante a opinião de Murilo Flores, “A identidade cultural do território como base de estratégia de desenvolvimento – uma visão do estado da arte”, da colecção “Territórios com identidade cultural” em que desenvolve a ideia de uma forte identidade como estratégia de valorização e a importância das institucionalidades no desenvolvimento territorial (Murilo Flores - Março, 2006, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, ex-Presidente da Embrapa e exSecretário de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura do Brasil).

questões económicas deixando de lado a economia cultural. Assim, torna-se difícil construir um corpus documental criterioso, útil, abrangente, que contextualize princípios e categorias, num quadro interdisciplinar identificado por critérios práticos, técnicos e conceptuais, que valorize a investigação, perante a fragilidade técnico-conceptual verificada em grande parte dos documentos e obras consultadas.

Não existe, por exemplo, um banco de dados disponível e acessível sobre cultura, o que parece constituir uma desvalorização da acção cultural, surgindo esta como um tema suplementar, ocasional e quando oportuna. Aliás Teixeira Coelho¹⁶ é certo quando realça facto de que “a elaboração de bancos de dados sobre a cultura é marcada pela concepção de que a política cultural é uma operação de cunho ideológico com função complementar ou subsidiária de um programa político de governo ou partido”. Assim, tudo fica mais à solta, quando se elaboram planos de acção cultural em bases, frequentemente, voluntaristas. Este aspecto conduz-nos a uma visão prática das realidades – a do litoral e a do interior – e fica-se com a sensação de que existe um afastamento entre aqueles dois olhares e que se aguarda um diferente espírito de se observar o desenvolvimento local. Sente-se que é necessária a alteração dos territórios, da sua vida, das suas gentes, através de um projecto alargado, participado por todos, sondado pelas estruturas, entidades, agentes, numa espécie de itinerário que dê vida, novamente, aos lugares de modo sustentável e activo. Só que a questão é saber se ainda iremos a tempo de transmutar as realidades dos territórios. O projecto ASAS¹⁷ – aldeias sustentáveis e activas – tinha esse objectivo, o de transformar os territórios/aldeias mais isoladas, a partir da eleição de algumas recomendações fundamentais, centradas no estímulo à iniciativa da sociedade civil, no pressuposto de que os municípios não são autores das iniciativas e de que a revalorização dos locais se faça a partir do seu valor e de uma intervenção intersectorial. Através dos vários documentos consultados, várias foram os concelhos que desenvolveram acções

¹⁶ “Banco e dados: do inerte cultural à cultura da vida”, in “Políticas Culturais para o Desenvolvimento”, Edições Unesco Brasil, Brasília, 2003.

¹⁷ Projecto financiado no âmbito do Programa para a Rede Rural Nacional que, entre 2011 e 2013 centrou o seu olhar nas comunidades rurais mais isoladas

enquadradas pelo Projecto ASAS, mas pouco se soube das suas consequências e de eventuais transformações estruturais dos lugares abrangidos.

Porque a questão, na nossa opinião, é reconhecer a ligação entre economia e cultura e de que como esses dois mundos se podem encontrar na missão única de transformar. Temos vindo ao longo deste documento a insistir, numa perspectiva empírica, como as manifestações culturais contribuem com benefícios para o desenvolvimento económico dos locais. Emílio Vilar¹⁸ reconhece que “a existência de um mercado de bens e serviços culturais, de um emprego em actividades culturais e, sobretudo, de um valor económico dos bens culturais constitui um factor que traduz a importância destas actividades” (2007, pp. 131-132). Não haverá, provavelmente, muitos indicadores sobre o impacto de práticas culturais na economia dos territórios, mas o que não impede de se reconhecer da importância económica deste sector, nem que seja pela visão que a mobilidade tem no todo das relações. Contudo, também não será fácil quantificar e qualificar o mercado dos bens culturais, pois estes são diversos, de carácter único, delicados e irregulares na sua realização. O caminho está ainda a construir-se, na certeza de que a cultura é veículo para a integração e protagonização social e reforço da identidade cultural. A cultura, na sua relação com a economia, desempenha “uma função, sem paralelo, fazendo com que tudo aquilo que se lhe refere tenha uma importância muito maior do que aquela que resulta da procura estritamente económica que lhe é dirigida” (idem, p. 141).

O receio é, por vezes, uma emoção incapacitante, que pode conduzir os responsáveis locais, diremos, as municipalidades, a uma visão convencional e rotinada do problema do desenvolvimento dos territórios, o que inibe a mudança. É, porventura, essa atitude que pode estar a condicionar um quadro mais inovador e criativo das realidades. Barbalet é astuto ao relevar o medo como uma emoção básica, embora “o medo possa ser uma força positiva e dinâmica nas relações sociais para a inovação e mudança organizacional, a sua representação mais frequente indica precisamente o

¹⁸ Foi Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian entre 2 de Maio de 2002, até 2 de Maio de 2012.

contrário” (1998, p. 220). A compreensão convencional das realidades e dos processos de desenvolvimento, numa articulação com todos os actores disponíveis – entidades públicas, mediadores, associações de desenvolvimento, populações – por um défice de poder¹⁹, pode conduzir ao medo, ao receio de provocar uma mudança que, eventualmente, venha a ser mal-entendida pelas populações. Mas Barbelet coloca outra hipótese de trabalho, ao concluir que “o medo das elites provoca geralmente um comportamento de contenção que, por sua vez, produz mudança” (idem, p.218). Não estaremos bem certos daquela atitude e do seu significado, porque navegar entre o medo e uma eventual mudança, pode provocar desleixo, retardo das acções e ocupação apenas momentânea, resultando em fuga em vez de luta. O que, por exemplo, os resultados dos questionários vêm colocar é, sobretudo, um sentido de imobilidade, de rotina, de adaptação ao estabelecido, por parte, particularmente, de algumas municipalidades, que, afinal, sofrem de insuficiências e vulnerabilidades estruturais.

O Estado da Arte é uma das partes importantes de todo o trabalho científico, porque nos permite percepcionar material produzido sobre o assunto, possibilitando uma melhor organização dos relatórios finais e da própria pesquisa, auxiliando no desenvolvimento de novas propostas de acção e definição mais alargada dos conceitos. Interessa-nos trazer à colação alguns documentos e análises importantes para a consolidação do tema da investigação, na certeza de que o assunto não se esgotará, deitando mão, apenas, àqueles que nos pareceram mais impactantes sobre o ponto de vista da informação analítica contida. O mapeamento possível alavanca-se, principalmente, nos seguintes descritores: Territórios de Baixa Densidade, Economia Cultural, os Protagonistas Locais.

2.1.1. Cultura no Pós Alentejo-2020 ²⁰

Este documento, embora circunscrito a uma região do país, o Alto-Alentejo, consegue, no entanto, fornecer-nos uma ideia do que acontece nos territórios de baixa densidade. É um instrumento de análise interessante que reúne

¹⁹ Entenda-se “poder” no sentido de responsabilidade e comprometimento.

²⁰ Estudo elaborado pela OPAC (Observatório Português das Actividades Culturais) para a Direcção Regional da Cultura do Alentejo

dados relevantes sobre a actividade cultural na região e o modo como as entidades locais lidam com as práticas culturais à escala regional. À semelhança do que acontece na generalidade do país, as responsabilidades pela cultura cabem à Presidência dos Municípios, ou então, a um pelouro próprio.

Na síntese final daquele documento e respeitante ao período entre 2017-2020, há que se relevar as seguintes conclusões, caracterizadoras da situação, aliás, um espelho do país em outras regiões de baixa densidade (p.108, 109):

- São raros os Planos Estratégicos de Cultura, contrapondo-se aos frequentes Planos de Actividades Culturais;
- Desfasamento entre os recursos instrumentais e funcionais e o potencial de actuação cultural;
- A actividade associativa revela limitações e indiciam carência de instrumentos de política, estruturas e competências municipais culturais. Existe, por isso, fragmentação, descontinuidade e frequente ambivalência de propósitos;
- A actividade cultural teve pouca expressão, facto agravado pela sua dispersão sectorial e imprecisão conceptual;
- As candidaturas na área da cultura ao PORA2020²¹ foram feitas, tendencialmente, a título individual, mas sem resposta às reais necessidades reconhecidas;
- A ligação entre Educação e Cultura deve ser intensificada
- O incremento da actividade cultural nos municípios e o seu desenvolvimento deve ser assente na profissionalização dos quadros técnicos autárquicos e dos agentes nos vários sectores;
- A mobilização pública para a cultura e a formação de públicos deverá acentuar o papel das associações e o dos agentes, de modo a equilibrar a distribuição das iniciativas, diminuindo a pressão sobre as actividades promovidas diretamente pelos municípios;

²¹ Programa Operacional para a Região do Alentejo

Verifica-se alguma dificuldade em os municípios desenvolverem uma actividade cultural – raramente foi utilizada a palavra arte – regular, significativa e consolidada, sem que se denote estratégias municipais para a cultura, quer por falta de formação, carência de recursos humanos, ou, o que é muito importante, a deficiente a conexão entre a formulação de projectos e o seu interesse para as comunidades. Verifica-se ao longo do país, o que qualquer cidadão mais atento conclui, uma predominância de realização de feiras e festivais, deixando de lado eventos relacionados com o património (conservação, restauro ou valorização, criação de rotas), com residências artísticas, concertos e de iniciativas que conduzam à promoção dos públicos locais.

Por outro lado, encontra-se apontada a necessidade de *envolvimento não só dos municípios, mas também de outras entidades públicas e privadas* (p. 58). Mas é quanto à programação cultural e artística que se notam maiores insuficiências, com as dificuldades inerentes da articulação entre os eventos locais tradicionais, com aqueles outros que possam aportar níveis de criatividade e inovação diferentes. Há a sensação de que deve existir *uma cultural e artística regular nas mais diversas áreas (música, teatro, dança, etc.), procurando promover a sua descentralização pelo território, e a democratização do seu acesso a todos os tipos de públicos* (p. 59). A articulação e cooperação com criadores locais e exteriores, a promoção de indústrias criativas, mobilizando recursos humanos e técnicos, planos de investimento ao apoio da produção artística, dinamização de redes culturais, constituem eixos prioritários na direcção da construção de uma economia cultural assente na mobilidade, na protagonização, na divulgação e na produção.

Outro dos indicadores importantes é o que se liga às despesas com cultura e os orçamentos municipais. O peso da despesa com actividades culturais e criativas no total da despesa a nível nacional é 5,7%²², configurando para o Alentejo um valor próximo de 6,6%, no que resulta 73,2 euros per capita, segundo os dados referidos no documento acima, portanto nove décimas

²² Fontes: INE, inquérito ao financiamento das actividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais (2021)

percentuais acima de média nacional. Claro que não foi possível determinar no modo exacto, a aplicação das verbas municipais que, provavelmente, foram distribuídas por apoios directos a associações locais, eventos desportivos, museus e bibliotecas, área social, não se percebendo a verba destinada à programação cultural, até porque por vezes é difícil distinguir aquilo que é do domínio cultural, desportivo ou social. Quantas das ocasiões se confirma que a mesma entidade recebe apoios da cultura, do desporto e da juventude para os mesmos eventos.

A inclusão e coesão social dificilmente poderão ser alcançadas se não existir uma forte ligação entre arte, cultura e educação, num quadro de uma programação criativa e exigente. Os Planos Regionais de Cultura deveriam constituir base de afirmação local, como eixo estratégico, em que a economia cultural se definiria como a compossibilidade de superação do isolamento e do distanciamento aos grandes centros, assumindo o reconhecimento do valor dos recursos locais, sem os dispersar ou dispensar, antes enriquecendo-os com o contacto com os recursos exógenos, construindo-se, assim, um desenho de políticas culturais equilibrado e valorado. O documento em análise percebe as dificuldades do processo, que deve ser global e articulado, tendo *sido assinalados vários desacertos entre as lógicas políticas e funcionais municipais, intermunicipais, regionais e suprarregionais, bem como entre as respetivas estruturas institucionais e as associações e agente culturais* (p.96), Ora aqui estão alguns dos aspectos que entravam a dinâmica cultural, a que *acrescem as disfunções da comunicação e informação, da gestão do programa e da instrução de candidaturas* (p. 96). Conclui-se, portanto, que *houve uma fraca presença da cultura no período 2017 – 2020, tendo sido assinalado que não só ela não constava como prioridade clara no Programa Operacional Alentejo 2020, como o modo como foi gerido limitou a sua projeção regional, apesar da atuação da DRCA Alentejo cujo papel foi considerado positivo* (p. 96).

2.1.2. Cultura no pós-Centro 2020²³

Este estudo tinha como objectivo a definição de uma Estratégia e Política Cultural Regional e foi encomendado pela Direcção Regional de Cultura do Centro ao Observatório de Políticas, Ciências, Comunicação e Cultura. Para além de uma análise documental, o estudo integrou um questionário aos municípios da área de influência da DRCC.

O mais interessante que posso reter das conclusões daquele inquérito e que constituem paradigma exemplar da situação, para além de informações referentes ao associativismo local, instrumentos de gestão autárquica, recintos culturais, património cultural, é o que se refere às Políticas Culturais locais, em que tudo o que são regulamentos e normativos são assumidos pela maioria das municipalidades, mas o que já não acontece, porque envolve participação e a articulação com todos os agentes, é o que se refere aos Planos Estratégicos de Cultura e Planos Anuais de Actividades para a Cultura, em que os primeiros somente têm 14,5% de municipalidades a executarem-nos e os segundos se aproxima dos 92,5% de municipalidades a adoptarem-nos. Ora, daqui se conclui que a definição de políticas culturais locais terão dificuldades em se expandirem e de se assumirem como eixos de desenvolvimento, sendo mais fácil realizar eventos, quase que diria “à la carte” e não avocar estratégias que possam conduzir à concretização de planos de acção enquadrados pelas necessidades, pelo tipo de públicos existentes, pela natureza dos recursos e pela articulação com diferentes áreas.

Talvez seja oportuno abordar, mesmo que seja pela rama, a falta de orçamento que muitas das municipalidades portuguesas denunciam nos seus planos, aliás, também, decorrente como se verifica, da não existência de Planos Estratégicos de Cultura, verbas que frequentemente são aplicadas na realização, simplesmente, de eventos. Consultando a PORDATA²⁴ para o período entre 1995-2012, apura-se que existe uma quantidade assinalável de municípios que aplicaram zero euros na

²³ Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2020, com coordenação de Manuel Gama e Pedro Costa

²⁴ Serviço de informação estatística criado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos
<https://ffms.pt>

realização ou desenvolvimento de planos culturais, o que configura uma situação dramática do panorama da Arte e Cultura no país. Diversos exemplos se poderiam apresentar, mas bastará, por exemplo, o quadro de investimentos previstos para o desenvolvimento em Vila Pouca de Aguiar, no valor de 4 139 067 29 milhões de euros²⁵, em que se verifica que não existe qualquer tipo de verba para a Arte e Cultura e, portanto, para o estabelecimento de uma política de Economia Cultural.

Voltando à região centro, outros aspectos foram realçados no estudo em referência, como obstáculos à dinâmica cultural:

- Existência de órgãos autárquicos específicos da área da cultura não é uma prática ancorada nos municípios;
- As bibliotecas são os únicos recintos culturais presentes nos 67 municípios da amostra e, há 11 municípios que não têm nenhuma “galeria de arte e outros espaços de exposições temporárias”;
- Carência de agentes culturais e fraco acompanhamento dos projectos;
- Descontinuidade dos projectos por falta de financiamento futuro;
- Pouca mobilização de agentes culturais públicos e privados;
- As necessidades regionais estão relacionadas em grande medida, com as potencialidades do trabalho em rede, nomeadamente no que se refere à articulação, concertação, cooperação, estruturação e planeamento cultural;
- Desconsideração da importância estratégica de políticas de formação e capacitação;

Realça-se que muitas das dificuldades são as mesmas detectadas na região do Alentejo, com a incapacidade de comunicar eficazmente e de alargamento do campo de acção da cultura a domínios inovadores e pouco frequentes na zona. Verifica-se, contudo, que há preocupações semelhantes quanto à importância da cultura no desenvolvimento dos territórios, sendo que se deve “potenciar o papel transformador das dinâmicas sociais e dos territórios através da cultura, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento económico, à inclusão social, à atração

²⁵ Fonte: Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega em Website da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, Elaboração Própria; 2016

e fixação de jovens em territórios de baixa densidade e no combate à desertificação” (p. 18). Mas as preocupações de formação de quadros continua a ser um dos aspectos mais relevantes, com impacto nas dinâmicas locais, donde “se considera fundamental, para a próxima década, a criação de condições efetivas para a mobilização e a participação qualificada, ativa e continuada dos agentes na definição e implementação das políticas culturais regionais” (p. 19), porque face às fragilidades do tecido cultural da região conclui-se “que é urgente investir, de forma sistemática e estruturada, na capacitação dos agentes culturais, nomeadamente como estratégia de fixação e valorização do território através das dinâmicas culturais locais” (p. 19).

Os desafios das municipalidades, em articulação com os restantes agentes locais, devem ultrapassar o imediato e o casual, reconhecendo a cultura como *uma aposta estratégica para o desenvolvimento dos territórios e da região*. Mas tem existido uma reacção por parte das municipalidades dos territórios, ou copiando o litoral e a sua urbanidade, ou remetendo-se ao seu modo muito localizado e estreito de fazer, evitando a protagonização dos homens e das mulheres, por uma visão isenta de estereótipos ou de preconceitos. Há que se assinalar razões para o despovoamento do interior e, seguramente, que também as encontraremos em algumas das decisões das municipalidades que devem tentar conseguir afirmar, dinamizar e produzir mais valias a partir da economia cultural. Não se pode acreditar que haja espaços condenados ao abandono e ao esquecimento. Seria por si só, admitir que muito pouco valeria a pena. O combate ao despovoamento implica um conjunto de trajectórias dinâmicas por um lado, mas complexas por outro, mas sempre relacionais. Também no interior se revelam fenómenos de litoralização, pela atracção que as sedes de concelho exercem nas populações, pois aí encontram-se todo o tipo de diversidade de serviços, resultando num processo de regionalização, de migração e, mais uma vez de abandono. As biografias locais são muito interessantes e importantes para que se dê a protagonização dos públicos e isso só se conseguirá se as municipalidades, os seus quadros superiores, os directores de teatros municipais, os programadores, se entenderem por lógicas inovadoras e

criativas. Os Territórios deverão permanecer como Espaços de Invenção e Resiliência.

2.1.3. As Comunidades Intermunicipais²⁶

A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, estabelece os princípios e estatuto das Comunidades Intermunicipais (CIM) do país. Constituem-se em associações de municípios, não sendo formas associativas territoriais, podem existir municípios não contíguos. Algumas das suas competências são muito importantes para o desenvolvimento dos territórios, pelo menos, num quadro teórico. Analisadas as suas principais competências é difícil vislumbrar áreas directamente relacionadas com a promoção cultural, a valorização dos locais no sentido da sua protagonização. Fala-se de *desenvolvimento rural*, mas apenas para referir a coordenação da gestão florestal; indica-se a prioridade de *educação*, quando apenas se prevê a gestão de edifícios; e mesmo quando se releva *o planeamento e gestão do desenvolvimento económico*, fica-se com a ideia de que a *programação e gestão empresarial* se centra na comercialização de produtos, na promoção de produtos das regiões, sem que e mais uma vez, a economia cultural se defina como uma estratégia influente no desenvolvimento dos locais. Pela análise dos diferentes normativos, não se detecta algum momento em que a Arte e a Cultura se traduzam num novo e criativo modo de se olharem os territórios e através deles, eixos essenciais para a vida das populações, se construam margens atractivas que enquadrem os recursos no sentido da valorização dos locais. Mas estamos a falar, principalmente, das CIM localizadas nos territórios do interior, como é o caso das CIM da Beira Baixa, CIM das Beiras e Serra da Estrela, CIM das Terras de Trás-os-Montes, CIM do Alto Alentejo e CIM Viseu Dão Lafões.

Não cabe no objectivo deste trabalho ir mais além na análise das CIM, mas apenas poder considerar se a sua existência não poderia ter um papel mais acrescido no desenvolvimento local, por uma lógica mais

²⁶ Filipe Borges, CEGER, 2020

Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, Diário da República, 1 série – nº 176

racional e estratégica, exigindo uma escala de intervenção mais concreta e mais apetecível para as populações e não se quedar num ponto intermédio da intervenção territorial. Há, seguramente, um papel dinamizador que as CIM podem exercer, diria uma função catalisadora, através da construção de redes de cooperação que, pela minha experiência, tem sido difícil as CIM compreenderem, porque se têm remetido a um quadro de prestação de serviços públicos, duplicando o exercício das municipalidades e não operarem uma maior e melhor descentralização, não só administrativa, mas no entendimento do significado da cultura como processo de desenvolvimento, para que serve e como acto político como se posiciona no todo do desenvolvimento, porque é ela que vai determinar o comportamento do homem, como mediador e actor. Neste processo existe um jogo conflituante, que deve evitar fragmentação de identidades, por isso, as CIM deveriam adquirir um papel mais actuante, mais visível e mais próximo das populações.

A Arte e a Cultura deixou de ter o papel, quase decorativo que tinha nas sociedades, alguém destinado às elites e aos centros mais urbanizados. Actualmente, a Arte e a Cultura são essências da própria vida e organização das populações e, por isso, ela deveria cometer os responsáveis autárquicos para desideratos mais ambiciosos, porque “a aposta na cultura passou a ter como objetivo visar a dinamização das economias nacionais e locais, reforçar a competitividade dos territórios e das cidades, criar emprego, promover o turismo e criar novas oportunidades de negócio. As directrizes das políticas culturais no contexto europeu surgem também elas orientadas segundo a ideia de que o investimento realizado na cultura tem de gerar efeitos de crescimento e desenvolvimento económico, tanto diretos como indiretos” (Ferreira, 2009). Não podem existir dúvidas quanto à necessidade de combate à exclusão social, à pobreza e à criação de empregos, não só através de políticas económicas, mas também, de políticas públicas culturais, porque “a racionalidade empresarial aplicada na organização das artes e cultura” (idem, p. 328) vai assegurar, inexoravelmente, um desenvolvimento sustentável dos territórios.

2.1.4. Programa para a Valorização do Interior

Através da Resolução do Conselho de Ministros nº 3/2016, assumiu o Governo que o desenvolvimento do interior era um aspecto central do desenvolvimento económico e da coesão territorial. Esta, passava a ser uma diferente visão da realidade dos territórios, em termos das suas potencialidades e identidades, como passo para a coesão territorial e nacional. Criava-se, então, uma Unidade de Missão para da Valorização do Interior, na dependência directa do Primeiro-Ministro, sendo responsabilidade primeira a criação e implementação de um programa de desenvolvimento do interior.

Estavam, pelo menos no plano teórico, lançadas as bases, pela primeira vez, para a assunção de uma estratégia que privilegiasse os territórios de baixa densidade, no seu protagonismo, reconhecido como *programa urgente e determinante, integrado, de apoio às aldeias e às suas comunidades, sustentado em novos modelos de governança, formal e informal que aproximem a decisão do terreno e que propiciem soluções articuladas e conformadas aos problemas específicos destes espaços territoriais*²⁷.

Interessava, contudo, perceber como se iria estabelecer na prática a implementação de um programa, tão ambicioso como o que a UMVI indicava. No preâmbulo da Resolução nº3/2016 e considerando que existindo algumas infraestruturas, mão de obra e recursos subaproveitados, como poderiam ser utilizadas, mediante novas tecnologias e mesmo métodos de gestão mais criativos. Então, realçava aquela introdução que para o efeito, antes de mais, seria indispensável promover *um ordenamento do território equilibrado; estimular o desenvolvimento em rede; criar parcerias urbano-rurais; promover coligações entre cidades médias; lançar projectos apoiados por instituições científicas e de produção de conhecimento; intensificar a cooperação transfronteiriça; repovoar e dinamizar s territórios de baixa densidade*²⁸.

²⁷ Jornal Público de 6 de Novembro de 2017

²⁸ Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016

Analisando as intenções da UMVI e dos demais articulados, fica por compreender de que modo objectivo se releva o protagonismo das gentes que povoam os territórios, como se valorizam os territórios e as suas organizações e de como se ambiciona um programa reticular que molde o futuro dos locais, cometendo-lhes perspectiva e futuro. Não me parece que seja evidente uma reflexão sobre a Economia Cultural e de como esse processo pode mobilizar os territórios para um desenvolvimento global, empenhando todos os actores locais. Não se vislumbra uma pequena frase sobre Cultura e Economia Cultural, quando as atenções estão viradas para as estratégias económicas, turismo como fonte de receita, património como fotografia e verificação de prazer, em que valor simbólico e valor utilitário se mesclam, por vezes sem sentido. Não foi tão longe quanto se desejaria a Valorização do Interior que, agora, se passou a denominar como de *desenvolvimento regional*.

Ascenso Simões, na sua página de Opinião no Jornal Expresso²⁹ tem uma opinião muito vincada sobre o (in)êxito do Programa Nacional para a Coesão Territorial, transcrevendo-se parte da sua crónica:

“O país coeso deve ser uma marca e uma política. E isso não foi conseguido por nunca ter havido uma marca e por se ter elaborado uma política e esta não ter sido concretizada. O Programa de Valorização do Interior de 2018, que substituiu o Programa Nacional para a Coesão Territorial de 2016, caiu no esquecimento. Nem há acompanhamento, nem há responsabilização, nem há, sequer, alguém que o lembre. Também por isso, os portugueses do Interior, mesmo tendo investimento público e mesmo tendo qualidade de vida, se sentiram, mais uma vez, abandonados e desprotegidos”.

²⁹ 26 de Maio de 2022

Pelo exposto, verifica-se que a Arte e a Cultura para as municipalidades e outras instituições representam, na maioria dos casos, mais a oportunidade de assunção junto dos seus eleitores da sua relevância político-partidária e menos o valor em termos do desenvolvimento local que deveriam perseguir, face ao capital territorial existente, em termos dos recursos e potencialidades endógenas, Mas a inversão dos processos resulta, com ficou verificado, na ausência ou na limitação de quadros financeiros que possam constituir meios de intervenção equilibrada e estável, preferindo-se o imediato e fácil, ao planeado e estruturado.

2.2. Os Repertórios³⁰

Os conteúdos culturais, como quadros de referência em termos de abordagens e perspectivas de acção, são aspectos essenciais quando se pretende intervir junto de públicos, pouco habituados a comparecerem em eventos. Chamamos de “repertório cultural” a toda a bagagem construída a partir das experiências vividas, através de diversos produtos artísticos e culturais, que vão resultar, naturalmente, em conhecimento adquirido. Este “repertório cultural” assume-se como uma estrutura teórico-prática, dentro de um universo de acção, que vai possibilitar a escolha de métodos, abordagens técnicas, identificação dos conceitos-chave mais importantes, estabelecendo concepções teóricas, lógica da intervenção e aproximação de realidades. A partir de uma reflexão muito pessoal, mas que parte da experiência pela acção, verifica-se que existe uma padronização das iniciativas, o que vai permitir que se percam capacidades criativas, que se utilize o processo de comunicação como factor de valorização de projectos e que, afinal, a informação cultural deixe de constituir uma estratégia de desenvolvimento.

Em Portugal, para além de uma estreita faixa geográfica, o litoral, onde acontecem, maioritariamente, os eventos culturais, existe um país, forçosamente, desocupado, em abaixamento cultural e que se vai afastando – ou que o obrigam a afastar-se – das práticas e fruição de bens

³⁰ Refiro os “Repertórios” não de um modo estreito, mas num conceito amplo da sua significação, utilizando a Orquestra para os melhor introduzir. Os repertórios culturais são um conjunto de opções que um grupo pode utilizar para a melhor organização da sua vida.

culturais. Por minha deformação profissional e académica, garanto que a música constitui um arco importante para o desenvolvimento das sociedades, reflectindo o grau de evolução das pessoas, o modo como se organizam e criticam o *status quo*, a maneira como adquirem comportamentos saudáveis, o jeito e a arte como dimensionam o mundo criativamente.

Utilizemos as Orquestras e a sua estrutura operativa como exemplo, pois são, em si mesmas, a grande invenção da humanidade, uma plataforma de encontro e de juízo sobre valores e ideais, como estruturas complexas, de natureza sociopolítica, sendo representativas das sociedades, porque envolvem diferentes gerações, recursos especializados e carregam o poder da sedução junto dos seus públicos. A música estimula o contacto entre as pessoas, aproximando-as e promovendo a compreensão. Edward Said³¹ e Daniel Barenboim fundaram o projecto Divã Ocidental-Oriental, “como forma de reunir músicos de Israel, Palestina e outros países árabes, para fazerem música juntos, e em última análise, formar uma orquestra” (Barenboim, 2009, pp. 68/69). Não se pode, caso contrário correremos riscos de significação, analisar a perspectiva musical apenas sob o ponto de vista artístico, ou meramente como conteúdo estético. Trata-se de uma atitude social e cultural, porque “quando tocamos música, seja de câmara ou em orquestra, temos de fazer duas coisas muito importantes, ao mesmo tempo. Uma é exprimir-nos e a outra é escutar os outros músicos, faceta indispensável para se fazer música” (idem, p. 70). A Arte, a Cultura e a Estratégia não se excluem, antes caminham juntas e Daniel Barenboim³² tem disso a exacta medida, revelando que “a nossa intenção durante o estágio inicial era encetar um diálogo, dar um só passo em frente em busca de uma base de entendimento entre pessoas desavindas” (ibidem, p. 70). A Orquestra é o espaço mais democrático e de maior liberdade que existe, contrariando mesmo a ideia primária que temos dela, quando distraidamente a

³¹ Professor, músico, palestino-americano que, em conjunto com Daniel Barenboim fundou a Orquestra do Divã Ocidental-Oriental, com base em Sevilha

³² Músico argentino, director de orquestra, escritor, filho de judeus e co-fundador da Orquestra Divã Ocidental-Oriental

julgamos como um conjunto de músicos e instrumentos. Barenboim volta a assumir o seu desafio, realçando o facto de ter assistido com entusiasmo ao que aconteceu “quando um músico árabe partilhou uma estante de música com um músico israelita, com os dois a ocarem a mesma nota com a mesma dinâmica, o mesmo golpe de arco, a mesma sonoridade e a mesma expressão” (*ibidem*, p. 70).

Não só as orquestras tradicionais, que se localizam, maioritariamente, numa estreita faixa geográfica, mas também, os produtores de bens culturais, as indústrias criativas, os programadores, os directores de teatros e auditórios, os agentes culturais, deveriam ter a consciência de que o seu “negócio”, o deveria ser, na medida em que se destina a públicos, de um todo nacional, contribuindo, assim, para uma crescente coesão em relação à identidade nacional. Quando se fala da Orquestra, como uma indústria cultural, como um bem transacionado e consumido, não se pode descurá-la, como produto e como serviço, como obra de arte, que encerra estética e valor humanista. E é aqui, que os conteúdos culturais, digamos, os repertórios das orquestras, ganham importância e dimensão, quando se fala da sua intervenção em territórios de baixa densidade e para públicos não habituados a música orquestral. Dever-se-á construir um arquétipo de concerto, que surpreenda os públicos e os motive para uma continuidade de expectativa destes eventos. Aqui, vem à tona o conceito de Concerto Encenado, mas que extravasa o espírito desta investigação.

O Repertório, como conjunto de obras que se apresentam e divulgam, é um desses recursos, que merecerá uma atenção especial por parte dos gestores artísticos e musicais das orquestras, criando uma perspectiva musical, mais ousada no seu alinhamento, nas obras que propõe, abrindo um leque de opções mais variado. A diversidade musical, que implica diversidade cultural é um dos aspectos que menos tem sido considerado pelas orquestras, devendo-se chamar à colação a assunção de Osseily Hanna³³, que reflecte sobre a necessidade de diversificação e adequação

³³ Músico inglês que viajou por todo o mundo procurando músicos e projectos musicais inclusivos, *em busca de músicos que fazem a diferença*, que pudessem incontestar o Poder da Música (nome de um dos seus livros)

dos repertórios, quando estão em causa territórios desprotegidos, reconhecendo a sua cautela “quanto ao excesso de ênfase na forma e na estética e à importância atribuída às pessoas ditas *cultas*. A verdade é que ler as obras completas de Shakespeare ou conhecer de memória todas as sinfonias e concertos de Mozart não torna alguém, por si só, uma pessoa melhor” (2018. p. 23). Através dos Repertórios há a necessidade de criar abordagens que ampliem a perspectiva dos públicos, não o remetendo para circunstâncias passivas e pacientes, antes os desafiem. Normalmente, as orquestras tradicionais não levam em consideração esta análise de reconstrução do repertório, antes, escolhem as suas obras pela importância que têm ou tiveram nas suas épocas, o conhecimento que têm dos seus compositores, o enfileiramento que elas ocupam na importância dos seus estilos e géneros, deixando de lado a adequação aos públicos. A música orquestral surge, normalmente, como um conjunto de rituais e tradições e menos, como consciência partilhada essencial ao crescimento de uma comunidade. Mas, acredita-se que a escolha adequada do repertório, o seu especial alinhamento, pode levar a algo de especial e singular, que acontece durante os concertos, numa interação e proximidade particulares, entre públicos e músicos. As orquestras têm necessidade de atrair novos públicos, não só os urbanizados e acostumados a concertos, mas aqueles outros, dos territórios, das vilas e aldeias, a quem se furta, regularmente, este tipo de eventos, evitando-se, assim, a repetição de públicos e o seu envelhecimento. O repertório é peça fundamental, quase que se diria, a chave da aproximação da chamada *música erudita* aos públicos, criando-lhes satisfação, conforto, uma jubilação especial, devendo contribuir para a celebração de um concerto, como uma circunstância peculiar da vida. E, então, quando se fala de viagens pelo interior do país, melhor se deve definir e encarar a construção de um repertório, como preocupação crítica, porque o que melhor satisfaz os públicos, é o que ele ouve, devendo-se evitar eventos comerciais, concertos didáticos, excesso de virtuosismo e de pesadas obras caracterizantes de períodos e épocas, garantindo-se que a arte e cultura, são bens necessários ao desenvolvimento da sociedade. Há a necessidade de se procurar estilos e harmonias mais próximas da

natureza. Vários autores e compositores adoptam esta ideia, não como mera curiosidade, mas como princípio de acção, pois o grande repositório de ideias e de experiências provêm da natureza, a partir da qual tudo se reconstrói (conf. Osseily Hanna, Murray Schaffer, Sergio Aschero Paul Klee, Kandinsky).

Existe uma carência de abordagens ao nível da Produção Cultural e Curadoria de Conteúdos, que proponham novas práticas culturais, novos conteúdos musicais e, provavelmente, diferentes alinhamentos das obras, que possibilitem uma capacitação para produzir e avaliar conteúdos e eventos, para contextos não urbanos. Trata-se de uma nova área, essencial ao trabalho de programadores e directores de teatros. Mas também os orquestradores e os directores de orquestra, artísticos e musicais, devem perceber a necessidade de distancialidade³⁴, porque através da sua acção, assente num novo iluminismo, estarão a encorajar uma nova relação consigo mesmos e com o mundo – os públicos – afinal a conexão criativa, num processo de *(trans)formação e (re)encantamento*. É desta forma que a contemporaneidade funciona, em que compositores como Paul Barker, Jacob de Haan, John Rutter, Arvo Part ou Karl Jenkins³⁵ vão de encontro à estética da natureza, para aí recorrerem dos seus elementos e os adaptarem a um novo conceito de estética do performativo. É esta diferente proposta musical que se propõe e que deve constituir material de trabalho em sede dos nossos territórios. Rompe-se, de certa forma e nada há contra os grandes clássicos, o circuito da tradição que, na maioria dos casos, anda à volta dos clássicos e do *sinfonismo* do século XIX, com uma pepita aqui e acolá de impressionistas.

³⁴ Já Bertolt Brecht falava do Efeito V, o distanciamento indispensável à compreensão da obra

³⁵ Compositores do nosso tempo. Paul Barker é consultor do Departamento de Educação da Universidade de Leeds, apoiando-se no cinema e no teatro para as suas produções; John Rutter inspira-se em Bach e vai buscar a elementos da natureza informação bastante para a sua criatividade; Arvo Part um dos mais sensíveis e inteligentes compositores, pela sua música minimalista, que encontra, também, no envolvente suficiente fonte inspiradora, como são os sinos, os cantos dos pássaros, uma música que nos aproxima do silêncio; Karl Jenkins e a sua capacidade singular para rememorar acontecimentos ou factos.

2.7. Três casos / Paradigmas

A ideia deste ponto é destacar experiências que possam esclarecer das possibilidades existentes de intervenção nos territórios a partir de práticas culturais, inovadoras e criativas e das estratégias de envolvimento utilizadas, conduzindo-as através do princípio da economia cultural. Constitui este ponto, não a *prova dos nove* das práticas culturais, mas a certeza de que os problemas estruturais que condicionam fortemente o processo de desenvolvimento dos territórios, devem alavancar-se a partir de iniciativas locais de dinamização pela Arte e Cultura, face ao abandono político de que eles têm sido alvo. Têm de sair reforçadas estratégias de combate a alguns impactos negativos, que pressupõem políticas e programas persistentes e integrados e que os exemplos prototípicos abaixo deixam antever o melhor e o pior do que se faz nos territórios de baixa densidade. É indispensável uma releitura dos territórios, das suas carências, que tipo de povo os habitam, porque essas regiões são complexos geográficos especiais e essa recontextualização deve sê-lo a partir de novos argumentos ecológicos e culturais, aliás como António Covas defende, pois “no dia em que a ecologia e a cultura forem capazes de criar uma grande variedade de sistemas territoriais e paisagísticos, mais autónomos e concentrados, estaremos, seguramente mais próximos de uma *nova estrutura de valor* (2018, p. 155). Por tal, os projectos *glocais*³⁶, como os que descreveremos de seguida, somente à laia de exemplo, constituem-se em estratégias fundamentais ou não, para o “grande esforço de ordenamento, programação, planeamento e realização nos territórios e, para tal, de mais e melhor inteligência colectiva territorial” (Covas, 2017, p. 119). E esses projectos vão contrapor-se, em comunhão com os públicos locais a um sistema municipal “que cria muitos *simulacros de participação* para poder funcionar e criar habituação e rotina; as relações pessoais e clientelares estão lá para facilitar” (idem, p. 118). Aliás o *Classic Fest*, descrito mais abaixo, parece ser um desses sinais em que existe opacidade nas decisões, ou pelo menos nos

³⁶ Os princípios da nova ruralidade: pensar global e agir local, ser glocal. Covas retoma uma ideia, já antiga, que Gilles Lipovetsky (1989, A Era do Vazio) desenvolveu sobre a glocalização, a importância dos locais, A Companhia da Chanca é um bom exemplo do que deve ser feito num lugar, ou a partir dele.

resultados, de tal maneira “a corporação municipal não veja afectada a sua putativa reputação” (*ibidem*, p. 118).

2.7.1. Companhia da Chanca³⁷

A Companhia da Chanca resulta da deslocação de dois artistas lisboetas para a Chanca, uma aldeia de Penela, donde resultou a criação de um grupo de teatro profissional. Afinal, trata-se de um projecto para os territórios que procura reflectir sobre alguns novos movimentos que se verificam em Portugal, mas também, de pessoas que fogem da cidade e a trocam pelo campo, muitas vezes em torno de uma imagem idealizada e romantizada³⁸. André Louro e Catarina Santana com os seus dois filhos, instalaram-se na Chanca³⁹, há mais de dez anos, começando uma intervenção na aldeia e em aldeia vizinhas, a partir do teatro e da música. Interessante verificar o processo adoptado de inserção na aldeia, de um modo vagaroso e respeitoso pelos locais, percebendo que os territórios não podem ser *vistos como redutos impenetráveis e a cobro de qualquer interferência*, antes, devem ser percebidos como espaços potencialmente ricos, em que o vagar dos dias é utilizado como ferramenta de construção e de valorização. Assim, a Companhia da Chanca que vive paredes meias com o jardim infantil da aldeia e da igreja, encontrou, aí, o ambiente necessário a uma residência que envolve os poucos habitantes da aldeia, mas que, se transfigura em ponto de partida para outras paragens onde, também, apresentam os seus espectáculos. O ambiente foi fundamental para a criatividade das suas performances, numa escala e um horizonte aberto, quase que se diria sem limites, que a cidade não possibilita, porque se cruza em desorganização, prédios e pressas desnecessárias. É como se existisse na aldeia, um outro tipo de tempo, de espaço, uma diferente relação com a comunidade, talvez, menos anónima, mas mais saudável.

³⁷ Companhia de teatro com direcção artística de André Louro e Catarina Santana, sediada em Penela.

³⁸ Comunicação à Agência Lusa dos dois elementos fundadores, André Louro e Catarina Santana

³⁹ Aldeia com cerca de 30 habitantes, do concelho de Penela, distrito de Coimbra. Estas três últimas informações resultam do conhecimento pessoal que tenho da companhia e dos seus actores

As residências artísticas em espaços rurais arrastam novos modelos de organização, outra forma de pensar e agir, constrói inesperadas visões sobre o que representa a sociedade fora dos grandes centros urbanos e a troca dá-se entre o que a companhia oferece de artístico e cultural e o que a comunidade retribui em forma de batatas, couves, ovos e galinhas. Viver na Chanca, seguramente, que influencia todo o processo criativo e questiona os envolvidos sobre o modo de fazer, ou simplesmente de observar e contemplar. Parte-se do pequeno e localizado, para o alargado e global. Aprende-se o equilíbrio e o sustentável.

É nas suas instalações que souberam construir ou adaptar e em especial no seu estúdio de trabalho, que recebem muitos artistas, que pensam novos projectos e com eles recompõem novas residências, sem que os 30 habitantes se sintam de fora, porque eles são a inspiração e os protagonistas das iniciativas. A Companhia da Chanca, pese embora algumas das dificuldades que, por vezes, encontram em ser recebidos por outras municipalidades – denotando-se aqui, a falta de sensibilidade de muitos municípios, a eterna incompreensão de não perceberem que os territórios só se dinamizam através de projectos consistentes e consolidados nos espaços – têm levado os seus espectáculos⁴⁰ a diferentes aldeias e mesmo, a Festivais de Teatro Internacionais, no Brasil, em Macau ou em Cabo Verde. A ideia dos fundadores da companhia foi, sempre, mudar de vida, mas também dar vida a lugares desertificados e envelhecidos. A aldeia da Chanca tornou-se mais movimentada, cresceram novas crianças, novos estrangeiros estabeleceram-se na Chanca e alguns deles passaram a ser professores na escola local. A vida agitou-se, abriu um alojamento de turismo rural, os quintais passaram a ser palcos, os assistentes dos espectáculos vêm de outras aldeias, partilham merendas e presenciam momentos de teatro que terminam, provavelmente, com a parte mais interessante, que são as conversas entre todos. E a partir da Chanca, a sua Companhia leva seu nome e o nome de todos os protagonistas da aldeia a outras partes do mundo. Quando regressam, também trazem novidades, notícias de outros

⁴⁰ S:Ó.S; Sítio; O Nome, alguns dos espectáculos

locais, de outras Chancas, renovando o circuito e recomeçando a tarefa de protagonização dos locais. De os tornar mais activos, mais vivos, mais cheios de alguma coisa, mais acompanhados por novos visitantes e residentes. É a economia cultural a funcionar.

2.7.2. Classic Fest, Festival Internacional de Música de Bragança

Em Bragança decorre no ano de 2022⁴¹, a segunda edição deste Festival de Música, organizado pela municipalidade local e que tem lugar no Teatro Municipal de Bragança. As duas edições tiveram como director artístico o pianista Filipe Pinto Ribeiro. Têm participado grupos estrangeiros com algum impacto musical, em que a música “dita” clássica é o alvo principal. Os programas divulgados das primeira e segunda edições apenas referem grupos e nomes estrangeiros, em que os únicos portugueses são os irmãos Pinto Ribeiro, pianista e contrabaixista, sendo o primeiro o director artístico da iniciativa. Afinal, um festival de natureza internacional, que apenas é representado pelos irmãos Pinto Ribeiro, ficando de fora músicos e grupos portugueses, o que faria sentido, quando o evento tem lugar nos territórios e, portanto, oportunidade de privilégio levar até eles diversidade, confronto e talentos nacionais. Por outro lado, insistir no mesmo director artístico, quando ele é, também responsável pela programação de outros festivais, como o dos Capuchos, facilita a deslocação imediata da mesma programação, mas não reflecte sobre as especificidades dos lugares e dos públicos.

Por outro lado, parece-me que a sua organização não envolve protagonistas locais, com trabalho colaborativo, essencial para que uma iniciativa, praticamente com o mesmo programa, que se realiza num centro urbano, se veja deslocalizada para o interior, não dando garantias mínimas de eficiência colectiva, não promovendo residências artísticas e dificilmente fixando mais valias económicas, artísticas e culturais. O fomento de massas críticas nos concelhos do interior não se produz deste modo, mas sim, com um trabalho de campo, alicerçado nas populações,

⁴¹ 30 de Setembro a 9 de Outubro. O conhecimento que tenho deste Festival resulta, um pouco, dos meus contactos com o Teatro Municipal de Bragança e do seu Director João Cunha. Tenho estado atento àquilo que é a programação do TMB

sujeito a planos estratégicos de acção, em que a inovação e a criatividade sejam elos indispensáveis ao desenvolvimento do interior. Só assim, um programa elitista deixaria de o ser, para se transformar num acto artístico e cultural. Só quando as portas do desenvolvimento se abrirem por dentro, estaremos diante de projectos coerentes, porque desejados. Quando elas se abrem por fora, é uma intrusão forçada e dispensável. Para além do mais, criam-se deste modo novas centralidades, que se devem combater, quando ficam de fora as muitas aldeias que não puderam assistir a qualquer dos programas divulgados. Rompe-se, deste modo, a corrente da economia cultural. Persiste a lógica do produto e não o processo da fruição. Estamos, assim, diante de dois projectos diferenciados e de dois processos de intervenção opostos, em que o primeiro é estudado, planeado e realizado face à natureza do lugar e dos seus habitantes e o segundo meramente um acto artístico de costas voltadas para os lugares. Tenho a sensação de que a iniciativa de Bragança está contaminada de um certo assistencialismo estatal, em que se oferece – também, por vezes não haverá mal nisso, mas quando se trata de uma grande iniciativa, com custos alargados, há que se pensar que, para lá de tudo e do todo, existe uma população sem grandes possibilidades e oportunidades de acesso – forçando a abertura das portas, enquanto que a experiência da Chanca é desenvolvida quando a população abre as suas portas e se sente, simultaneamente, público e protagonista da acção. Assim, parte-se da ideia de que o desenvolvimento é um conceito endógeno, faz-se de dentro para fora e deve ser conferida o protagonismo às populações dos territórios, os interessados mais directos assegurando “...que os participantes tenham o máximo controlo possível durante a acção e eles mesmos devam adquirir uma capacidade duradora para atuar” (Almeida, 2009, p. 120). E no *Classic Fest* os riscos são enormes, porque não se envolve, não se compossibilita, não se formam públicos – apenas espectadores – e contribui-se para a deterioração dos índices estratégicos de criação partilhada. Precisamente o contrário, uma organização de fora para dentro que impõe sem interlocução.

A litoralização do interior é, também, uma dos aspectos a levar em linha de conta, porque se trata de uma evidência prejudicial para os territórios,

quando neles ocorre uma espécie de regionalização, onde as pessoas migram, apenas, para a sede do distrito, gerando novas conflitualidades territoriais. Ora, é precisamente o que pode acontecer com a realização de eventos como o *Classic Fest*, julgando-se que o processo é no sentido da valorização de recursos, quando afinal se trata de um produto que afunila, acentuando a sua periferia. É interessante verificar que se encontrando Bragança tão perto de Espanha, o *Classic Fest* não conseguiu ou não foi desejada a participação de artistas espanhóis⁴². Não cabe, apenas, às municipalidades a responsabilidade de gestão dos equipamentos culturais, mas simultaneamente, perceber que terá de existir um diálogo interactivo com os diferentes campos culturais, implicando a percepção de como se articular os diferentes agentes artísticos e culturais com os seus territórios de proximidade, quer dizer-se, com os seus públicos, processo de alavanca do desenvolvimento socioculturaleconómico.

2.7.3. Um Estudo de Caso – A Orquestra Nacional Moderna⁴³

Pensei, frequentemente em não me tornar protagonista deste trabalho, para além de facto de ser o seu autor., só porque fui o primeiro fundador da Orquestra Nacional Moderna. É, sempre muito difícil e incomoda a separação entre o *eu* e o *outro*, mas apenas porque deixava de fora um caso que mereceria ser divulgado e analisado, arrisquei a postura e a uma determinada indisciplina de costume. Desta minha declaração de interesses, não seria oportuno deixar de lado a descrição de uma proposta para os territórios, praticamente a única no país, mesmo considerando um delicado enviesamento analítico.

⁴² Onde se encontra a “Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço”, alinhada no Boletim Trimestral da Valorização do Interior? Precisamente, é um pouco incompreensível que Portugal e Espanha sendo países vizinhos e amigos não tenham encontrado no âmbito do Classic Feste de Bragança, um ponto de encontro, tanto mais da proximidade de Bragança à fronteira com Espanha, uns escassos 25 km. Por isso, existe alguma ambiguidade no valor da “Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço”. Esta Estratégia representa o cumprimento do compromisso do Governo do Reino de Espanha e do Governo da República Portuguesa, que consta no Memorando de Entendimento assinado em 2018 na XXX Cimeira Luso-Espanhola, para a definição de uma Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço.

⁴³ Projecto orquestral fundado em 2018, em Vila Nova de Gaia, constituído por 22 músicos e em que os concertos abrem sempre com uma peça para Gaita de Fole e Orquestra, experiência inédita na tradição orquestral portuguesa. Trata-se de uma proposta artística para os territórios

A produção colectiva de música em Portugal tem-se confrontado com inúmeros problemas e limitações, entroncando-se com diversos factores que a balizam – dependência, projectos macro, repertórios rotineiros, dificuldades de itinerância, instabilidade organizativa, etc. As Orquestras importam, mesmo muito, mas é, ainda, uma questão que deve merecer reflexão, necessitando de adquirir, seguramente, maior fluxo de relevância, quer social, quer artística, pese embora, o valor que elas tinham na Europa no século XIX e nos EUA, no século XX. Então, serão necessários novos argumentos para que aquelas se encaixem nos interesses dos públicos: programação relevante, intervenção em locais sem acesso à grande música, novo quadro gestor, músicos motivados.

Ao nível dos públicos e da sua promoção, também os resultados que se têm atingido, parecem ser diminutos e instáveis, deslocando-se públicos, mais do que acrescentando, devido ao desconhecimento, ou mesmo falta de investimento por parte das diferentes entidades. A carência de alternativas, de produtos e produções aceitáveis e regulares, encaminha-nos para um horizonte estreito e pouco apetecível. Sente-se, então, que os públicos existem, estão ansiosos de eventos, mas estes têm acontecido, redutoramente, fixando, quase, o mesmo tipo de público. Há que abrir o leque de ofertas artísticas, reinventar objectos de fruição, gerando novas apetências e despertando outras emoções. Mas a questão é saber se se deverá insistir nos repertórios tradicionais, grosso modo, música europeia do século XIX, polvilhada por algumas obras dos séculos XVIII e XX, para iludir a diversidade. Temos a certeza de que se trata de uma estratégia de sobrevivência cultural, mas acima, de tudo, de subsistência estrutural. Afinal, as orquestras de matriz tradicional, sinfónicas ou de câmara, desenvolvem repertórios que acham que devem tocar e imaginam que todos – os públicos – devam desejar ouvir o que lhes é entregue. Mas a formação de públicos, e principalmente, daqueles que não têm oportunidade de participar em concertos, por residirem afastados dos grandes centros, onde se fixam as orquestras, por carência de eventos, é coisa distante, diremos nós, dos objectivos de qualquer formação orquestral. Trabalho articulado com o sistema educativo?

Arrasta muitas canseiras. Orquestras e comunicação social? Talvez seja humilhante. Orquestras em diálogo com as culturas locais? Constituiria ir muito abaixo, com estruturas tão pesadas, que em nada, facilitam, aquela interlocução com as comunidades.

A ONM é espaço aberto a todos os jovens músicos e a todo o tipo de adesão, a licenciados, músicos em exercício, em períodos probatórios, ou em pré-licenciaturas. Sabemos que os jovens músicos e os jovens talentos, dificilmente, encontram espaço de participação e de desenvolvimento profissional, pois que, muitas das orquestras preenchem os seus quadros com mais de 50% de estrangeiros, não que a diversidade e a internacionalização não se constituam em marcas de valor, mas elas não poderão atrofiar a entrada dos nacionais que, cada vez mais, encontram dificuldades no seu exercício profissional. E conhecemos as dificuldades que muitos dos músicos que, embora, sendo, alguns, executantes de excelência, encontram na abertura de vagas, no desconhecimento dos circuitos de acesso, ou, simplesmente, na escassez de estruturas de acolhimento. É precisamente a esses, que este projecto se destina, valorizando canais de participação pré e/ou profissional, abrindo perspectivas de mais trabalho e de experimentação. Será um lugar para reunir músicos, directores de orquestra, entidades, públicos, rompendo com o circuito vulgar de eventos musicais, dando razão à existência de muitos dos auditórios que se dispersam pelo país. Os públicos serão, contudo, a razão maior para a criação desta Orquestra, antes que aqueles desapareçam e hibernem, num insustentável esquecimento da grande música. A ONM será um projecto sobre música e não sobre este ou aquele tipo de música.

Constitui uma iniciativa ímpar no país. É uma Orquestra muito ecléctica, não elitista, porque não se envolve com quaisquer critérios estéticos especiais ou preconceitos musicais. O critério é construído e desenvolvido a partir de uma desconstrução do conceito de *repertório*, não se fixando, este, em períodos, géneros, ou estilos tradicionais, mas antes, discriminando o estilo, porque é um tango, ou uma valsa, ou uma peça barroca, ou, ainda, uma obra raramente tocada, num contexto de música divertida para se escutar, como a impressão de se estar numa festa. A

Festa da Música, no contexto de Música para Todos, constitui a circunstância provocadora de toda a acção orquestral. Mas, também a reconfiguração do conceito de *concerto* é a aposta certa para os territórios, não habituados à fruição musical, então, a encenação do concerto converte-se numa estratégia aliciante, que envolve, surpreende e fascina. Os *concertos encenados* constituem uma inovadora e criativa estratégia de envolvência dos públicos, que, afinal, os vão motivar para a próxima performance, sem perceberem que a sua primeira experiência foi a detonação essencial. Quase sempre, começa-se ao contrário, com doses massivas de barroco, clássico ou romântico, que em vez de facilitar, vai complicar, senão por vezes, desanimar quem assiste nos territórios. Outra das características construtivas deste projecto orquestral é a sua natureza itinerante, focalizando, particularmente os territórios de baixa densidade. De realçar, em definitivo, que o país está dotado de um número aproximado de 15 orquestras, de câmara ou sinfónicas, que se mantêm em funcionamento de modo, mais ou menos regular. Mas também, não é menos verdade, num valor cruel, que todas elas se fixam no litoral do país, com a excepção de uma que reside numa cidade, dita, do interior, mas apenas a 70 km do litoral, sendo que, ainda mais bárbaro se torna a situação, quando 8 estão estabelecidas na cidade de Lisboa, dividindo-se as restantes pelas cidades de Esposende, Porto, Aveiro, Coimbra e Algarve⁴⁴. Ora, este quadro é, verdadeiramente, preocupante, quando se fala em todo o resto do país, a descoberto da influência orquestral e quando, a maior parte das orquestras não se envolvem em percursos de itinerância, por diversas razões. Mas, também, curiosamente, uma das orquestras com residência numa cidade do interior, realiza a maior parte dos seus concertos em locais do litoral, não se compreendendo este critério, nem tão, pouco essa estranha residência no interior, que parece não resistir aos efeitos de um litoral prenhe de eventos, em detrimento de um interior que se vai descaracterizando, pelo esvaziamento dos seus conteúdos. Daqui se conclui, da imperatividade de se criar algo que, embora se possa estabelecer no litoral, meramente, por razões

⁴⁴ Indicam-se em “Fontes” os sites das orquestras

operativas, deve por tudo e no todo, apresentar-se fora desse litoral e ingressar em circuitos pelo país, mais afastado dos grandes centros, num verdadeiro serviço ao público, reconhecendo-o, valorizando-o, respeitando-o.

II PARTE
QUADRO EMPÍRICO

3. DESENHO METODOLÓGICO

A análise que se seguirá a partir dos questionários devolvidos, será a base complementar para se observarem questionamentos sobre o papel determinante da Arte e da Cultura e das Políticas Culturais, no desenvolvimento dos territórios de baixa densidade. A dimensão de “bem-estar cultural” agrega diferentes vectores, donde se realça os seguintes indicadores compósitos: adesão e participação cultural, comprometimento das municipalidades nas actividades locais, recursos locais. De notar que a noção de “bem-estar cultural” pode acolher determinados subjectivismos e que não é possível mensurá-la, portanto apenas as informações obtidas através das entrevistas e questionários nos podem conferir a qualidade de alguns dos indicadores⁴⁵. Assim, mais perguntas do que respostas são equacionadas, não tendo existido uma preocupação de encontrar resultados objectivos e claros sobre a problemática desta investigação. O futuro deve conduzir as investigações para uma análise e estudo mais profusos das teorias das desigualdades, compreendendo-se melhor as regularidades e especificidades territoriais.

Os dados provenientes dos inquéritos enviados a entidades e particulares, foram cruzados com aqueles conteúdos, permitindo uma melhor eficácia do seu exame e ponderação questionante. As Estratégias e Políticas Culturais implementadas nos territórios foram mais bem compreendidas, bem como, a intervenção dos diferentes actores regionais, fundamentalmente dos Municípios, Comissões Intermunicipais, Associação de Municípios e Organização Culturais. A vastidão de conceitos, dos termos em referência e dos próprios modelos de acção, impôs uma leitura e interpretação atentas, que permitissem estabelecer o enquadramento das minhas reflexões. Contudo e face à duração desta investigação – um ano – houve alguma dificuldade na relação a

⁴⁵ Interessante a abordagem realizada no âmbito do estudo “Territórios de bem-estar, Assimetrias nos municípios portugueses”, feito pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (<https://ffms.pt>), com a análise oportuna de alguns indicadores. Contudo, mais uma vez, as questões culturais e da economia cultural ficam de fora do estudo e em alguns momentos a cultura é dissipada pela análise da Educação, não se entendendo a cultura como um factor de desenvolvimento e de influência no bem-estar das populações. É necessário nunca perder de vista que o desenvolvimento dos territórios é um problema amplo, complexo e que deve ser visto numa perspectiva global e localizada

estabelecer entre os conceitos, a sua interpretação e os termos definidos para a pesquisa. O grande volume de informação pode ter constituído uma desvantagem, mas permitiu um elevado grau de independência metodológica. Como é uso os brasileiros dizerem, tratou-se de um trabalho de “garimpagem”, de procura, de selecção e de graduação da informação recolhida. O nome dos autores e os termos-chave foram a metodologia utilizada, como os procedimentos que permitiram instrumentalizar a análise de conceitos ou núcleos conceptuais. A pesquisa é uma espécie de “reconstituição da memória”, que produz conhecimento e fixa o tempo, como valor histórico.

3.1. Esquema analítico

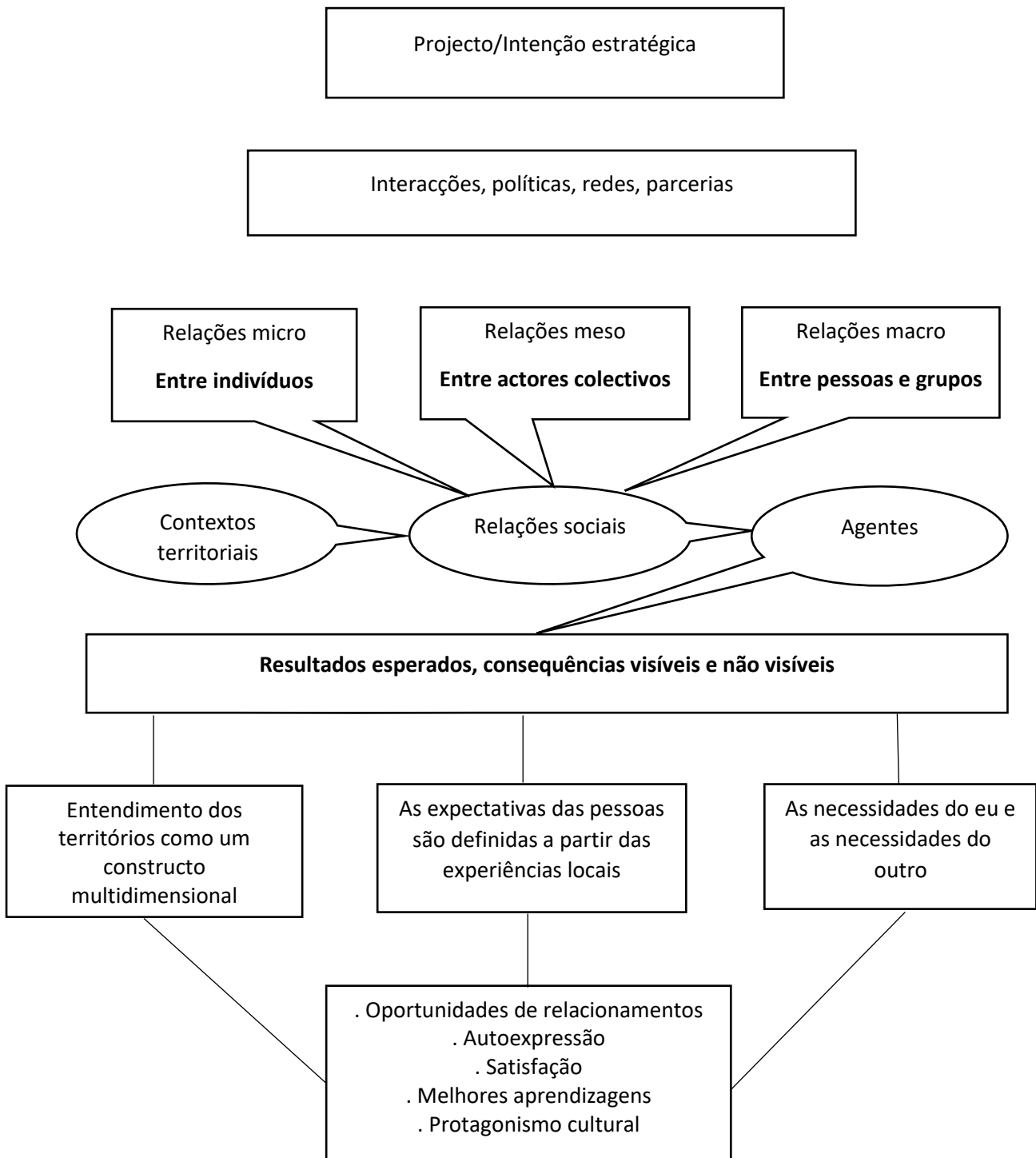
O esquema que, mais abaixo se apresenta, indica três dimensões que definem o tema da investigação: contexto territoriais; agentes; relações sociais (Figura 1). Os territórios são compreendidos dentro de um espaço social⁴⁶, valorizado por relações sociais⁴⁷ e na sua interpenetração com os agentes locais⁴⁸. Depois, todo o processo decisório assenta nos comportamentos ligados à liderança, aos processos de influência e coordenação e na gestão estratégica. As potencialidades e as realidades cruzam-se na operação e na acção, agindo em prol de um determinado contexto, construindo e dando sentido às acções.

⁴⁶ Conjunto das relações e influências percebidos pelos agentes

⁴⁷ Rede de cooperação entre todos aqueles que participam de um determinado evento

⁴⁸ Representantes municipais, associações de desenvolvimento, sociedade civil

Figura 1
Intersecções⁴⁹



⁴⁹ É, apenas, uma visão linear do processo, de natureza didáctica. Frequentemente, a acção decorre fora dos critérios traçados

[Escreva aqui]

3.2. Indicadores demarcativos

A identidade cultural de uma região determina-se por uma acção colectiva, em que os actores locais devem participar no todo do processo desenvolvimental. Aspectos formais e formativos desafiam os actores para o exame de um território, sendo que este deve ser perspectivado como estando em evolução constante, por um resultado de compromissos possíveis. Por tal, as instituições públicas (municipalidades, juntas de freguesia, comunidades intermunicipais), as entidades particulares (fundações, institutos, associações de desenvolvimento) e toda a forma de organização local (grupos de moradores, associações recreativas e culturais, bandas, centros culturais) devem estar presentes no processo de valorização, como trajecto para a consolidação da identidade local.

Não é possível no âmbito de um estudo tão limitado no tempo (12 meses) proceder à solicitação de uma ampla colaboração de actores sociais, pese embora, se reconheça que o chamamento a uma multiplicidade de actores geraria pontos de conexão e reflexão mais apurados, sendo o fluxo de conhecimento e informação mais diversificado. Contudo, importa perceber de um modo muito local, como as dinâmicas se desenvolvem e se estabelecem ou não, pela aplicação de práticas culturais sustentáveis, de modo que um “território dado” se transforme e se aperfeiçoe num “território construído”⁵⁰. Mas o modo como essas entidades se plasmam no território, para que sejam construídas redes sociais, conectando actores e melhor gerindo os processos colectivos, é também etapa que se deseja perceber, principalmente através do inquérito, mas também um pouco, pela entrevista.

Mas devemos-nos centrar na preocupação primeira desta iniciativa de investigação que parte, fundamentalmente, da concepção de Economia Cultural e de como ela poderá ser a força motriz do desenvolvimento das

⁵⁰ Um dos exemplos mais interessantes estará ligado ao projeto LAR, desenvolvido na aldeia de IMA (concelho da Guarda, freguesia de Jarmelo São Pedro). Este projeto piloto está a ser desenvolvido na aldeia da Ima (Guarda) e tem por objetivo criar soluções para diferentes problemáticas atuais. O projeto centra-se na integração das famílias multiculturais, agricultura sustentável e promoção do meio rural, gerando uma resposta holística e integrada, que dê às famílias acolhidas uma nova perspectiva de residência em Portugal.

comunidades. É estranho que a maior parte dos estudos e análises sobre o desenvolvimento sustentável dos territórios pouco ou quase nada refiram sobre as práticas artísticas e culturais e os resultados dos demais inquéritos são preocupantes pela desigualdade que acresce às desigualdades sociais, já, existentes. E todos estes sintomas e principalmente nos contextos mais periféricos, impedem o reconfiguramento das fragilidades imputadas ao despovoamento, ao abandono de determinadas actividades socioeconómicas, falta de competitividade educacional, contribuindo, assim, para o agravar da incerteza, da insegurança e do risco de perda definitiva das identidades. A Economia Cultural⁵¹ pelo poder mobilizador que encerra, desencadeia novas motivações e interpretações dos quotidianos reconfigurando o modo como com eles as comunidades se relacionam. A Economia Cultural é a verdadeira estratégia, de natureza ampla, complexa e participada, que pode conduzir a um entendimento global e localizável do desenvolvimento dos territórios e proporcionar diferentes ângulos da sua compreensão, afastando-se da tradicional abordagem a partir da economia pura e simples. O valor dos bens culturais ainda não é considerado no todo da economia, *porque não se encaixam na noção clássica de mercado*⁵². A diversidade é o que caracteriza a actividade artística e cultural, que se contrapõe ao mercado dos bens ordinários que possuem regras próprias e muito rígidas. Talvez se possa considerar, também, a cultura como uma mercadoria, mas agora, com um duplo valor: económico e civilizacional. As desigualdades sociais e o bem-estar devem assumir-se como desafios essenciais, porque um e outro se influenciam, sendo que, se o bem-estar não for, atempadamente reflectido, as desigualdades sociais vão sofrer ainda mais, correndo-se riscos de um não retorno. Então, sim, só restará e em definitivo, o despovoamento, a deslocação, o abaixamento cultural, o desinteresse na participação cívica, a estigmatização social.

⁵¹ Conceito que encerra a ideia de que a Arte e a Cultura, também, geram bens e serviços

⁵² Emílio Rui Vilar “Sobre a Economia da Cultura”, Comunicação & Cultura, nº 3, pp. 131-144

3.3. Inquérito por Questionário

O objectivo da produção de um questionário e da sua aplicação era a possibilidade do levantamento de questões relacionada com os territórios, como as percepções existentes, opiniões e sentimentos. Ele envolve uma série de questões no âmbito o seguinte:

- Conhecer o modo como alguns intervenientes (mediadores, responsáveis de organizações locais, animadores, directores de estruturas associativas, indiferenciados) sentem os locais e tipo de desenvolvimento;
- O público-alvo centrou-se em todos aqueles que tinham uma relação com a actividade cultural ou artística, ou mesmo, não tendo, aproximavam-se da realidade dos territórios e do seu desenvolvimento;
- O conteúdo do questionário, a sua sequenciação, a quantificação do número de respondentes e o número de instituições estão devidamente explicitados nos anexos e no seu desenvolvimento em capítulos mais à frente;

Provavelmente algumas limitações houve na aplicação dos questionários, pela diversidade de entidades, em regiões profundamente assimétricas em termos de condições de vida, de bem-estar e de carências de fruição artística e cultural⁵³. Houve dificuldades no contacto com os potenciais inquiridos, particularmente no que se refere aos municípios e outras entidades públicas dependentes desses mesmos municípios (bibliotecas, museus, teatros municipais). Mas também os particulares, presumivelmente por não estarem habituados a este tipo de questionário, não enviaram as suas respostas, diminuindo o espectro do público-alvo seleccionado. Contudo a avaliar pelas respostas recebidas e porque elas provêm de actores dos territórios, fica a impressão de que os sentimentos anotados são de natureza geral, pelo menos pensando o procedimento num princípio muito empírico. Os resultados obtidos, que consideramos escassos, pelas razões atrás aduzidas, comprovam as dificuldades no terreno, em que as características demográficas têm um peso enorme, o abaixamento cultural é evidente em alguns lugares, o isolamento em que

⁵³ Região que corresponde ao distrito de Bragança

vivem, as dificuldades de comunicação, as desigualdades sociais municipais que existem, constituem uma rede de aspectos que influenciou a aplicação do questionário e a percepção dos conceitos veiculados. Assim, surgiram limitações óbvias, como a falta de disponibilidade dos eventuais respondentes, a falta de hábitos nestes percursos e os comportamentos, ainda, tímidos no que a estes assuntos diz respeito. Contudo, os resultados observados constituem o levantar do véu sobre as dificuldades que os territórios vivem e as contradições que, frequentemente, enfrentam em termos de comportamento, responsabilidade e consciência sociocultural, acabando por este trabalho suscitar mais perguntas do que respostas. Uma investigação desta natureza, curta na duração e confinada a uma pequena região do país, não permite um alargamento da sua base questionante, pois sente-se que ficaram de fora aspectos significativos como a qualidade de vida, o bem-estar, as vivências pessoais, as expectativas das comunidades, as tecnologias, as redes geracionais, que devem, igualmente, estar presentes numa discussão profunda e integrada. Os problemas socioculturais são complexos e arrastam uma perspectiva global e territorialmente localizável, conduzindo a melhores quadros de compreensão e interpretação sobre os desafios que os territórios de baixa densidade nos colocam. Caso contrário, corre-se o sério risco de muitas das aldeias fecharem em breve, desaparecendo como desafio, como futuro e como construção de relações. As palavras-chave mais relevadas pelo questionário foram, sustentabilidade, economia cultural, territórios de baixa densidade e responsabilidade.

As entidades chamadas à participação nos questionários, responderam de um modo ou de outro à importância que os conteúdos culturais têm na criação de maior riqueza e de melhor capacitação dos locais. As indústrias criativas⁵⁴, e, portanto, a economia cultural, pese embora um conceito não muito divulgado nos territórios, têm vindo a adquirir uma importância crescente, gerando trocas, riqueza, emprego, ocupação lúdica, qualidade

⁵⁴ Paulo Guerra e Pedro Quintela, First International Conference of Young Urban Researchers, CIES – Centre for Research and Studies in Sociology. Lisbon, 11th-12h June 2007

de vida e bem-estar. Logo, elas tornam-se activos decisores no desenvolvimento da própria economia, mas também, na qualidade do todo local, pelo garante da participação e assunção de cidadania, suporte de qualquer sociedade contemporânea. As entidades ao reflectirem através dos questionários, também elas próprias tiveram a oportunidade de reconhecer a importância de políticas públicas adequadas, evitando que *o seu resultado prático seja casuístico e sem enquadramento estratégico*⁵⁵. É a promoção dos territórios que está em causa. Afinal, o cruzamento entre mobilidade, economia, turismo, valorização, formação, capacitação, fruição, democratização, acesso, constituem o sustentáculo da economia cultural, caminho para o reforço das identidades culturais, na reafirmação da relevância das práticas artísticas e culturais, condição essencial e primeira para o Desenvolvimento das Comunidades.

Através do inquérito por questionário a que se acrescentam duas entrevistas, aplicadas a entidades e particulares da região de Bragança, não foi possível atender a todos os pormenores que movem o campo cultural, entendido como vector de desenvolvimento. Muitas situações condicionantes estão presentes e mesmo a temática desta investigação ainda não causa preocupações imediatas às populações, às entidades e aos mediadores. Parece existir uma grande informalidade na discussão destes assuntos, há uma fragilidade na existência de bancos de dados, não se reconhece um sistema de inclusão como activador do desenvolvimento e o sistema de informação é assumido como um poder. Deste modo, a captura da realidade está delineada por quem detém o dinheiro, o poder, a visibilidade, o acesso e a administração dos sistemas. De qualquer modo, a simples divulgação do questionário a um público-alvo alargado, mesmo que não tenha considerado responder no seu todo, teve vantagens assinaláveis, pois introduziu questões pertinentes e novos conceitos que, por si só, foi fonte de informação e esclarecimento úteis,

⁵⁵ Santos, 2012, p.62, "Cultura e Desenvolvimento Local em Portugal: Decálogo de Princípios Orientadores para um Casamento (Mais) Feliz". In VIII Jornadas de Geografia e Planeamento, Guimarães, 15-16 de Novembro – Cidades, Criatividade(s) e Sustentabilidade(s): atas. Guimarães: UMDGE. Pp.62-71

não só, para futuros trabalhos, como também, para se iniciar uma discussão mais alargada e sustentada.

3.4. Resultados

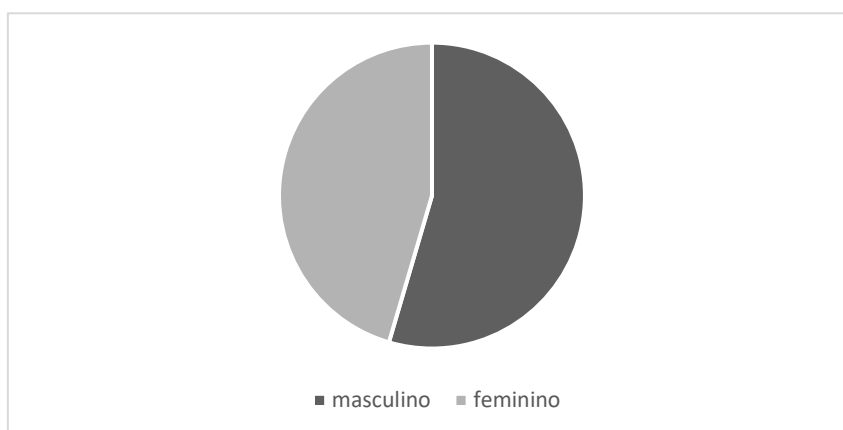
Realizado o trabalho de divulgação do questionário ao público-alvo, já acima referido, enceta-se o tratamento da informação recolhida. Para a análise, distinguiu-se a produção de gráficos e tabelas das sínteses efectuadas para cada grande tema. Para as questões abertas, a sua interpretação pode constituir alguma falta de objectividade, mas que o formato das respostas veio facilitar a tomada de conclusões. É de interesse prioritário, em termos das apreciações a retirar, conhecer o impacto social da economia cultural, em termos dos eventos realizados, a importância da diversidade das actividades e das suas modalidades, as lógicas colectivas e individuais e as alianças estratégicas entre municipalidades e organizações culturais, como factores de sucesso do desenvolvimento local. Assim, os itens 6 (conceito de Economia Cultural), 7 (dinâmicas sociais), 8 (participação dos públicos), 9 (eventos culturais), 11 (organização de eventos), 12 (medidas de Política Cultural) e 14, 15,16,17 (participação das comunidades) são aqueles que mais relevam a estratégia local para o desenvolvimento e que importa assinalar em termos dos desfechos finais do inquérito. O resultado dos questionários e das duas entrevistas realizadas (Técnico de Associação urbana MIRA FORUM-Porto e Associação Local⁵⁶) são fundamentais apenas no conhecimento das forças locais e no modo como elas se organizam, face à importância da promoção de inovadoras geografias culturais, fortes e mais dinâmicas. Contudo, não se pode deixar de salientar a região envolvida, com demografia baixa, de grandes fluxos migratórios e num estado de despovoamento crescente, que constituem factores condicionantes da aplicação do inquérito por questionários e na sua dimensão abrangente.

⁵⁶ Eira-Associação Multidisciplinar, sediada em Lusinde, concelho de Penalva do Castelo

3.4.1. Caracterização da população inquirida

Nota-se a predominância do sexo masculino, maioritariamente com idades compreendidas entre os 40 e 60 anos de idade. Daqui, não de um modo definitivo, pode inferir-se de que são os homens aqueles que mais directamente se encarregam dos aspectos gestionários das entidades.

Figura nº 1 – Distribuição por sexo
45% (homens); 55% (mulheres)

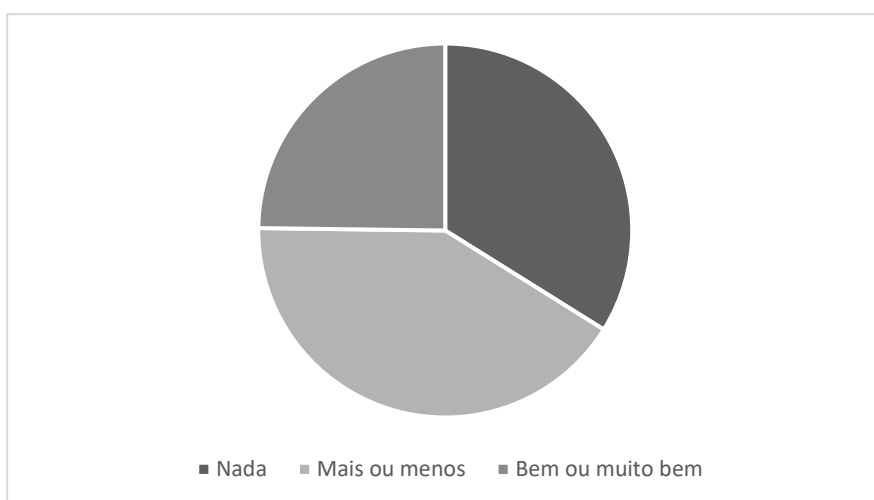


3.4.2. Conhecimento do conceito de Economia Cultural

Realça-se a dificuldade generalizada do conhecimento do conceito, o que não se estranha face à sua novidade e ao modo de intervenção casuística das entidades, particularmente, das municipalidades.

Figura nº 2 – Economia Cultural

Bem ou muito bem 34%); mais ou menos (41%); nada (25%)

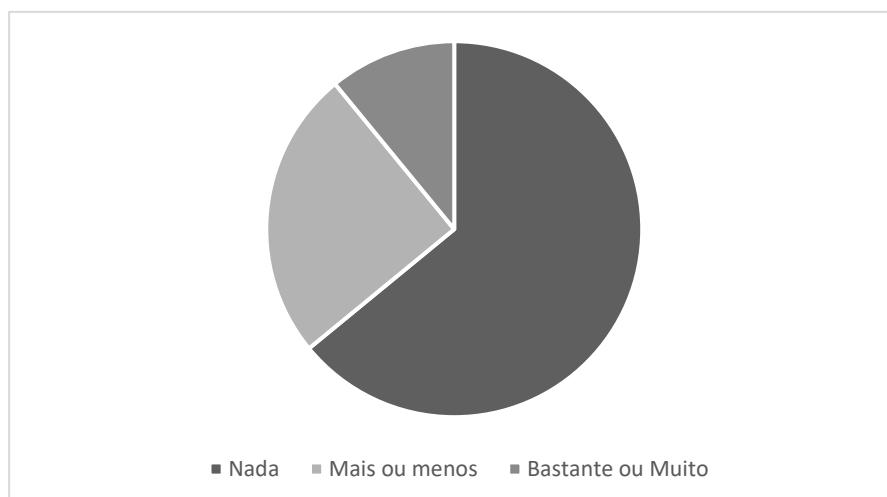


3.4.3. Dinâmicas sociais

De um modo geral, existe uma insatisfação notória sobre o modo como os diferentes parceiros intervêm localmente. Este item deixa antever a dificuldade do estabelecimento de parcerias e redes de conexão. Mas relacionando os gráficos 3 e 4, pode concluir-se que existe uma dúvida quanto à mudança das dinâmicas, face à insatisfação revelada em relação à acção dos principais agentes culturais e muito mais em relação às municipalidades.

Figura nº 3 – Dinâmicas Sociais

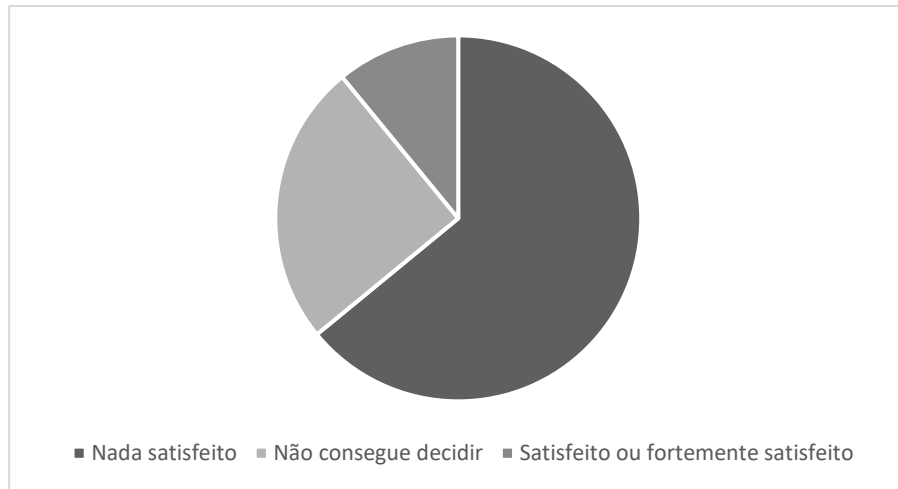
Bastante ou muito (11%); mais ou menos (25%); nada (64%)



[Escreva aqui]

Figura nº 4 – Satisfação agentes

Satisfeito (11%); não decide (25%); nada satisfeito (64%)

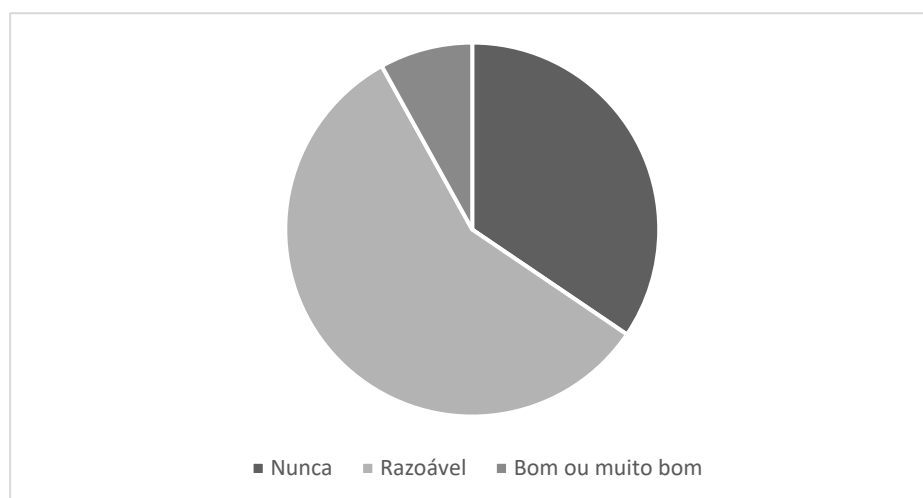


3.4.4. Público-alvo

Os inquiridos parecem ter uma opinião, mais ou menos convergente, quanto à participação dos locais, independentemente da natureza e qualidade dos eventos. Este item deve ser conectado com o item seguinte “Eventos culturais”.

Figura nº 5 – Participação

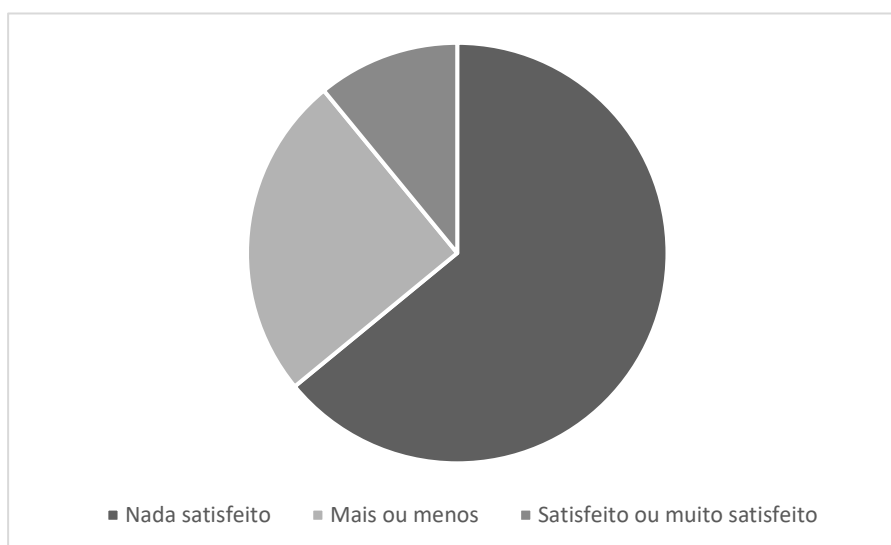
Bom ou muito bom (8%); razoável (57%); nunca (8%)



3.4.5. Eventos Culturais

De um modo geral e numa observação da tabela nº 1, verifica-se que a maioria dos inquiridos se mostra, razoavelmente inquietado com a relevância dos eventos realizados, independentemente da sua origem (municipalidade, associações).

Figura nº 6 – Eventos Culturais
Satisfeito (11%); mais ou menos (25%); nada (64%)



3.4.6. Eventos Culturais

Esta tabela espelha a importância que a realização de eventos tem para as populações e os condicionantes que os afectam no modo como os observam, fundamentalmente relacionados com recursos, diversificação e modelo da acção. Este item revelava-se de enorme sensibilidade, pois através dele se considerava a importância que os eventos tinham para as populações, como públicos, como actores e como protagonistas, no pressuposto de que eles contribuíam para uma forte dinâmica local, que fortalecia o sentimento individual e colectivo de pertença e autoestima.

Quadro nº 1 – Eventos Culturais

<i>Itens</i>	1	2	3	4	5	%
Pouca diversificação e escassez de eventos				x		
Frágil relação entre as especificidades e as necessidades dos territórios				x		
Os modelos de acção não são projectados com agilidade e inovação				x		
Excesso de burocracia para a sua preparação				x		
Desinteresse dos agentes locais			x			
Fragilidade na comunicação com os agentes culturais das regiões				x		
Inexistência de mediação cultural				x		
Carência de infraestruturas locais			x			
Falta de hábitos culturais e formação de públicos				x		
Carência de recursos humanos municipais e supramunicipais afectos à dimensão cultural				x		
Pouco interesse por parte das municipalidades					x	
Pouca mobilização dos agentes culturais				x		
Escassez de recursos económicos				x		
Outra						

Escala utilizada: 1 – Discordo fortemente; 2 – Discordo; 3 – Não concordo, nem discordo; 4 – Concordo; 5 – Concordo fortemente

Percentagens encontradas para um universo de 25 respondentes



3.4.7. Vantagens

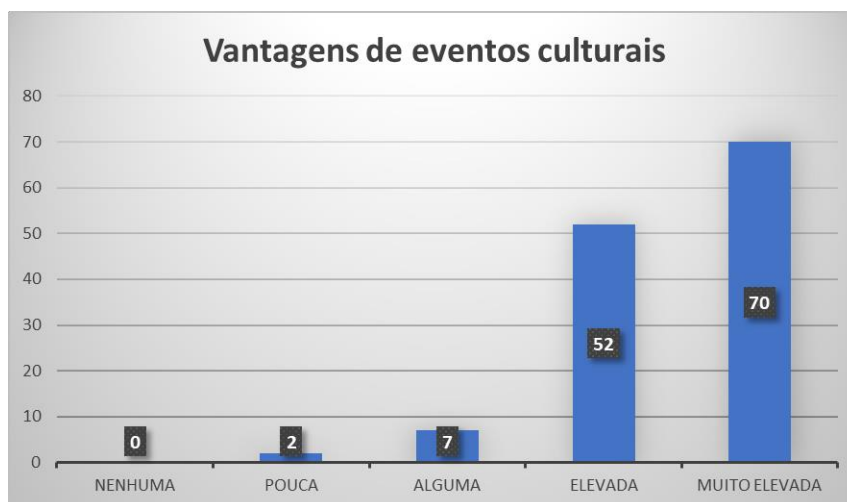
Verifica-se que existem dúvidas em relação às vantagens dos programas culturais, certamente, no modo como são organizados. As iniciativas e as políticas têm vindo a demonstrar uma preocupação crescente sobre o modo como elas se devem articular, em que o próprio desenvolvimento local se encontra, intimamente, ligado. Daqui se infere que a natureza das iniciativas e a sua configuração têm ressonâncias no modo como as populações se deixam mobilizar para a participação. A isto se pode chamar de “reverberação dos actos”.

Quadro n.º 2 – Vantagens

<i>Itens</i>	1	2	3	4	5
Competência cultural			x		
Alargamento das experiências de vida					x
Valorização e respeito pelas diferenças					x
Aprendizagem de comportamentos culturais					x
Desenvolvimento das linguagens verbal e não verbal				x	
Promoção do autoconhecimento				x	
Aprofundamento da noção de diversidade			x		
Aquisição de maior consciência cultural					x
Promoção a mobilidade			x		
Outra (indique qual)					

Escala utilizada: 1 – Nenhuma; 2 – Pouca; 3 – Alguma; 4 – Elevada; 5 – Muito elevada

Percentagens encontradas para um universo de 25 respondentes

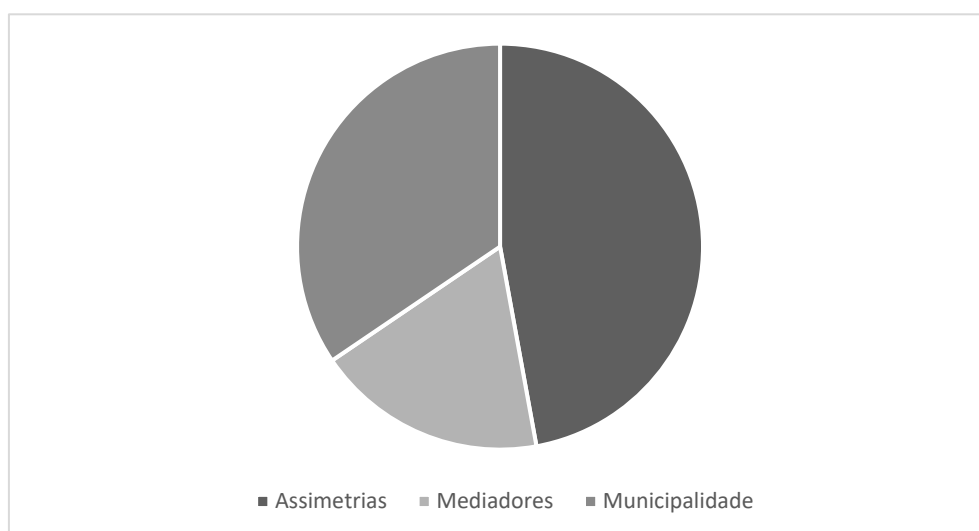


[Escreva aqui]

3.4.8. Política Cultural

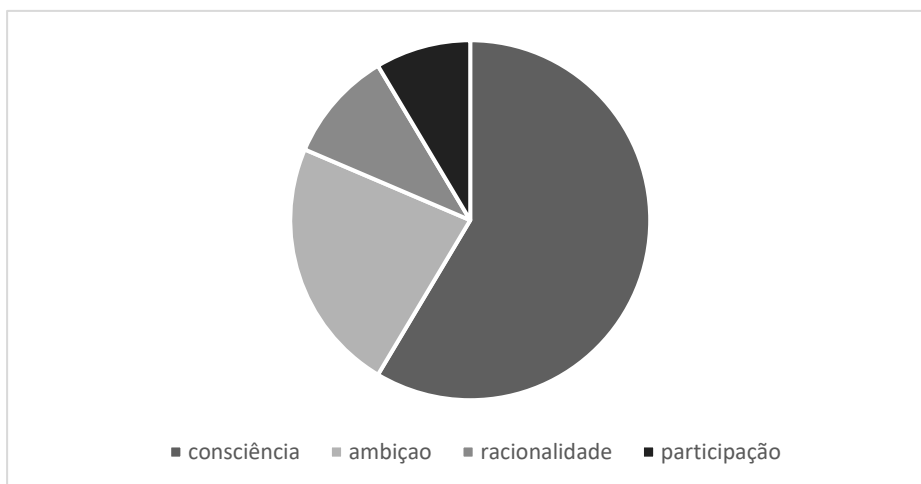
Neste item identifica-se uma dimensão crítica que valoriza a realização de eventos como um investimento nos locais e de mudança nas políticas de desenvolvimento. Os resultados obtidos reflectem os impactos directos nos territórios, em termos de necessidades e capacitação. Os 3 itens mais preponderantes no desenvolvimento e no êxito das acções, mais em termos de participação do que na sua quantidade, são: assimetrias regionais, mediadores e a sua qualificação, e o papel das municipalidades.

Figura nº 7 – Política Cultural
municipalidade (3%); mediadores (18%); assimetrias (3%)



3.4.9. Mapeamento das Necessidades Culturais

Figura nº 8 – Mapeamento
Participação (9%); racionalidade (10%); ambição (23%); consciência (59%)



3.4.10. Economia Cultural

Verifica-se que existem problemas de articulação entre políticas e contextos territoriais. Se por um lado, se detecta fragilidade ao nível do empreendedorismo cultural, reconhecem-se potencialidades locais desaproveitadas. Tem de se pensar num desenho de acção que concilie tempo, recursos e estratégia participativa. Alguma dificuldade na compreensão do conceito.

Condições para a participação

Actividade económica como valor cultural, criação de planos culturais, valorização do potencial dos indivíduos, ligação às autarquias, alargamento do curriculum escolar básico, diversidade cultural, mais recursos humanos, estruturas de comunicação; política educativa desde tenra idade; não há fórmula única para a participação; perceber a singularidade de cada comunidade; valorização dos locais; maior visibilidade dos agentes culturais; trabalhando directamente com os públicos; criar ligações com as instituições; criar hábitos culturais; melhor comunicação entre municipalidades e artistas; acompanhamento dos projectos culturais; aumentar a diversidade da oferta cultural; criação de mediadores culturais; faltam programas de formação de agentes locais;

Estratégias para a Economia Cultural

Activos culturais, recursos privados e públicos, valorizar a cultural local, novas tecnologias, tradições culturais como âncora para fomentar a economia cultural, literacia como prioridade política e económica, criação de eventos multiculturais; criação de eventos; pensar a cultura de modo abrangente; eventos mistos; investimento na programação em rede; valorizar o potencial patrimonial; não estou familiarizado com o conceito; o sector cultural deve ser tratado como uma actividade económica; valor da economia cultural no PIB e no seu valor imaterial; estabelecer redes de acção; formação dos responsáveis municipais;

Maior dilema

Compreender os instrumentos de financiamento, sobrevivência e estabilidade económica, falta de verbas, falta de abertura dos organismos, espaços impreparados, redução da participação do público, dificuldade de comunicação com os municípios e programadores; falta de apoio logístico; diálogo com as estruturas do poer local; a incompetência do poder local; dificuldades de financiamento; dificuldade de participação dos públicos; financiamento de actividades; adaptação dos programas; comunicação com os municípios; a irregularidade do financiamento; dificuldade dos municípios entenderem os princípios e a essência da valor da Arte e da Cultura; incompreensão sobre o significado de prioridades; a inversão de prioridades;

Como foi solucionado o dilema

Sem sucesso, actividade cultural em contexto extralaboral, abandono de projectos, estabelecimentos de acordos, intercâmbio com vizinhos, sem resolução; recorrendo a instituições particulares; não se resolveu, é uma luta diária; parcerias regulares; adaptação dos programas; sem solução; reduzindo a oferta; priorizando projectos; criando parcerias; a maior parte das vezes sem solução; é necessário insistir; nunca é fácil estabelecer diálogo com responsáveis municipais que não entendem o valor cultural e a necessidade de protagonização dos públicos locais;

De um modo geral, a formulação do questionário foi reconhecida como apropriada, não sem que alguns dos respondentes pudessem ter reconhecido a complexidade de algumas questões e aquelas formuladas de modo aberto.

Da análise dos resultados dos questionários, vista sob uma perspectiva funcional, o papel da informação cultural parece estar ainda num patamar rudimentar, apesar de se notar o surgimento, ainda que tímido, de redes de acção, com papéis relevantes das municipalidades, associações de desenvolvimento, comissões intermunicipais e actores locais como

mediadores. O inquérito pretendeu oferecer, mesmo que timidamente, um quadro sobre algumas dificuldades das práticas culturais no país, pese embora, os resultados dos questionários traduzam, ainda, uma certa insipiência na sua aplicação e desenvolvimento, pelos desequilíbrios educativos, económicos, sociais, demográficos e culturais. No entanto, e mais uma vez se afirma, que esta pequena apreciação pretendeu trazer novos dados para um debate que deve ser transversal, num quadro de uma realidade atomizada, de responsabilidade dos decisores políticos (municípios), de gestores e programadores culturais, comissões intermunicipais e associações. E se este relato puder ser lido pela academia, por investigadores, por alunos de mestrado e doutoramento, ou por meros curiosos, então já pode ser assumido como oportuno e com ganhos empíricos.

É indispensável que todos os actores públicos ou da sociedade civil se mantenham continuamente informados sobre as realidades internas e externas aos territórios. A Informação e o Desenvolvimento Cultural são aspectos que devem correr simultaneamente, não sob uma visão “utilitarista” ou “culturalista”, mas sim, na óptica mobilizadora de uma energia criativa, tão essencial à cooperação intersectorial. Aliás a reflexão que a UNESCO tem vindo a fazer, é sinónimo da importância que as relações adquiriram face à necessidade de desenvolvimento cultural dos territórios – novamente a economia cultural a ser chamada à colação – no âmbito da Declaração Mundial da Cultura, em que o desenvolvimento humano durável, dos direitos e a democracia devem ser entendidos como o nível mais elevado do desenvolvimento humano: internas e externas aos territórios. A Informação e o Desenvolvimento Cultural são aspectos que devem correr simultaneamente, não sob uma visão “utilitarista” ou “culturalista”, mas sim, na óptica mobilizadora de uma energia criativa, tão essencial à cooperação intersectorial. Aliás a reflexão que a UNESCO tem vindo a fazer, é sinónimo da importância que as relações adquiriram face à necessidade de desenvolvimento cultural dos territórios – novamente a economia cultural a ser chamada à colação – no âmbito da Declaração Mundial da Cultura, em que o desenvolvimento humano durável, dos

direitos humanos e a democracia devem ser entendidos como o nível mais elevado do desenvolvimento humano:

“O desenvolvimento é um processo complexo, holístico e multidimensional que vai além do crescimento económico (...) apenas pode assegurar-se um desenvolvimento equilibrado mediante a integração dos factores culturais nas estratégias para atingi-lo; em consequência, tais estratégias deveriam considerar sempre a dimensão histórica, social e cultural de cada sociedade”⁵⁷

De mencionar que os 40 anos da Mondicult⁵⁸, a conferência para a identidade cultural e desenvolvimento de políticas públicas, tem constituído plataforma para a intensificação da cooperação e da valorização das identidades culturais dos povos⁵⁹, caminho para a convergência dos objectivos culturais e espirituais da humanidade. A cooperação entre entidades e entre estas e as populações, a quem prefiro chamar de “públicos”⁶⁰ configura um objectivo primordial da intervenção, mas que um sistema de informação cultural deve capacitar. Repito, o questionário aplicado funciona de certa maneira, como um veículo de informação, pois introduz novos conceitos, estatui princípios de participação e apela ao exame sobre a situação dos territórios. Afinal, questiona, inquirere, esclarece e amplia o conhecimento. E a sua eficácia neste aspecto surtiu algum efeito, a avaliar por algumas respostas que nos conduzem a necessidades objectivas dos territórios e que devem

⁵⁷ Declaração do México, Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondiacult), México, 1982

⁵⁸ Primeira edição em 1982, na cidade do México e a última edição em 2022, também no México

⁵⁹ Quatro áreas em conexão: fortalecer as políticas culturais; lugar da cultura no desenvolvimento sustentável; resposta às crises que afectam a diversidade patrimonial e a cultura; futuro da economia criativa

⁶⁰ Um termo mais colectivo no sentido da possibilidade de que todos participem. No fundo, os públicos serão, simultaneamente, públicos, actores, mediadores

encontrar, definitivamente, na economia cultural uma das estratégias para:

- Reconhecer a importância da diversidade cultural;
- Incorporar actividades artísticas e culturais em contextos formais e informais;
- Estabelecer laços sustentáveis e permanentes entre os diversos actores, públicos e privados;
- Fomentar a necessidade de uma boa rede de mediadores;
- Vincular a cultura e a economia⁶¹;
- Aumento da participação e do protagonismo local.

3.5. Análise do Conteúdo das Entrevistas

A proposta de entrevista, por escrito, continha 5 *itens* orientados, fundamentalmente por três ideias base: as políticas públicas para a sustentabilidade e coesão dos territórios; os entraves ao desenvolvimento das políticas; a importância da Economia Criativa na transmutação dos territórios. Foram respondentes, identificados como *respondente 1* e *respondente 2*, dois gestores de projectos com larga experiência local, o primeiro com actividade numa localidade do interior (Penalva do Castelo) e o segundo de uma localidade do litoral (Campanhã). Esse contraste em termos geográficos foi ponto importante para uma análise breve dos conteúdos, mais na dimensão descritiva do que interpretativa, face à experiência dos inquiridos e à sua enorme envolvência em processos de desenvolvimento local. Foram apenas dois os entrevistados, que resulta numa pequena mancha de informações, mas de qualquer forma significativa, face às trajectórias de vida dos respondentes, com basta experiência em práticas socioculturais, mais de perfil pragmático o respondente 1 (Penalva do Castelo), enquanto o respondente 2 (Campanhã) revela um perfil de ruptura, pouco convencional no que às rotinas diz respeito.

⁶¹ Boa ideia seria a criação de uma espécie de Fundo para o Desenvolvimento da Arte e da Cultura, para o desenvolvimento dos territórios, assumindo o formato de uma unidade empresarial constituída por recursos do Estado, das Empresas e da Sociedade Civil

Era importante conhecer, mais detalhadamente, a opinião de gestores culturais e a identificação dos principais valores e sentimentos orientadores das suas práticas diferenciadas. Entender que valores emergiam dos seus discursos, das suas práticas e das suas apreciações vividas, conectadas e socializadas. Verificar como entendiam o desenvolvimento local a partir de uma base económico-social-cultural⁶², sustentável e como consequência, a geração de empregos e de mais empreendedorismo.

Sabemos que a mancha obtida não deve ser considerada significativa, mas mesmo assim, considera-se oportuna esta espécie de abordagem *compreensiva*, pois os respondentes constituem informação qualitativa sobre os seus contextos de vida, considerando-os informadores capazes, com pensamento pragmático, porque compreendem as dinâmicas locais, os processos sociais subjacentes e as condutas dos protagonistas dos lugares. Não foram entrevistas em profundidade, mas deixam escapar bastantes informações sobre os territórios e sobre algumas das políticas culturais em carência. Face às finalidades, julgo que estas entrevistas cumprem as expectativas e que se juntam ao conteúdo dos questionários. Esta abordagem das entrevistas aproxima-nos, provavelmente, de uma determinada dicotomia, quadro interessante para uma futura análise mais estruturada, se estamos em presença de uma certa necessidade da “recuperação do passado” ou de um “rompimento com o passado”. Esta inquietação, mais do que uma ambiguidade, revela-se como um princípio necessário para o entendimento alargado do que é o desenvolvimento local, quer sob o ponto de vista histórico, como sob a visão social. Se pensarmos que o desenvolvimento implica princípios de descoberta, então o anterior corpo de conhecimentos e experiências fornece todos os instrumentos conceptuais e metodológicos indispensáveis às novas realidades. Mas por outro, quão difícil será o despreendimento e a análise crítica do passado, para mostrar que o futuro deve basear-se no direito a uma certa “plausibilidade”, invocada a partir do combate às rotinas, ao

⁶² Economia Cultural, vínculo de carácter cultural aos territórios, que coloca em prática circuitos de distribuição de oferta cultural, permanente, que vai gerar novas audiências, externas e internas

tradicional em termos do conceber, construindo uma criativa rede de pensamentos⁶³ (Quadro 3).

Será muito interessante fazer uma análise comparativa entre as respostas dos dois respondentes e apreciar o modo como enfrentam as duas realidades, uma interior e outra litoral. Sabe-se que as suas experiências são distintas, provavelmente os seus conhecimentos são construídos a partir de realidades diferenciadas, o modo de enfrentar o mundo e dimensioná-lo, requerem visões assentes em quadros de vida que possibilitam interpretar e relacionar com e no mundo. Mas também os seus trajectos de vida podem ter sido construídos através de estórias contadas e percebidas por sinónimos intercambiáveis a partir de singularidades, não os impedindo de ver a realidade, de a pressentir próxima, sem manipulações e manuseios excepcionais. Interessante, então verificar que as suas percepções sobre as realidades são muito próximas mesmo exactas no seu quadro construtivo, embora difiram na semântica utilizada. Ambos concluem que uma forte dinâmica de actividades culturais e artísticas contribuiria, seguramente, para a alteração da vida local, tornando os territórios mais atraentes, fortalecendo o sentimento individual e colectivo de pertença. Assumem, então, uma extraordinária incipiência da produção local e uma oferta pouco inovadora, irregular e sazonal, indícios preocupantes que conduzem à desertificação dos territórios e ao seu abaixamento cultural. As actividades que se desenvolvem estão próximas de uma “operação de cosmética” que geram nada. Ao jeito de resumo, destacam-se os pontos principais, como factores que obstam ao desenvolvimento:

- Desarticulação das actividades
- Fragilidades na divulgação
- Desvalorização da arte da cultura
- Falta de financiamento
- Assimetria dos territórios.

⁶³ É oportuno referir a leitura da obra “A Pluralidade dos Mundos”, de Thomas Kuhn (2003, Edições Guerra e Paz), que nos arrasta para a compreensão das mudanças de propriedades mutáveis e para as inter-relações, mas que no fundo o processo de aprendizagem é, ainda, um processo de transmissão, de uma geração para a seguinte (2023, p. 343)

Quadro nº 3 – Grelha de Análise

Itens	Dimensão	Respondente 1	Respondente 2
1	Políticas que promovam a sustentabilidade e coesão dos territórios	<i>Não têm existido, apenas como placebo de uma agenda eleitoralista</i>	<i>O território tem sido abandonado à sua sorte, assistindo-se de bancada à sua morte. Nos últimos anos foram retirando aos territórios os poucos serviços que ainda existiam. Foram os CTT, os comboios, a agência bancária, o Centro de Saúde.</i>
2	Entraves no desenvolvimento dos territórios	<i>Falta de emprego, falta de oportunidades, numa circularidade em que lugares sem emprego geram lugares sem pessoas e vice-versa</i>	<i>O desconhecimento do país, que é pensado a partir de Lisboa, partindo-se do princípio de que todo o país é similar. Os governantes podem até ter viajado pelo mundo, mas nunca viajaram pelo país interior, que é a maior parte do território. Todo o país é sempre pensado para a estreita faixa do litoral, esquecendo o restante território. Os autarcas, em grande parte mal preparados, incapazes de pensar os seus territórios, preocupam-se sobretudo com a sua sobrevivência política e são, muitas vezes, meros repetidores dos seus congéneres do litoral. Não se pensa em melhorar a rede de transportes que liga o litoral ao interior em tempo razoável, serviços indispensáveis ao dia a dia das pessoas, como rede de telemóvel e internet, inexistente, ou muito deficiente, em grande parte do interior do país. Quem querará mudar-se do litoral para o interior, onde, no fim de um dia de trabalho, não há um teatro, um cinema, nenhuma atividade.</i>
3	Mais cultura, mais arte e mais ecologia podem alterar o valor dos territórios?	<i>A democratização da cultura e mais apoios para a criação podem impulsionar uma crescente dinâmica cultural</i>	<i>Os territórios contêm um enorme valor cultural e imprescindível a este século XXI, quando falamos de cultura, naturalmente falamos das disciplinas artísticas, mas não só, o património natural, o património edificado, os saberes tradicionais, o artesanato, os processos tradicionais de produção agrícola, o conhecimento e modos de preservação da fauna e flora locais O que acontece é que a cultura local tem sido desvalorizada ao longo do tempo e as áreas artísticas são inexistentes em grande parte dos territórios, pois promovem a criatividade, o pensamento crítico e a autoestima que são fundamentais para que seja possível acrescentar valor ao que localmente existe. A arte e a cultura precisam de estabelecer diálogos de proximidade e em permanência.</i>
4			

[Escreva aqui]

De que modo a Economia Criativa contribui para o desenvolvimento local?	<i>Estimula a criação de serviços, criação de ofertas de trabalho</i>	<i>Podemos pensar a economia criativa a partir de uma loja que visitei e que vende frutas, legumes e livros. Quando compramos um molho de espinafres e um livro estamos apenas a comprar alimentos, embora se destinem a diferentes finalidades, mas poderemos refletir sobre o molho de espinafres do mesmo modo que refletimos sobre a temática do livro. Com um pouco de arte, podemos mesmo relacionar o livro com os espinafres, ainda que quem cultivou os espinafres nunca tenha lido um livro e quem escreveu o livro nunca tenha pensado em espinafres.</i>
“O país com territórios de reclusão”	<i>Afirmção de crescente assimetria, portanto limitação à população</i>	<i>Diria que todo o país vive em estado de necessidade, embora uns vivam numa espécie de reclusão aberta e outros em reclusão fechada.</i>

DESFECHO E PREDIÇÃO

São inúmeros os desafios que se colocam ao desenvolvimento dos territórios, no que os poderes públicos têm um papel essencial a desempenhar, para que se mantenha e mesmo se aprofunde a natureza dos equilíbrios entre diversidade, participação e protagonização⁶⁴. As posições dominantes com o poder de manipular símbolos, consensos e gostos, são as mesmas que padronizam interpretações e estimulam uma frágil linguagem dos gostos, conduzindo à sua homogeneização e, portanto, às rotinas tão prejudiciais à reconversão dos hábitos. Deste modo, toda a criação cultural se transforma em produção mercantil, pouco ambiciosa e desmembrada de conteúdos. O conceito de “desenvolvimento local” está ligado às práticas sociais locais, aos seus actores protagonizados e à consolidação das identidades por vínculos e redes de conexão. Aliás, Ruivo considera que “o local enquanto lugar em que se associa a ocorrência de acontecimentos, onde emergem relações sociais institucionais e informais, está em permanente construção” (2000, pp. 138-139), donde se conclui da interdependência diversificada, que se operacionaliza por um conjunto de especialidades de natureza regional e transregional. O desenvolvimento dos territórios tem de assentar num

⁶⁴ Sociedades diversas, são sociedades mais competentes; cidadãos mais participantes, são cidadãos mais responsáveis; cidadãos protagonistas elevam a consciência cívica dos indivíduos

modelo diferente do desenvolvimento tradicional, em que a economia cultural ganha dimensão e oportunidade.

A Arte e a Cultura continuam a ser parentes muito pobres quando se pensa em desenvolvimento local. É, sempre, mais importante a economia, o comércio, as transacções, a acção empresarial, que aportem, no imediato, mais valias consumíveis. É interessante apreciar as opiniões dos inquiridos que, de um modo geral, não têm uma visão optimista da intervenção das entidades, nem nelas confiam muito. Claro que a questão que se pode colocar é a de perguntar qual a melhor fórmula, ou pelo menos, o princípio mais adequado para se chegar a uma acção colectiva de inovação social crítica e criativa. Julga-se que os processos de economia cultural acolhem princípios que nos conduzem ao estabelecimento de redes e, por conseguinte, à construção de territórios-rede, mas que requerem uma abordagem global, pois “o desenvolvimento territorial estará sempre condicionado pela qualidade da política regional que for prosseguida e, ainda mais, pela qualidade superior da política macroeconómica” (Covas, 2018, p.128). Será um exercício, assumidamente cultural, o de transformar os territórios em estado de necessidade, quando “parecem verdadeiros territórios de reclusão” (idem, p.127).

Mas aproveitemos para regressar a Bauman, cuja teoria da Modernidade Líquida nos parece adequar-se a um pensamento de desenvolvimento. A sensibilidade, a empatia e a felicidade são elementos estruturais da construção da nossa identidade e mais importantes que qualquer pacto de natureza teórica ou metodológica. A “Economia da Atenção” e a “Economia Cultural” são desígnios que os territórios aguardam e que a Arte e a Cultura podem facilitar o acesso, são autênticos motores de busca de novas políticas, de novas fronteiras e de combate a fragmentarismo inútil. A maior parte dos territórios assemelha-se a “territórios de reclusão”⁶⁵, vazios, frágeis na sua identidade, pois “empty spaces are first and foremost empty of meaning”⁶⁶ (Bauman, 2000, p.103), para mais

⁶⁵ Covas, A. (2018), “A Grande Transformação dos Territórios”. Lisboa: Edições Silabo, p. 127.

⁶⁶ Trad. “os espaços vazios são antes de mais vazios de significado”

adiante Bauman esclarecer o vazio dos espaços, “not that they are meaningless because of being empty: it is because they carry no meaning”⁶⁷ (idem), porque acima de tudo, não existe quem com eles negocie, pelo desinteresse e porque o litoral sempre será mais atractivo que o interior. Então, esses territórios continuarão vazios, porque serão, sempre, invisíveis. E é por isso, que a economia cultural arrasta aspectos que desembrulham o estado apertado em que a maior parte dos locais (des)vivem, porque a cultura e a arte são provocadoras, influenciadoras e sedutoras no seu talho de fazer e de fazer ser, “it is the flow of time that counts, more than the space they happen to occupy”⁶⁸ (idem, p. 2). A teoria de Bauman trouxe-nos, não uma nova realidade, mas um diferente modo de se olhar o significado da realidade, “the extraordinary mobility of fluids is what associates them with the idea of lightness”⁶⁹ (ibidem), concluindo Bauman que “these are the reasons to consider fluidity or liquidity as fitting metaphors when we wish to grasp the nature of the present”⁷⁰ (ibidem). Será sempre através da cultura que se consolidam as identidades e através da economia cultural, como estratégia, que ajudaremos a desenvolver os territórios e a remeter-lhes a vontade de compreender o significado de desenvolvimento económico, social, patrimonial, cultural e artístico, porquanto “precarious economic and social conditions train men and women (or make them learn the hard way) to perceive the world as a container full of disposable objects for one-off use”⁷¹ (ibidem, p. 162). O mundo como *contentor* (Bauman) ou como *reclusão* (Covas) exige que a cultura aja em seu benefício, deixando de ser percebido e vivido como *caixa negra*, hermeticamente selada, difícil de ser aberta, se não existir protagonização das populações, afinal, se as deixarmos ser, apenas, públicas de si mesmas. E se tal lhes for impedido continuaremos a estar

⁶⁷ Trad. “não que eles não tenham sentido por serem vazios: é porque eles não carregam nenhum significado”

⁶⁸ Trad. “é o fluxo do tempo que conta, mais do que o espaço que eles ocupam”

⁶⁹ Trad. “a extraordinária mobilidade dos fluidos é o que os associa à ideia de leveza”

⁷⁰ Trad. “estas são as razões para considerar a fluidez ou a liquidez como metáforas adequadas, quando queremos apreender a natureza do presente”

⁷¹ Trad. “condições económicas e sociais precárias treinam homens e mulheres (ou os fazem aprender da maneira mais difícil) a perceber a palavra como um recipiente cheio de objetos descartáveis para uso único

diante de territórios de exclusão, pois “Le précarité est aujourd’hui partout”⁷², crescendo desorganizadamente a vulnerabilidade, a precariedade e a instabilidade, regredindo, ainda mais, as condições de vida dos territórios. A precariedade económica, é a precariedade do acesso aos bens culturais e artísticos, é a marca para a sobrevivência que torna a vida frágil, menos resiliente e desencantada. E como afirma Emílio Rui Vilar, “a cultura desempenha uma função, sem paralelo, fazendo com que tudo aquilo que se lhe refere tenha uma importância muito maior do que aquela que resulta da procura estritamente económica que lhe é dirigida”⁷³. Mas é indispensável que os poderes públicos, as entidades várias, os programadores, as associações de desenvolvimento, as municipalidades, as comissões intermunicipais, se reúnam à volta dos interesses dos territórios e construam uma frente de trabalho para alteração do *status quo*.

Por isso, continua a ser angustiante verificar que muitos documentos estratégicos não reflectem grandes ou pequenas preocupações quanto à economia cultural, ou apenas, se desejarmos falar de cultura, simplesmente descrevem orientações estratégicas e instrumentos de gestão territorial. Por exemplo, é apurar o que o documento sobre “Coesão Territorial”, inscrito no Orçamento de Estado para 2020 diz sobre Política de Desenvolvimento Territorial Sustentável, quando apenas elenca, como bases para a Valorização do Interior, *a capacidade produtiva instalada, a diversificação da base económica e a criação de emprego qualificado*. Onde fica, então, a cultura? Mas se quisermos ir ao ano de 2022, em que próprio documento “12 Prioridades para os próximos anos”, do Partido Socialista não tem qualquer *item* dedicado à cultura ou à economia cultural. Como diria, novamente Pierre Bourdieu, “La misère du monde”. Continuará a ser um enorme erro separar a cultura da economia, ou seja, da relação entre cultura e economia e como diz Andy Pratt “pensamos frequentemente na cultura e na economia como

⁷² Pierre Bourdieu, Contre-feux, pp. 95-101, in “Liquid Modernity”, de Zygmund Bauman, 2000. Cambridge: Polity Press

Trad. “A insegurança está, hoje, em toda a parte”

⁷³ Emílio Rui Vilar, Comunicação & Cultura, nº 3, 2007, pp. 131-144

domínios distintos que não se devem conspurcar um ao outro” (2007, p.191). A cultura e a economia não são conceitos inalteráveis, são instáveis e em contante mudança e adaptação, portanto manter imutáveis as tendências passadas não nos parece a melhor das estratégias. As sociedades alteram-se, os seus actores movimentam-se de outro modo, a demografia tem alterado as relações sociais, económicas e culturais e, portanto, devem ser explorados outros caminhos. As mutações culturais são notórias e a cultura penetra em todas as áreas da nossa vida individual e colectiva. Aliás, não deixa de ser sintomático algumas das observações dos inquiridos, pela sua dúvida em relação às políticas públicas culturais.

A lente conceptual através da qual olharemos o novo quadro económico e cultural – a criação cultural e a governança da cultura – deve ser encarado com gradualismo, dualismo e equilíbrio, mas também desfazer dúvidas – se é que elas existiam – entre baixa cultura/alta cultura, cultura/não cultura, domínio público/domínio privado. Devemos atentar, mais uma vez, nas considerações de Andy Pratt, assinalando algumas diferenças conceptuais, mas oportunas:

“Em particular quero assinalar as diferenças subtis que existem entre a economia cultural “adjectival” e a economia cultural “nominal”. A primeira é a tese da “culturalização”, segunda a qual se defende que tudo se tornou cultura (ou inversamente, que tudo se tornou económico). A segunda, que me parece mais útil, preconiza um enfoque nas actividades que constituem produção cultural (e no seu consumo, distribuição, etc.)”

Estes constituem aspectos que não se devem ignorar, ou pelo menos, as políticas culturais não devem desprezar nos seus contextos organizativos, produtivos e de aplicabilidade, são extremamente pertinentes e condicionantes. Duvido que grande parte do papel das municipalidades, e não desprezando o papel influenciador que os media têm, das

comissões intermunicipais e associações de desenvolvimento, não tenham estado a contribuir para a “corrupção da cultura” e para o desenvolvimento de uma hegemonia cultural que, facilmente, nos conduz ao elitismo cultural. Assim sendo, “podemos observar que uma tal forma tende para uma visão da cultura muito arcaica, ou conservadora, que é retrógrada, reverente e nada dinâmica” (*idem*, p. 197). Mas se assim não é, temos de questionar por que razão os orçamentos para a cultura são tão baixos e instáveis, sujeitos a variação e incertezas e dependentes dos orçamentos de Estado, “portanto em concorrência com outros serviços, como o militar ou a saúde, a cultura tende a ficar para trás” (*ibidem*). Como já anotamos na primeira parte deste relato, os orçamentos para a cultura são exíguos, por vezes nem orçamento existe em muitas das municipalidades, que são substituídos, apenas por verbas para actividades, e os empregos culturais, praticamente, desaparecem, apenas alguns que ficam municipalizados, como é o caso dos programadores e directores de teatro. Conclui-se que a distribuição de recursos económicos é desigual no país e mesmo entre cidades e regiões.

Os territórios vivem num estado de fragilidade, curiosamente, entre condições infraestruturais muito interessantes. Muitos dos concelhos possuem auditórios, pequenos museus, centros de interpretação, centros culturais, parques de lazer, que deveriam constituir recursos bastantes para um desenvolvimento superior, atraindo novos públicos, promovendo pequenos comércios, empresas de turismo, reconstruindo todo o paradigma de se viver no interior⁷⁴. Mas então, o que tem falhado? O despovoamento é uma realidade geográfica complexa, que trava o desenvolvimento, cria tensões de atracção-repulsão, limitando o acesso das populações a bens culturais, a recursos educativos e a condições de vida básicas que entram, porque não asseguram, o direito à cidadania por inteiro. Quem vive hoje nos territórios sente que tem meia vida, num corpo inteiro, porque o seu acesso à fruição artística e cultural está condicionada. Como já se aflorou, um dos problemas que existe e que

⁷⁴ De realçar que muitos dos respondentes não veem nas infraestruturas o grande obstáculo ao desenvolvimento, acreditam mesmo, que são suficientes aquelas que existem

dificulta o desenvolvimento é a dificuldade do trabalho em rede – de práticas e de governança - que facilitaria e valorizaria o papel de cada interveniente. Deve ser estabelecido um diálogo entre o que é local e o global, não porque seja necessário transformar tudo que mexe em global, mas porque faz sentido estabelecer diálogo entre aquelas duas dimensões. A Arte e a Cultura, como ferramentas para a Economia Cultural, deve saber *promover criadores, fruidores e pensadores artísticos*. E esse papel, em primeira instância deve competir às municipalidades, como motores das dinâmicas locais, mas nunca esquecendo que todos os outros actores locais são essenciais e nunca desdenháveis⁷⁵.

Esta investigação que tem limites temporais significativos, circunscrita a uma pequena região do país e contextualizada à volta de um apertado inquérito, pode auxiliar, claro se for lida e publicitada (porque não publicada), para uma reconceptualização da relação entre cultura e economia e dos seus impactos nas regiões, principalmente, nos territórios de baixa densidade, admitindo que é possível e oportuno acrescentar, também à cultura, uma etiqueta de valor. Portanto, assim vista, a cultura não se pode ficar pela produção e conseqüente consumo, mas sim, ser vinculada a um quadro de desenvolvimento social de forma directa e indirecta. Evidentemente que os efeitos são muitos, os gastos com hotéis, restaurantes, actividade comercial, os movimentos turísticos (feiras, festivais, encontros, comemorações, desporto), mas a nova economia da cultura influencia os modos de organização das populações, reforça as suas identidades, porque também se torna mais visível, valoriza os bens patrimoniais locais e protagoniza os seus actores, evidenciando o trabalho necessário de mediadores atentos, permanentes e ágeis, grande passo para a confiança e consciência cultural. Mas os territórios e as suas acções em prol da economia cultural não podem ficar pelo instrumentalismo dos subsídios, por um atabalhoamento programático e

⁷⁵ Verifica-se, claramente, que a maior parte dos inquiridos referem uma certa inoperância, precisamente da parte dos municípios.

na mão de técnicos impreparados e municipalizados, portanto, condicionados na sua acção.

É necessária uma abordagem flexível, global, conectada, diversificada, diria de natureza holística, com tradutores devidamente preparados em organização de eventos, em construção e desenho de projectos, desembaraçados nas mais diversas linguagens de arte, na gestão e administração. E as indústrias culturais e criativas não podem estar nas mãos de um pequeno número de empresas e empresários, dominando e controlando tudo aquilo que chega aos públicos e que, insensatamente, fazem deslocar as produções do litoral para o interior, sem qualquer tipo de pudor e sem que as entidades locais pressintam a forma cruel dessa acção, pretensamente, cultural, já para dizer de duvidoso cariz artístico. Todas estas questões colocam problemas de representatividade cultural, de democracia e de acesso. Houve, certamente, uma grande evolução cultural nos últimos anos, impregnou-se nos nossos hábitos, mas ainda não encontrou o chamado “fio à meada” que permite entender, definitivamente, que foi “a cultura que deu ao *Homo sapiens* a capacidade notabilíssima de evoluir de uma forma nova e mais dinâmica, que não depende da propagação selectiva do código genético. A evolução cultural sobrepôs-se à evolução biológica” (Filipe Santos, in *A Urgência da Teoria*, 2007, p.259). Existe uma responsabilidade acrescida por parte daqueles e daquelas entidades mais próximas das populações e tudo dependerá se conseguirmos violar os condicionalismos que nos são impostos por leis e normativos, por interesses particulares e pela fragilidade técnica existente, para que fiquemos prisioneiros da nossa cultura “e das imensas capacidades que ela tem revelado em tornar admirável o nosso modo e a nossa qualidade de vida” (idem, p. 261), pese embora a Arte e a Cultura ainda não toque toda a universalidade da população humana e em particular, as populações dos nossos territórios de baixa densidade.

Este relatório não podia encerrar sem que algumas palavras fossem dirigidas a todos aqueles (entidades e particulares) que, tendo recebido o convite para o preenchimento do questionário, não se quiseram fazê-lo, talvez, por razões maiores. Contudo, o que se pretendia era uma

participação o mais alargada possível, envolvendo, principalmente, as municipalidades, as comissões intermunicipais e as associações de desenvolvimento que, pela sua importância local deveriam apontar as suas ideias à volta de um tema decisivo para o desenvolvimento dos territórios. Naturalmente que não se deve coagir a quem quer que seja a participar em inquéritos, questionários de opinião, sondagens e outros artifícios de pesquisas, mas o sentido de participação e de responsabilidade social deve imperar e conduzir aqueles que mais próximo estão das populações, a analisarem e a discutirem Políticas Públicas aplicadas aos Territórios. A sua deficiente participação no preenchimento dos questionários reflecte, exactamente, o mesmo sentido de preocupação no comprometimento nas necessidades culturais das populações, que se fica por um discurso generalista, longe de uma análise cultural, elaborada e justificada, sempre muito mais dependente das políticas nacionais – o que pensa o Ministério da Cultura/Direcção Geral das Artes – do que em função das perspectivas locais e dos interesses do seu desenvolvimento, ressaltando o seu papel, na maioria dos casos, não em produtores de políticas culturais, mas em receptáculos de estratégias exógenas. Por tal, passa a ser insignificante alguma investigação sobre os processos culturais nos territórios, porque os seus planos de acção estão, desde logo, ancorados em programas importados do litoral, ou mesmo influenciados por decisões da tutela da cultura, que os obrigam à elencagem de apresentação de programas e não à sua produção, como é o caso da programação no âmbito da Rede de Teatros Municipais. As políticas municipais devem ser analisadas e escrutinadas como desafios emergentes para se melhor compreender o estado da arte, face às necessidades a evolução sociocultural que se coloca ao poder local⁷⁶. Todos terão de estar implicados na defesa da Arte e da Cultura, num discurso forte e persuasivo e na defesa da aplicação sensata de recursos. A cultura tem de estar em toda a parte, em tudo e por tudo. Os discursos tácitos são dispensáveis e revelam-se mesmo prejudiciais e jamais

⁷⁶ “Cultura e a Diversidade de Públicos - um estudo de caso”, tese de mestrado, em Ciências da Educação, de Rute Priscila de Magalhães Alves Teixeira (2012), que melhor nos elucidará sobre Diversidade de Públicos da Cultura, Valorização da Cultura, Diversidade Cultural e como Pensar a Cultura.

poderemos presenciar enunciações rotinadas das municipalidades, quando entendem que é um puro dispêndio e sem retorno, pensar-se que a cultura deve estar antes do saneamento, do calçamento ou do embelezamento. E como diz Teixeira Coelho⁷⁷, “a cultura é também uma reserva de sentido para a vida e um motor do princípio do prazer e da busca da felicidade (*funções transcendentales da cultura*), que toda a política cultural deveria reconhecer como indispensáveis, sem mais justificativas ou pretextos⁷⁸.

As políticas culturais não serão fáceis de se implementar, mas muito mais quando os principais agentes não se encontram preparados e não reconhecem a importância das prioridades objectivas. São indispensáveis os desenhos para as articulações entre economia e cultura, afinal, num mundo globalizado, mas que se deseja mais *glocalizado*, em que os lugares, as comunidades, os saberes locais são bem mais importantes que um saber universal, que tem tendência a fragmentar. Como diz Zygmunt Bauman, “globalidade significa, simplesmente, que toda a gente em toda a parte pode comer hambúrgueres McDonald’s” (1995, p. 34), para mais adiante conferir que “é uma simples aceitação do que se passa lá fora” (*idem*). Ora, este pendor pode conduzir as comunidades e, principalmente, os seus agentes públicos à ausência de poder e de vontade, condenadas que, agora, estão a um *desenvolvimento* que toma lugar ao progresso. E aqui chegados onde fica o sentido de responsabilidade? Como se poderá empoderar a sociedade, se não forem informados, se a mediação falhar, se as políticas estiverem ausentes ou disfarçadas de emoções erráticas e ilusórias? Tudo isto pode ser visto num quadro a que Bauman chama de “responsabilidade flutuante” (*ibidem*, p. 263), pois numa sociedade demasiadamente globalizada, a que prefiro o termo de mundializada, a aceitação de regras e a imposição de superiores constituirá um verdadeiro quebra-cabeças.

⁷⁷ Teixeira Coelho é professor titular da Universidade de São Paulo, coordenador da linha de ensino e investigação em Acção Cultural e do Observatório de Políticas Culturais

⁷⁸ “Políticas Culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura” (2003, p. 231). Brasília: Unesco

Por tudo isto, por esta ideia peregrina de que a globalidade seria a panaceia para todos os males, ficamos defronte de uma quantidade de problemas, que esse *inerte cultural*, produto directo de um processo de globalização apressado, porque submetido às leis económicas e do mercado, em impedido que os territórios regressem à cultura da vida, a prioridade *glocalizada*. O conhecimento da vida cultural tem se furto aos interesses municipais, aos interesses das corporações privadas e nacionais do audiovisual e dos agentes publicitários que controlam, praticamente, a actividade artística dos territórios. Portanto, essa passagem da cultura do mundo para a cultura local será, sempre, um processo doloroso, que já está, irremediavelmente atrasado e que, provavelmente, mais dificuldades vai arrastar para as comunidades e suas populações. É que as realidades dos locais se encontram afastadas do Estado e da Nação, para quem os efeitos práticos são meras ficções virtuais.

FONTES

CCDR Alentejo (2020), “*Estratégia Regional de Especialização Inteligente*”.

Alentejo: OPAC.

Diário da República, Lei n 75/2013, de 12 de Setembro, 1ª série nº 176.

INE (2021), “*Inquérito ao financiamento das actividades culturais*”.

Jornal Público (6 de Novembro de 2017).

Neves, José Soares, Pedro Prista (Coords.), Sofia Costa Macedo e Jorge Santos (2022), “*Cultura no Pós Alentejo-2020*”. Estudo elaborado pelo OPAC para a Direção Regional de Cultura do Alentejo, Lisboa: Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-ISCTE.

“*Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial*”. Instituto Alto Tâmega
<https://www.norte.2020>.

Portugal/Espanha, (2020) “*Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço*”, documento elaborado pelo Ministério da Coesão Territorial e Ministério para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico.

Portugal / Conselho de Ministros (2018), *Unidade de Missão para Valorização do Interior*, Programa de Valorização do Interior/Revisão do PNCT: Listagem de medidas. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBAAAAB%2BLCAAAAAAABAAzM7EwBADsiSeRBAAAA%3D%3D>

Região Centro. (2018), “*Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020*”.

Retirado de: <http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/programa>

Resolução Conselho de Ministros (3/2016)

UNESCO, (1982), “*Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais*”. México: Declaração do México.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alexandre A.; Bianca G.; Ramos, G.; Susana, S. (2020), “*Evolução da população e o despovoamento no interior de Portugal: o caso do Concelho de Bragança*”.

Retirado de

<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/3493/3350>

Almeida, A. F. (2009), “*Desarrollo comunitario y educación. Xàtiva*”: Dialogos-

[Escreva aqui]

red. Associação Nacional de Municípios Portugueses (2014), Municípios de Baixa Densidade, Retirado de

<https://www.anmp.pt/wpcontent/uploads/2019/11/CriteriosFINAISAPROVADOS.pdf>

Barbalet, J.M. (1998), *“Emoção, Teoria Social e Estrutura Social”*. Lisboa: Instituto Piaget

Barenboim, D. (2009), *“Está tudo ligado, o Poder da Música”*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

Baronet, P. R. (2012), *“Porque se dá o despovoamento das regiões do interior: a construção social das trajectórias de saída”*. Coimbra: CES.

Bauman. Z, 2000, *“Liquid Modernity”*. Cambridge: Polity Press

Baum. Z., 2007, *“A Vida Fragmentada”*. Lisboa: Relógio d'Água

Bhabha, H. et alt. (2007), *“A urgência da Teoria”*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

CCDR Alentejo (2020), *“Estratégia Regional de Especialização Inteligente”*. Alentejo: OPAC

Coelho, T. et alt. (2008), *“A Cultura pela Cidade”*. S. Paulo: Iluminuras.

Covas, A. (2017), *“Territórios e Desenvolvimento Territorial”*. Lisboa: Edições Sílabo.

Covas, A. (2018), *“A Grande Transformação dos Territórios”*. Lisboa: Edições Sílabo.

Covas, A. (2020), *“Cidades Inteligentes e Criativas, Smartificação dos Territórios”*. Lisboa: Edições Sílabo.

Ferreira, C. (2009), *“Intermediários culturais e cidade”*. Em C. Fortuna, & R. P. Leite, *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos* (pp. 319-332). Coimbra: Almedina.

Ferreira, G. (2018), *“O significado da cultura no processo de desenvolvimento”*. Tese de Mestrado.

Flores, M. (2006), *“A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte”*

Fundação Calouste Gulbenkian, (2016), *Iniciativa Cidades. Portugal no Centro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gama, M. (2013), *“Políticas culturais: Um olhar transversal pela janela-ecrã de Serralves”* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. Repositório.

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/35473?mode=ful>

- Hanna, O. (2018), “*O Poder da Música*”. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Kuhn, T., (2023), “*O Pluralidade dos Mundos*). Lisboa: Edições Guerra e Paz.
- Limonad, Ester (2006), “*Desafios ao Desenvolvimento Local e Regional*”. Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Disponível em <http://geoinova.fcsh.unl.pt/revistas/files/n12-15.pdf>
- Lipovetsky, G. (1989), “*A Era do Vazio, Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*”. Lisboa: Relógio d’Água.
- Lopes, R. (2001), “*Competitividade, Inovação e Territórios*”. Lisboa: Celta Editora.
- Lopes, J. (2004). “*Trinta anos de políticas culturais: A revolução inacabada e o país complexo*”. In F. Louça & F. Rosas (Eds.), Ensaio geral: Passado e futuro do 25 de Abril (pp. 135– 156). Publicações Dom Quixote.
- Lopes, E.R. (2010). “*Programação Cultural enquanto Exercício de Poder*”. Lisboa: FCSH - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa.
- Manso, José Pires, “*A Economia da Cultura: Vetor Estratégico de Desenvolvimento para Portugal*”. Revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. Retirado de <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.jose-pires-manso-economia-cultura.pdf>, em 12 de Junho de 2023.
- Matos, M.C. (2013) “*Governança e Políticas Públicas em Territórios de Baixa Densidade*”. Tese de Mestrado. Lisboa: ICSUL
- Matoso, Rui (2013), “*Políticas Culturais Democracias Locais: desafios para as próximas eleições autárquicas*”, em Artigo de Opinião, consultado em www.esquerda.net/opiniao/politicas-culturais-e-democracias-locais.
- Mendes, Mendes (2019), A problemática dos territórios de baixa densidade: Quatro estudos de caso. Retirado de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/19336>
- Mozzicafreddo J.; Gomes J. Salis; Batista J. S. (orgs.) (2007), “*Interesse Público, Estado e Administração*”. Lisboa: Celta Editora.
- Neves, José Soares, Pedro Prista (Coords.), Sofia Costa Macedo e Jorge Santos (2022), “*Cultura no Pós Alentejo-2020*”. Estudo elaborado pelo OPAC para a Direção Regional de Cultura do Alentejo, Lisboa: Observatório Português

[Escreva aqui]

- das Atividades Culturais, CIES-Iscte.
- Região Centro. (2018), “*Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020*”. Retirado de: <http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/programa>
- Rodrigues, V. (2020), “*As Produtoras*”. Lisboa: Caleidoscópio.
- Ruivo, F., (2000), “*O Estado Labiríntico. O poder relacional entre poderes local e central em Portugal*”. Porto: Afrontamento.
- Santos, D. (2012), “*Cultura e Desenvolvimento Local em Portugal: Decálogo de Princípios Orientadores para um Casamento (Mais) Feliz*”. In VIII Jornadas de Geografia e Planeamento, Guimarães, 15-16 de Novembro – Cidades, criatividade(s) e sustentabilidade(s): atas. Guimarães: UMDGE. pp. 62-71.
- Santos, M. et al. (1998). “*As políticas culturais em Portugal*”. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Saquet, M.A. (2004) “*Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*”. Francisco Beltrão: Unioeste,
- Silva, A. S. (2007) “*Sociologia, Problemas e Práticas*”, n 54. Lisboa: Iscte-iul
- Silva, A. S. (2007) “*Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro*”. *Sociologia, problemas e práticas*, 54, 11–33.
<https://sociologiapp.iscte-iul.pt/fichaartigo.jsp?pkid=549>
- Trennepohl, Dilson. et. alt. (2007), “*Desenvolvimento e Cultura: relações de sinergia e conflitos. Desenvolvimento em Questão*”. Ijuí: Editora Unijuí, v.5, n. 9, p. 147-161, consultado em [www.revistas.unijui.edu.br > index.php > article > vie](http://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/article/vie)
- UNESCO, (1982), “*Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais*”. México: Declaração do México.
- Vilar, E. R. (1997), “*Gestão de Organizações Culturais*”. Leituras: Revista da Biblioteca Nacional. Lisboa: Biblioteca Nacional, n.º 1, pp. 11-16.
- Vilar. E. R. (2007) “*Sobre a Economia da Cultura*”. *Comunicação e Cultura*, nº 3, pp. 131-144
- VYGOTSKY, L.S., (1984), “*Pensamento e linguagem*”. São Paulo: Martins Fontes

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO

PROJECTO PÓS-DOCTORAMENTO

“Política Cultural nos Territórios de Baixa Densidade – criar, inventar, viver, resistir”

Objectivo

Este questionário insere-se num processo de investigação de Pós-Doutoramento que levo a efeito sobre “Os Territórios de Baixa Densidade”, no quadro da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Deseja-se identificar, descrever, analisar e apresentar alguns dos factores que obstam ao desenvolvimento naqueles territórios. Foram adoptadas, como ponto de partida, algumas hipóteses de trabalho que podem obstar ao desenvolvimento das regiões. Por isso, a sua participação é tão importante e determinante para o elencar de alguns dos factores de obstrução. Agradecemos a sua valiosa colaboração, contribuição que será, seguramente, importante para o aprofundamento de mais estudos sobre a temática, esperando poder contar com a sua participação em trabalhos futuros.

O meu programa de pós-doc centra-se na reflexão do desenvolvimento dos territórios e do modo como a economia cultural e, portanto, a mobilidade pode contribuir e integrar a implementação de políticas locais. Também, se identificará o modo como parece que as entidades conciliam a aplicação de recursos endógenos com os exógenos, face às carências existentes e o abaixamento cultural que se verifica em grande parte dos territórios de baixa densidade. Por isso, é tão importante o preenchimento deste questionário, que pode fornecer elementos essenciais para a abordagem da temática.

Neste quadro, apelo à sua participação através da resposta aos diferentes itens das secções do presente inquérito por questionário. A duração média da resposta ao questionário rondará os quinze minutos.

A sua participação no questionário é anónima e estritamente voluntária. Em nenhum artigo do inquérito é pedida informação que a/o identifique pessoalmente.

Declaro que cumprirei com o estipulado pela Constituição da República Portuguesa (Artigo 35º), pelas Leis nº 58/2019 e n 59/2019, ambas de 8 de Agosto, e pelo Código Ético da Conduta Académica da Universidade do Porto em matéria de protecção e uso de dados de pessoas particulares.

Ao responder e submeter o questionário, declara que aceita participar neste estudo e permite a utilização dos dados que, de forma voluntária, forneceu, sabendo que eles serão utilizados para fins estritamente científicos e em publicações que destes decorram, com as garantias de confidencialidade e anonimato que lhes são ora asseguradas.

[Escreva aqui]

Agradeço a sua participação em prol da qualificação do presente projecto.

Fernando Costa

1. Identificação

1.1. Idade

19 anos ou menos 20-24 anos 25-29 anos 30-34 anos

35-39 anos 40-44 anos 45-49 anos 50-54 anos

55-59 anos 60-64 anos 65 ou mais anos

2. Género

Feminino Masculino Outro

3. Dados académicos e outras formações

3.1. Curso de ensino não-superior:

Designação _____

Instituição _____

3.2. Curso de Licenciatura ou equivalente:

Designação:

Instituição:

3.3. Curso de Mestrado

Designação:

Instituição:

3.4. Curso de Doutoramento

Designação _____

Instituição _____

3.5. Outro curso de formação

Designação _____

Instituição _____

4. Actividade Profissional Principal

4.1. Indique a sua profissão principal no caso de ela ser diferente da que desenvolve a nível cultural

4.2. Desenvolve outras actividades que não estejam ligadas à Cultura, Artes e Eventos?

5. Actividades ligadas à Cultura, Artes e Eventos

5.1. Indique, se for o caso, o nome da entidade a que se encontra ligado

5.2. A natureza da entidade é:

5.2.1. Pública

5.2.2. Privada

5.2.3. Cooperativa

5.2.4. Organização Não-Governamental

5.2.5. Outra: (indique, s.f.f.) _____

5.3. Localização em que se encontra implantada a sua entidade

5.3.1. Lugar

5.3.2. Freguesia

5.3.3. Concelho

5.4. Indique a/s actividade/s desempenhada/s por si na entidade cultural

5.4.1. Especifique a área de actividade/objecto em/com que normalmente mais trabalha

[Escreva aqui]

5.5. Quais são as principais fontes de financiamento das actividades da entidade a que pertence?

--

6. Conhece o conceito de Economia Cultural? (indique o grau aplicável no seu caso)

6.2. Como entende que a Economia Cultural possa contribuir para o desenvolvimento dos territórios?

--

7. Considera que é possível mudar as dinâmicas sociais na sua região através da cultura e da arte? (indique o grau aplicável no seu caso)

7.1. Qual o grau de satisfação em relação à acção dos principais agentes culturais – municipalidades, comissões intermunicipais, programadores, associações culturais, escolas, entre outros – no que ao processo de transformação das dinâmicas socioculturais dos territórios diz respeito? (indique o grau aplicável no seu caso)

Entidades	Nada satisfeito	Insatisfeito	Não consigo decidir	Satisfeito	Fortemente satisfeito
Municipalidades					
Comissões Intermunicipais					
Programadores					
Associações/ Centros culturais					
Escolas					
Outros (indicar se for o caso)					

8. Indique o grau de participação do público-alvo nos eventos da sua organização

9. Eventos culturais

9.1. Indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações face à relevância da participação dos públicos

Por favor, utilize a escala apresentada para assinalar o grau de concordância

Escala: 1 – Discordo fortemente; 2 – Discordo; 3 – Não concordo, nem discordo; 4 – Concordo; 5 – Concordo fortemente

Na minha opinião, os eventos culturais na minha região denotam:

<i>Itens</i>	1	2	3	4	5
Pouca diversificação e escassez dos eventos					
Frágil relação entre as especificidades e as necessidades dos territórios					
Os modelos de acção não são projectados com agilidade e inovação					
Excesso de burocracia para a sua preparação					
Desinteresse dos agentes locais					
Fragilidade na comunicação com os agentes culturais das regiões					
Inexistência de mediação cultural					
Carência de infraestruturas locais					
Falta de actividades de hábitos culturais e formação de públicos					
Carência de recursos humanos municipais e supramunicipais afectos à dimensão cultural					
Pouco interesse por parte das municipalidades					
Pouca mobilização dos agentes culturais					
Escassez de recursos económicos					
Outra (indique qual*)					

*Outra razão: _____

10. Como é que as estruturas e práticas organizacionais podem apoiar um projecto de cultura ideal?

11. Considerando as competências que foi acumulando, indique a sua opinião relativamente às vantagens que resultam da organização de eventos culturais e artísticos, em cada um dos seguintes *itens*:

Por favor, utilize a escala de 1 a 5, utilizando todos os graus da escala, sendo: 1 - Nenhuma; 2 – Pouca;

[Escreva aqui]

3 – Alguma; 4 – Elevada; 5 – Muito Elevada

Itens	1	2	3	4	5
Competência cultural					
Alargamento das experiências de vida					
Valorização e respeito pelas diferenças					
Aprendizagem de comportamentos culturais					
Desenvolvimento das linguagens verbal e não verbal					
Promoção do autoconhecimento					
Aprofundamento da noção de diversidade					
Aquisição de maior consciência cultural					
Promoção da mobilidade					
Outra (indique qual*)					

*Outra razão: _____

12. Medidas de Política Cultural

12.1. Indique o grau de importância dos seguintes factores num processo de concepção de uma política pública na área da cultura da sua região

Por favor, utilize a escala de 1 a 5, utilizando todos os graus da escala, sendo: 1 – Nenhuma; 2 – Pouca; 3 – Alguma; 4 – Elevada; 5 – Muito Elevada

- 4 Consideração da Cultura e da Arte como intervenções prioritárias
- 5 Reconhecimento das assimetrias regionais
- 5 Inexistência de um processo formal de debate, avaliação e reconstrução das estratégias
- 5 Desenvolvimento de estratégias locais que potenciem a participação dos públicos
- 4 Investimento público na valorização do património local
- 4 Investimento privado na valorização do património local
- 5 Qualificação dos mediadores culturais
- 4 Apoio ao desenvolvimento de estratégias colectivas
- 3 Desenvolvimento tecnológico
- 4 Melhoramento do contacto com a municipalidade
- 5 Criação de políticas culturais integradas

5 Reconhecimento da diversidade cultural

13. O Mapeamento das Necessidades Culturais implica

O Mapeamento das Necessidades implica

(assinale aquela que lhe parece mais determinante)

- Consciência política (processo de tomada de conhecimento de normas e regras da vida em comunidade)
- Ambição política (exame das trajectórias face ao futuro)
- Racionalidade política (a equação que se coloca entre os prós e os contras de uma decisão)
- Participação política (comportamento de cidadania na tomada de decisões)

14. Como acha que se podem criar e promover condições efectivas para a participação cultural das comunidades, portanto como poder protagonizá-las?

15. Como poderia definir, de modo breve, uma estratégia de desenvolvimento na base da Economia Cultural?

16. Qual o maior dilema/problema que enfrentou no quadro da sua actividade cultural?

18. Avaliação do questionário

De um modo breve e sucinto, como aprecia este questionário, fundamentalmente quanto à facilidade de preenchimento, abrangência e conformidade das questões? Que sugestões apresentaria para a melhoria de um futuro questionário?

Obrigado pela colaboração!

ANEXO 2

GUIÃO ENTREVISTA

PROJECTO PÓS-DOCTORAMENTO

“Política Cultural nos Territórios de Baixa Densidade – criar, inventar, viver, resistir”

Objectivo

Esta entrevista insere-se num processo de investigação de Pós-Doutoramento que levo a efeito sobre “Os Territórios de Baixa Densidade”, no quadro da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e que complementa um questionário sobre a pesquisa. Deseja-se identificar, descrever, analisar e apresentar alguns dos factores que obstam ao desenvolvimento naqueles territórios. Foram adoptadas, como ponto de partida, algumas hipóteses de trabalho que podem obstar ao desenvolvimento das regiões. Por isso, a sua participação é tão importante e determinante para o elencar de alguns dos factores de obstrução. Agradecemos a sua valiosa colaboração, contribuição que será, seguramente, importante para o aprofundamento de mais estudos sobre a temática, esperando poder contar com a sua participação em trabalhos futuros.

O meu programa de pós-doc centra-se na reflexão do desenvolvimento dos territórios e do modo como a economia cultural e, portanto, a mobilidade pode contribuir e integrar a implementação de políticas locais. Também, se identificará o modo como parece que as entidades conciliam a aplicação de recursos endógenos com os exógenos, face às carências existentes e o abaixamento cultural que se verifica em grande parte dos territórios de baixa densidade. Por isso, é tão importante o preenchimento deste questionário, que pode fornecer elementos essenciais para a abordagem da temática.

Neste quadro, apelo à sua participação através das questões, em forma de entrevista, que lhe coloco.

Declaro que cumprirei com o estipulado pela Constituição da República Portuguesa (Artigo 35º), pelas Leis nº 58/2019 e n 59/2019, ambas de 8 de Agosto, e pelo Código Ético da Conduta Académica da Universidade do Porto em matéria de protecção e uso de dados de pessoas particulares.

Ao responder a esta entrevista, declara que aceita participar neste estudo e permite a utilização dos dados que, de forma voluntária, forneceu, sabendo que eles serão utilizados para fins estritamente científicos e em publicações que destes decorram, com as garantias de confidencialidade e anonimato que lhes são ora asseguradas. Cada resposta não tem limite de caracteres, apenas a ponderação que cada questão possa suscitar.

Agradeço a sua participação em prol da qualificação do presente projecto.

Fernando Costa

[Escreva aqui]

ENTREVISTA

1. Considera que tem existido uma verdadeira política que promova a sustentabilidade e a coesão dos nossos territórios? Justifique.
2. Quais os principais entraves, na sua opinião, que existem para a dificuldade de desenvolvimento dos territórios?
3. Será possível encontrar mais cultura, mais arte e mais ecologia, que conduzam a nova estrutura de valor dos territórios? De que forma pode isso ser viável?
4. De que modo, a economia criativa, baseada na Arte e na Cultura, pode transmutar os territórios?
5. Que comentário lhe oferece a seguinte afirmação: *“O país tem parcelas crescentes do seu território em estado de necessidade, que mais parecem verdadeiros **territórios de reclusão**”*⁷⁹

(este guião pode ser devolvido com as respostas escritas em cada *item*. O espaço existente é, apenas, indicativo)

⁷⁹ António Covas (2017), “Territórios e Desenvolvimento Territorial”, (p. 92)

ANEXOS 3



ORQUESTRA NACIONAL MODERNA (ONM)

1. A produção colectiva de música em Portugal tem-se confrontado com inúmeros problemas e limitações, entroncando-se com diversos factores que a balizam – dependência, projectos macro, repertórios rotineiros, dificuldades de itinerância, etc. As Orquestras importam, mesmo muito, mas é, ainda, uma questão que deve merecer reflexão, necessitando de adquirir, seguramente, maior fluxo de relevância, quer social, quer artística, pese embora, o valor que elas tinham na Europa no século XIX e nos EUA, no século XX. Então, serão necessários novos argumentos para que aquelas se encaixem nos interesses dos públicos: programação relevante, intervenção em locais sem acesso à grande música, novo quadro gestor, músicos motivados;

2. Ao nível dos públicos e da sua criação, também os resultados que se têm atingido, parecem-nos ser diminutos e instáveis, deslocando-se público, mais do que acrescentando, devido ao desconhecimento, ou mesmo falta de investimento por parte das diferentes entidades. A carência de alternativas, de produtos e produções aceitáveis e regulares, encaminha-nos para um horizonte estreito e pouco apetecível. Sente-se, então, que os públicos existem, estão ansiosos

[Escreva aqui]

de eventos, mas estes têm acontecido, redutoramente, fixando, quase, o mesmo tipo de público. Há que abrir o leque de ofertas artísticas, reinventar objectos de fruição, gerando novas apetências e despertando outras emoções. Mas a questão é saber se se deverá insistir nos repertórios tradicionais, grosso modo, música europeia do século XIX, polvilhada por algumas obras dos séculos XVIII e XX, para iludir a diversidade. Temos a certeza de que se trata de uma estratégia de sobrevivência cultural, mas acima, de tudo, de subsistência estrutural. Afinal, as orquestras de matriz tradicional, sinfónicas ou de câmara, desenvolvem repertórios que acham que devem tocar e imaginam que todos – o público – devam desejar ouvir o que lhes é entregue. Mas a formação de públicos, e principalmente, daqueles que não têm oportunidade de participar em concertos, por residirem afastados dos grandes centros, onde se fixam as orquestras, por carência de eventos, é coisa distante, diremos nós, dos objectivos de qualquer formação orquestral. Trabalho articulado com o sistema educativo? Arrasta muitas canseiras. Orquestras e comunicação social? Talvez seja humilhante. Orquestras em diálogo com as culturas locais? Constituiria ir muito abaixo, com estruturas tão pesadas, que em nada, facilitam, aquela interlocução com as comunidades;

-
3. Esta **ORQUESTRA NACIONAL MODERNA**, mais adiante designada de **ONM**, será espaço aberto a todos os jovens músicos e a todo o tipo de adesão, a licenciados, músicos em exercício, em períodos probatórios, ou em pré-licenciaturas. Sabemos que os jovens músicos e os jovens talentos, dificilmente, encontram espaço de

participação e de desenvolvimento profissional, pois que, muitas das orquestras preenchem os seus quadros com mais de 50% de estrangeiros, não que a diversidade e a internacionalização não se constituam em marcas de valor, mas elas não poderão atrofiar a entrada dos nacionais que, cada vez mais, encontram dificuldades no seu exercício profissional. E conhecemos as dificuldades que muitos dos músicos que, embora, sendo, alguns, executantes de excelência, encontram na abertura de vagas, no desconhecimento dos circuitos de acesso, ou, simplesmente, na escassez de estruturas de acolhimento. É precisamente a esses, que este projecto se destina, valorizando canais de participação pré e/ou profissional, abrindo perspectivas de mais trabalho e de experimentação. Será um lugar para reunir músicos, directores de orquestra, entidades, públicos, rompendo com o circuito vulgar de eventos musicais, dando razão à existência de muitos dos auditórios que se dispersam pelo país. Os públicos serão, contudo, a razão maior para a criação desta Orquestra, antes que aqueles desapareçam e hibernem, num insustentável esquecimento da grande música. A **ONM** será um projecto sobre música e não sobre este ou aquele tipo de música. Justifica-se, então, o surgimento de uma nova estrutura musical, que se orientará nos moldes a enunciar da seguinte forma:

- contribuir para o desenvolvimento e enriquecimento do panorama musical;
- sensibilizar e promover um diferente conceito de repertório;
- assegurar a participação de jovens músicos e valorizá-los na sua identidade artística;

- permitir que jovens músicos, após a conclusão de estudos, ou ainda, em períodos probatórios, possam realizar experiências colectivas de qualidade, alargando a oferta de acolhimento;
 - possibilitar experiências de direcção de orquestra;
 - formar novas redes de público;
 - valorizar os locais;
 - alargar as iniciativas em parceria;
 - tornar possível, uma crescente aproximação entre cidades e vilas raianas, numa região que, outrora, se definia como única, a antiga Gallaecia;
 - gerar deslocação de novos públicos, através de novas propostas turísticas, rendibilizando mosteiros, castelos, conventos, igrejas, largos, monumentos, claustros, etc;
-

4. Constituirá uma iniciativa ímpar no país. Será uma Orquestra muito ecléctica – **ORQUESTRA NACIONAL MODERNA (ONM)**, aceita-se como nome de trabalho – não elitista, porque não se envolverá com quaisquer critérios estéticos especiais ou preconceitos musicais. O critério será construído e desenvolvido a partir de uma desconstrução do conceito de *repertório*, não se fixando, este, em períodos, géneros, ou estilos tradicionais, mas antes, discriminando o estilo, porque é um tango, ou uma valsa, ou uma peça barroca, ou, ainda, uma obra não tocada, num contexto de música divertida para se escutar, como a impressão de se estar numa festa. A Festa da Música, no contexto de Música para Todos, constituirá a circunstância provocadora de toda a acção orquestral;

5. A norma incidirá, apenas, na qualidade e rigor técnico da interpretação. Uma outra das características construtivas deste novo projecto orquestral será a sua natureza itinerante, focalizando todas as áreas do país, sem ou com dificuldades de acesso à música colectiva, canalizando-se, desta forma, recursos e eventos, principalmente, para o interior do país, combatendo o isolacionismo e a reclusão de mais-valias. Contudo, sente-se que o norte e centro do país serão áreas a considerar, prioritariamente, realizando-se um trabalho próximo de todos os agentes locais, privados e públicos. De realçar, em definitivo, que o país está dotado, num número aproximado, de 15 orquestras, de câmara ou sinfónicas, que se mantêm em funcionamento de modo, mais ou menos regular. Mas também, não é menos verdade, num valor cruel, que todas elas se fixam no litoral do país, com a excepção de uma que reside numa cidade, dita, do interior, mas apenas a 70 km do litoral, sendo que, ainda mais bárbaro se torna a situação, quando 8 estão estabelecidas na cidade de Lisboa, dividindo-se as restantes pelas cidades de Esposende, Porto, Aveiro, Coimbra e Algarve. Ora, este quadro é, verdadeiramente, preocupante, quando se fala em todo o resto do país, a descoberto da influência orquestral e quando, a maior parte das orquestras não se envolvem em percursos de itinerância, por diversas razões, algumas das quais, enunciadas ao logo deste documento. Mas, também, curiosamente, uma das orquestras com residência numa cidade do interior, realiza a maior parte dos seus concertos em locais do litoral, não se compreendendo este critério, nem tão, pouco essa estranha residência no interior, que parece não resistir aos efeitos de um litoral prenhe de eventos, em detrimento

de um interior que se vai descaracterizando, pelo esvaziamento dos seus conteúdos. Daqui se conclui, da imperatividade de se criar algo que, embora se possa estabelecer no litoral, meramente, por razões operativas, deve por tudo e no todo, apresentar-se fora desse litoral e ingressar em circuitos pelo país, mais afastado dos grandes centros, num verdadeiro serviço ao público, reconhecendo-o, valorizando-o, respeitando-o. Esta será a verdadeira essência da ONM, único ensemble com aquelas características, no todo do nosso país;

-
6. Configura-se, então, uma espécie de urgência, que nos conduza a todo um território desguarnecido de eventos e itinerários musicais, na forma colectiva, que possam revelar-se como, mais uma dinâmica socio artística e que se cruzem com as energias locais e lhes dê razão e vontade, para o crescimento das idiossincrasias locais. A **ONM** não resolverá todos os problemas que a interioridade acarreta, não transfigurará o quadro social das comunidades, mas, seguramente, contribuirá para o avaliar e o provocar das identidades de um imenso território, que reclama, desde há muito, que a subtracção seja substituída pelo valor da adição. E se pudermos traçar linhas alargadas, regulares, de qualidade e de proximidade com os locais, estaremos diante de uma estratégia de valor acrescentado, que se deseja protegido, alavancado e promovido, por todos, desde as instituições oficiais, passando pelas organizações locais e até aos particulares, todos fazendo parte dessa ansiedade colectiva, que aguarda fazer parte do todo colectivo nacional, sem preconceitos e sem vícios. Mas a **ONM** não se trata de um qualquer produto de exportação, a partir do litoral e em direcção ao interior do país. Caso

assim fosse, estaríamos a inverter toda a lógica inerente à essencialidade deste novo projecto orquestral e à dinâmica que deve presidir ao equilíbrio entre territórios e regiões. Cria-se a **ONM** a partir do litoral, só porque ainda não se encontram recursos suficientes no interior, mas em se deseja trabalhar e produzir eventos, numa estreita actividade orquestral com organizações e entidades locais, aliás, através de propostas enunciadas em sede deste documento. Faz-se um caminho que nos conduza, num tempo curto, à estabilização da actividade da **Orquestra Nacional Moderna** e à sua fixação num território do interior. Mas também, não se deverá negligenciar, a aproximação que deve ser promovida, na antiga Gallaecia, particularmente, entre cidades e vilas mais próximas da linha de fronteira, nas partes espanholas e portuguesas. Será, pois, assim, que se determinará o sucesso desta iniciativa e a sua existência, em complementaridade, fundamentalmente, nas regiões, nas cidades, nas vilas e nas aldeias, que aguardam, silenciosamente, por quadros de vida, que os seduza, que os promova e que dignifique os seus residentes, como cidadãos. E, então, a partir daí, fará todo o sentido, reconhecer-se que a vida será vivida na sua excelência, também, com e através da Música;

-
7. A primeira fase da vida da **ONM** terá de ter, para além, da consolidação da sua existência, como primeira preocupação e se o conseguirmos durante o primeiro ano de existência, reconhece-se o

seu valor patrimonial, cobrir todo o nordeste do país, de modo, pelo menos, a que cada concelho tenha sido visitado, em concerto, pela ONM e tenha ficado a perspectiva de trabalho local, com músicos, academias, conservatórios, através da realização de *masterclasses*. Para tal, exige-se um aprofundamento das parcerias e das redes de acção, para que aquele desiderato seja possível e a custos mínimos. Não nos parece irrealizável tal propósito e, será mesmo, aconselhável que tal se verifique, pois o trabalho em rede constitui-se numa estratégia de valor, que agiliza e facilita a concretização de eventos;

8. Complementos vários enriquecerão a acção da orquestra, favorecendo a:

- organização de *masterclasses*;
- produção de documentos audiovisuais (DVD(s), discos), edição de partituras;
- envolvimento com o meio socioeducativo local;
- estabelecimento de parcerias;
- concretização, prioritariamente, de itinerários fora dos grandes centros no litoral do país;
- performances produzidas, tendo em conta, também, a animação de espaços não tradicionais para a realização de concertos: castelos, largos históricos, frontarias de monumentos, largos, etc;

9. Não se pode constituir num projecto de custos exagerados – essa será outras das vertentes a levar em linha de conta, pela simples razão, do funcionamento regular da orquestra – em face do modo de implementação, porque independente na sua criação e

funcionamento, será, contudo, levada em linha de acção, a retribuição a cada músico, em face dos recursos disponíveis, mas verá potenciado o seu funcionamento, através dos seguintes aspectos:

- mecenato;
- parcerias;
- venda de concertos;
- doações;

Existem vários modelos de financiamento às orquestras, mas podemos relevar dois deles. Mais comum e, particularmente, na Europa, será o financiamento público, que mantém as orquestras, lhes pagam os ordenados dos músicos, gerando, por vezes, conflitos de dependência e sujeição a normas, quantidade de concertos, constrangimentos ao nível do repertório, obrigações contratuais terceiras. Nos EUA, a manutenção das orquestras, chamadas agora, de filarmónicas, é feita sob um carácter associativo, com apoios locais, municipais ou regionais, ou empresariais. Necessita-se de reinventar o papel das orquestras dentro das comunidades, de lhes inspirar o papel da sua relevância, em termos educativos, sociais, culturais, turísticos e, mesmo, económicos. Sabemos que se trata de uma empreitada nada fácil ou cómoda, pois existem falta de condições básicas de trabalho, como a não existência de salas de ensaios, auditórios para a sua apresentação, o que, por si só, são sinónimo de dificuldades de programação a média e a longo prazo. Por tal, cria-se um objecto que deve levar em linha de conta todo o contexto, fazer dele, essencialmente, não um posto de trabalho, mas o caminho para lá chegar, um espaço de formação, de valorização e

de visibilidade para todos os seus músicos, directores artísticos e musicais. Não se deve construir uma estrutura numa base voluntarista, ou propagandista, mas estar consciente de que o respeito pelos públicos, é a base de qualquer actividade artística e que, orçamentos, custos, salários financiamentos, não podem colocar em risco, nem obstaculizar a criação de um objecto, que se deseja funcional, operativo, integrado e provocador. É nosso trabalho tentar convencer as comunidades e todos os seus agentes, públicos ou privados, de que vale a pena o esforço, ânimo e coragem de combater as elites e dar oportunidades a todos aqueles que, por deficiências ou insuficiência do sistema, não as têm. A Orquestra é um das mais belas criações da civilização;

-
10. Este documento envolve, não uma descrição exaustiva do objecto, mas sim, uma equação simples do que se pretende, das necessidades existentes e do espaço em aberto no panorama artístico, mesmo a nível nacional que, assim, vê justificada a criação deste agrupamento, que pretende articular itinerância, diversidade, oportunidade e qualidade. É, apenas, um *draft* que dá a conhecer as intenções do projecto, em que todos os elementos ausentes deste enunciado – *curriculum vitae* e corpo de músicos, direcção artística e musical, guião de acção, divulgação do projecto, residência artística, calendarização de concertos, etc. – serão estabilizados numa segunda fase e numa análise mais fina entre todos os intervenientes.

Classic Fest 2022



Companhia da Chanca



[Escreva aqui]